UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

JÂNIO GOMES DO CARMO

AS AÇÕES DO PROGRAMA ESTADUAL DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS NO MUNICÍPIO DE CAIUÁ – SP

PRESIDENTE PRUDENTE – SP.
NOVEMBRO 2011

JÂNIO GOMES DO CARMO

AS AÇÕES DO PROGRAMA ESTADUAL DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS NO MUNICÍPIO DE CAIUÁ – SP

Monografia apresentada ao Conselho de Curso de Geografia da FCT/Unesp, Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente, para obtenção do título de bacharel em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

PRESIDENTE PRUDENTE
2011

JÂNIO GOMES DO CARMO

AS AÇÕES DO PROGRAMA ESTADUAL DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS NO MUNICÍPIO DE CAIUÁ-SP

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol

_____
Prof.

_____
Prof.

CONCEITO FINAL_____

Presidente Prudente, _____ de Novembro de 2011.

Carmo, Janio Gomes do.
C285a As Ações do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no município de Caiuá - SP / Janio Gomes do Carmo. - Presidente Prudente: [s.n], ano 2011
102 f.: il.

Orientador: Profº. Drº. Antonio Nivaldo Hespanhol
Trabalho de conclusão (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia + anexos

1. Geografia. 2. Descentralização de Políticas Públicas. 3. Microbacias Hidrográficas. I. Carmo, Janio Gomes do. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título

DEDICATÓRIA

As famílias Gomes e Carmo, pelos vínculos, tanto materno quanto paterno, pelo esforço e dedicação, para que pudesse desempenhar os estudos e concluir minha formação acadêmica.

Agradecimentos

Esta monografia é fruto e empenho de um trabalho que começou a ser plantado em 2007 (ano de ingresso no curso de Geografia), florescendo e amadurecendo ao longo dos anos, com a construção de um pensamento focado no conhecimento geográfico. Ao longo dos anos, novas ideias floresceram, graças às palavras de incentivos de várias pessoas, despertando o interesse maior pelas questões referentes ao rural. Entretanto, para trilhar até esse caminho árduo tive momentos de alegrias e tristezas, e felicidade que fez com que amadurecesse intelectualmente. Por isso, agradeço as pessoas que fizeram parte de forma indireta ou não na composição deste texto.

Primeiramente gostaria de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico – CNPq, pela concessão da bolsa, que proporcionou o desenvolvimento da pesquisa e a realização da monografia;

A minha família pelo apoio, afeto, carinho, em especial para os meus pais Valmir e Dulcelina, as minhas irmãs (Aline e Elaine) aos sobrinhos (Matheus, Lídia e Laura), aos primos “Carlim” João Paulo e ao “Junim”, pela força.

Aos membros do GEDRA (Grupo de Estudos e Dinâmica Regional e Agropecuária) pelas reuniões e seminários, que contribuíram na minha formação;

Ao Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol, que desde 2008 esteve pacientemente me auxiliando, dando dicas “puxões de orelha” para que pudesse concluir os estudos, sempre com muita seriedade, dedicação, e respeito acima de tudo, a quem sou grato;

Aos docentes e funcionários da FCT, em especial a Dona Altina, a Lúcia do Departamento de Geografia, e a Flávia da Graduação;

Aos amigos da república “Maré Mansa” que me aturaram por esses 5 anos, ao Dr Marcelo José , o Erick, o Pexoto, Rafaela, Marcela, e a Amanda, grandes amigos.

Um agradecimento especial aos produtores rurais do município de Caiuá, pela receptividade e concessão de entrevistas com base nas quais foi possível compreender um pouco mais a vida e a vivência destes produtores no meio rural, meus sinceros agradecimentos.

Aos funcionários da Casa da Agricultura (David, Sr João) pelas entrevistas, e pelas informações e apoio dado durante a pesquisa;

Enfim, a todas as pessoas que de forma direta ou indiretamente nos ajudaram durante a elaboração deste trabalho.

Muito Obrigado !!!!!

SUMÁRIO

Páginas

1- INTRODUÇÃO ……..... 11

2- CAIUÁ-SP NO PROCESSO DE FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO DA ALTA SOROCABANA 15
2.1 - O pioneirismo e a ocupação da região da alta sorocabana 15

2.2 – Caiuá no contexto histórico econômico e regional 19

3– FORMAÇÃO ECONÔMICA, DESENVOLVIMENTO RURAL E DESCENTRALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO MEIO RURAL BRASILEIRO 26
3.1- Alguns aspectos da formação econômica mundial e brasileira 26

3.2 - A questão do desenvolvimento 32

3.3 - Desenvolvimento Rural e Modernização Agrícola brasileira 38

3.4 – Características da Descentralização Administrativa Brasileira 43

4- A DESCENTRALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS POR MEIO DAS AÇÕES DO PROGRAMA ESTADUAL DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS NO MUNICÍPIO DE CAIUÁ – SP 51
4.1 – O Projeto Paraná Rural 52

4.2 – O Projeto Microbacias 54

4.3 – O desenvolvimento das ações do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas em São Paulo 57

4.4 – Críticas ao Programa 64

4.5 – Os Projetos de Microbacias Hidrográficas em Caiuá – SP 66

4.6 - Análise dos Projetos de Microbacias Hidrográficas do Córrego Água da Invernada e do Caiuazinho 78

CONSIDERAÇÕES FINAIS 85

BIBLIOGRAFIA 88

APÊNDICE 93

LISTA DE TABELAS

Nº		Pág.
1	População Total Rural e Urbana de Caiuá – SP (1970-2010).....	22
2	Pontal - Assentamentos Rurais por município 1993 – 2005.....	23
3	Opinião sobre o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.....	79
4	Nível de Escolaridade dos Produtores Rurais.....	80

LISTA DE FIGURAS

Nº		Pág.
1	Localização do município de Caiuá na 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo	19
2	Classificação das regiões agrícolas paulistas, segundo os níveis de prioridade (PEMH).....	61
3	Mapa das Intervenções do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Córrego Água da Invernada no município de Caiuá.....	69
4	Mapa das Intervenções do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Caiuazinho no município de Caiuá.....	73

LISTA DE FOTOS

Nº		Pág.
1	Abastecedouro comunitário Assentamento do Engenho II	75
2	Propriedade Rural Assentamento do Engenho II	76

LISTA DE QUADROS

Nº		Pág.
1	Número total de propriedades e Projetos Individuais Aprovados nas microbacias selecionadas pelo PEMH e número de questionários aplicados	68

LISTA DE GRÁFICOS

Nº		Pág.
1	Nível de Escolaridade do Produtores Rurais	77

RESUMO

O processo de modernização da agricultura brasileira provocou sérios danos ao meio ambiente. Nos últimos anos foram formuladas e implementadas algumas políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento rural, com base em ações inovadoras e com a participação de novos agentes sociais. A descentralização político-administrativa promovida pela Constituição Federal promulgada no ano de 1988 criou as condições institucionais para que tais ações fossem empreendidas. O Programa de Microbacias, surge nesse contexto, inicialmente nos estados do Paraná e de Santa Catarina, sendo posteriormente implementado no Estado de São Paulo, em razão dos bons resultados apresentados no sul do país. No Estado de São Paulo, o referido programa visou combater os problemas decorrentes do processo de modernização da agricultura. Constituíram objetivos do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, o combate à erosão e aos ravinamentos, o estímulo ao manejo adequado dos recursos naturais nas pequenas propriedades rurais e a organização dos agricultores em associações. As ações foram parcialmente financiadas pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD – Banco Mundial) e executadas pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) em parceria com os municípios. A CATI, órgão gerenciador teve como objetivo atender mais de 90 mil produtores rurais em todo o Estado em mais de 1500 projetos de microbacias. Foram atendidos 70 mil produtores rurais, distribuídos em 514 municípios, perfazendo 996 microbacias hidrográficas trabalhadas. No município de Caiuá foram disponibilizados R$ 483.819,01 por meio do referido programa para atender a 104 proprietários na microbacias do Caiuazinho com R$ 255.018,3 e na do Córrego Água da Invernada com R$ 228.800,71, totalizando 80 produtores. Foram concedidos incentivos individuais e coletivos destinados aos produtores rurais para o controle de erosões, recuperação de áreas de preservação permanente, construção de abastecedouros comunitários, entre outros. Os problemas observados no município foram à carência de técnicos executores, o baixo nível de organização coletiva e o individualismo dos produtores rurais, falta de apoio da prefeitura, demora para elaboração dos projetos e a não compreensão do programa por boa parte dos produtores rurais.

PALAVRAS CHAVES: Modernização Agrícola; Descentralização; BIRD; Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas; Pequenos Produtores Rurais

1 - INTRODUÇÃO

O caráter seletivo das políticas públicas voltadas ao meio rural despertou o interesse pelo estudo do meio rural.

A adoção do pacote tecnológico da chamada Revolução Verde ao mesmo tempo em que gerou o aumento da produtividade, por meio da tecnificação dos processos produtivos agrícolas, resultou na intensificação da degradação ambiental. Como consequência deste processo os agentes sociais nele inserido, principalmente os pequenos produtores rurais, foram excluídos socioeconomicamente.

O processo de modernização da agricultura brasileira foi altamente excludente, e tardia, haja vista que, os investimentos realizados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) priorizaram os grandes e médios produtores rurais, em detrimento os pequenos produtores destas ações.

É nesse contexto de transformação no espaço rural brasileiro, que surgem as políticas públicas voltadas ao pequeno produtor rural na região sul do país. O intuito destas ações era sanar os problemas socioambientais decorrentes da modernização agrícola e inserir novos agentes sociais, excluídos outrora.

Com essas premissas, a partir da década de 1980, o país passar por mudanças na estrutura político administrativa, a exemplo o processo redemocratização, a elaboração da Constituição Federal de 1998, e o desenvolvimento de políticas públicas descentralizadoras (sobretudo nos governos do Fernando Henrique Cardoso e do Lula) com ações voltadas para o território, que tinham numa de suas premissas básicas; mudar o enfoque centralizador “de cima para baixo” das ações do Estado. Tais ações propiciaram uma crescente participação da sociedade civil, confirmando as ações.

No meio rural, o enfoque para a promoção do desenvolvimento rural, combate a degradação ambiental, inserção do pequeno produtor rural no espaço agrícola da região Sul e Sudeste do Brasil, tendo as premissas do sistema de planejamento integrado no setor agrícola.

As primeiras ações de caráter inovador começaram no ano de 1987, por meio da implementação do Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas (PNMA). Esse programa buscou trabalhar mais com as questões voltadas para o melhor aproveitamento do uso da água, do solo, no entanto, fez uso do sistema de planejamento das ações. Posteriormente, criaram-se projetos tendo como recorte territorial a microbacia, como por exemplo, o “Programa de Manejo das Águas, Conservação dos

Solos e Controle da Poluição em Microbacias" (Paraná Rural), implementado entre os anos de 1989 a 1997.

Houve, também, intervenções no estado de Santa Catarina, com a criação do Programa de Microbacia em parceria com o Banco Mundial, entre os anos de 1991 e 1999. O Estado de São Paulo, sabendo dos bons resultados das ações desses programas, elaborou o projeto Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, visando desenvolver essas ações no território paulista, objetivando diminuir os efeitos negativos da modernização da agricultura.

Acredita-se que, com a adoção das ações do referido programa, que contava com proposições inovadoras "descentralizadas", (como as próprias ações foram consideradas) por trabalhar em escalas menores do território, as microbacias, e por atender aos pequenos produtores rurais com incentivos, obter-se-iam melhores resultados.

Ao trabalhar nesta perspectiva os pequenos produtores rurais por estarem inseridos em pequenos espaços territoriais, poderiam participar ativamente das ações, pois seria destinando a esses atores sociais benefícios específicos no intuito de capacitá-los com recursos, em infraestruturas, cursos, a fim de integrá-los no meio rural, altamente mecanizado.

Mesmo com alguns problemas para a sua implementação, o programa cumpriu parcialmente com as metas e os objetivos estabelecidos no seu plano inicial no estado de São Paulo. No município de Caiuá, poucos resultados, porém importantes, foram alcançados nas duas microbacias, conforme os dados apresentados neste trabalho.

Neste trabalho, pretende-se analisar as ações do Programa Estadual de Microbacias destinadas para os pequenos produtores rurais do município de Caiuá, localizado na porção Oeste do Estado de São Paulo, por meio da análise das ações do PEMH. O Programa Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo foi parcialmente financiado pelo Banco Mundial (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e executado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

O referido programa teve como objetivo impulsionar o desenvolvimento rural sustentável dos pequenos produtores rurais do Estado de São Paulo, promover melhorias no sistema de ocupação, na qualidade de vida e na implementação de ações que propiciem a exploração adequada dos recursos naturais (CATI, 2001).

Para compreender as questões norteadoras deste trabalho, foi necessário estudar:

a) O processo de formação do território de Caiuá, elencando a estrutura produtiva e demográfica do município;

b) O papel das políticas públicas desenvolvidas para os pequenos produtores rurais, por meio da discussão da temática do desenvolvimento rural, e do papel do estado na participação destas ações;

c) Os papéis exercidos pela descentralização de políticas públicas nas duas últimas duas décadas (1990 e 2000), e a sua evolução, por meio do Programa Estadual de Microbacias hidrográficas e seus efeitos sobre os pequenos produtores rurais;

A pesquisa teve como recorte geográfico o município de Caiuá. Foram analisados os Projetos de Microbacias Hidrográficas implementados nas microbacias do Caiuazinho e do Córrego Água da Invernada.

Com relação aos procedimentos metodológicos adotados, realizamos inicialmente o levantamento e o fichamento de livros, artigos, monografias de bacharelado, dissertações e teses disponíveis na FCT – UNESP – Presidente Prudente e documentos digitais (pesquisados em sites), que abordam a temática do desenvolvimento rural, da descentralização administrativa, das políticas públicas e do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.

O levantamento de dados de fonte secundária foi realizado junto aos Censos Demográficos no banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 onde foram levantados dados da população total, rural e urbana referentes ao município de Caiuá.

Coletamos também dados junto ao Censo Agropecuários de 2006 disponíveis pelo IBGE. As variáveis analisadas foram: estrutura fundiária, utilização das terras e efetivo animal e produção de origem.

Consultamos alguns sites, tais como: Prefeitura Municipal de Caiuá para colher informações sobre o histórico do município; da Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada (CATI), vinculada a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo a respeito do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH).

Elaboramos roteiros para a realização de entrevistas junto ao presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) Caiuá – SP; os técnicos executores do projeto de microbacias; os presidentes de associações de produtores rurais do município; o secretário municipal de agricultura de Caiuá.

Quanto à aplicação de formulários junto aos produtores rurais do município de Caiuá, os questionários foram aplicados em 20% dos produtores rurais, que possuem

propriedades rurais nas duas microbacias hidrográficas selecionadas pelo programa. Foram aplicados formulários a 16 produtores rurais na microbacia do Caiuazinho e 21 na microbacia do Córrego Água da Invernada, totalizando 37 entrevistas.

Após a aplicação dos formulários foi feita a sistematização dos dados por meio da elaboração de gráficos, mapas, tabelas, os quais foram analisados com base no instrumental teórico utilizado na elaboração desta monografia.

O trabalho esta organizado da seguinte forma: além deste texto introdutório, no primeiro capítulo discorremos sobre o processo de formação do município de Caiuá por meio do contexto histórico econômico e regional e da ocupação da Alta Sorocabana, tendo como base o a marcha pioneira para o Oeste Paulista.

No segundo capítulo é realizada discussão teórica a respeito da formação econômica que influenciaram o destino das políticas públicas inseridas no país; já no subitem de desenvolvimento rural discutiu-se o papel das políticas públicas direcionadas ao meio rural brasileiro, e o papel coadjuvante do pequeno produtor rural; com o subcapítulo da descentralização de políticas públicas, analisou o fortalecimento dos movimentos sociais e descentralização político administrativa das ações do estado para os municípios.

No terceiro capítulo procuramos apresentar os resultados obtidos por meio da análise das ações do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas implementadas no município de Caiuá.

Por fim, são apresentadas as considerações finais com base nos resultados alcançados por meio das reflexões realizadas com as análises dos textos, dissertações e teses, as referencias bibliográficas utilizadas e os apêndices organizados.

2- CAIUÁ-SP NO PROCESSO DE FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO DA ALTA SOROCABANA

Neste capítulo será abordado o processo de formação e ocupação da Alta Sorocabana, tendo como base o pioneirismo dos migrantes bem como, o papel desempenhado pela implementação da Estrada de Ferro Sorocabana, as expedições para o reconhecimento deste território e por fim a colonização. Para tanto, consideraremos os primeiros ciclos econômicos e a importância da cafeicultura para o processo de formação dos primeiros núcleos urbanos na região do Pontal do Paranapanema, a fim de compreender o processo de formação do município de Caiuá.

O município de Caiuá esta localizado na Microrregião[1] de Presidente Prudente, área historicamente conhecida como Alta Sorocabana, em virtude da estrada de ferro. A ocupação deste território ocorreu por meio da implementação da malha ferroviária pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro (CPEF), a fim de difundir a cafeicultura para o oeste paulista almejando o desenvolvimento desta região. Para a realização deste trabalho tivemos como pontos norteadores as obras de Monbeig (1984), Leite (1998) e Abreu (1972).

2.1 - O pioneirismo e a ocupação da região da alta sorocabana

A ocupação da Alta Sorocabana se efetivou com a implantação da Estrada de Ferro, a qual deu origem aos primeiros povoados e a vários vilarejos ao longo da estrada de ferro, que acompanhou parcialmente o antigo caminho da Estrada Boiadeira, dando margem para o surgimento dos primeiros vilarejos instalandos as margens da malha férrea.

A ocupação destas terras foi realizada pelos imigrantes brasileiros vindo de Minas Gerais, Paraná e Leste do Estado de São Paulo, e estrangeiros como: os italianos, os japoneses e espanhóis, conforme salienta Monbeig (1984). O intuito destes migrantes era desbravar o oeste do Estado de São Paulo, deslumbrados com a possibilidade de enriquecimento com a monocultura cafeeira, o "ouro verde" dos séculos XIX e XX. "Aberto pelos homens de Minas Gerais e pesquisado pelos homens da Ciência, o extremo oeste de São Paulo só se povoaria realmente com o aparecimento dos cafezais" *(ABREU, 1972, p.28).*

> Depois da penetração pioneira dos mineiros, o Sertão do Paranapanema foi procurado pelos plantadores de café, sequiosos de

[1] A Microregião da Alta Sorocabana contempla 30 municípios de acordo com os dados do IBGE, 1995.

> terras de cultura para o plantio da árvore milionária. Beneficiada pela situação favorável do após guerra [1ª Guerra Mundial], a região do Paranapanema foi, então, realmente aberta. O povoamento contou com as vantagens oferecidas pelo transporte ferroviário prestado pela Estrada de Ferro Sorocabana. (ABREU, 1972, p.38).

É importante salientar que, a marcha pioneira paulista deslocava o sertão para além das barrancas oeste do Rio Paraná, no sentido de Mato Grosso. O avanço do "progresso" representado pelas cidades semeadas nos trilhos das ferrovias empurrava as cercas do sertão atrasado para o oeste, conforme se percebe nas obras de Abreu (1972), Monbeig (1984) e Leite (1998). De certa forma, a marcha da malha férrea no Oeste do Estado de São Paulo favoreceu aos negociantes de terras aumentarem suas vendas, segundo Abreu (1972).

> [...] a ferrovia foi a melhor maneira para os negociantes de terras levarem seus compradores em potencial a conhecerem as glebas; favoreceu a penetração, os loteamentos, a ocupação o aproveitamento do solo. Ao longo das ferrovias multiplicaram-se os núcleos urbanos. [...] Sem a ferrovia, não teriam entrado tantos compradores, colonos em busca de fortuna, aventureiros de toda a espécie. (ABREU, 1972, p 38).

Abreu (1972) ainda ressalta a importância que a monocultura cafeeira exerceu nos domínios paulistas, principalmente no processo de urbanização das terras do Oeste do estado, consideradas férteis por apresentar um solo de cor avermelhada "roxa" que favoreceria o desenvolvimento da monocultura cafeeira.

De certo modo, o processo de conquista do Oeste é marcado pelo desafio de apropriação da natureza indomada e pela necessidade de impulsionar o avanço a partir da modernização. Desta forma, as ferrovias representavam o moderno para expandir o progresso para a natureza selvagem dos sertões paulistas e para as grandes distâncias, destaca Dundes (2007).

Para Abreu (1972), a malha férrea proporcionou o aumento no processo de urbanização do Pontal do Paranapanema, à medida que a monocultura cafeeira vai se consolidando nesses novos estratos de área, dando origem a novos núcleos urbanos.

> A medida que o café se consolida na região oeste do Estado, exerce uma função urbanizadora, por volta de meados do século XIX, pela abertura de novos núcleos. A ação urbanizadora do café alcançou sua plenitude no momento em que ganhou os espigões do planalto ocidental paulista no final do século passado e primeira metade do século XX. A cidade será na maioria das vezes, o trampolim para a ocupação da zona rural, fornecendo as condições para o desempenho de suas funções vitais (ABREU, 1972, p 9-10).

O processo de colonização do município de Caiuá ocorreu nas primeiras décadas dos anos 1920, influenciado pela marcha expansionista para o oeste do Estado de São Paulo com o objetivo desenvolver a prática da monocultura cafeeira, conforme salientou Monbeig (1984). A configuração destes novos espaços urbanos se consolida numa das etapas do processo de expansão capitalista, por meio de recursos disponibilizados pelo Governo Federal, a modo de ocupar e colonizar essas novas áreas recém desbravadas.

Para Monbeig (1984) a explicação deste processo de urbanização da Alta Sorocabana não teria sido consolidada se não tivesse ocorrido a disponibilidade de capitais externos para o seu financiamento e o uso da mão-de-obra.

> Não seria mais satisfatória a explicação que considerasse apenas a fertilidade da terra roxa: para o aproveitamento dessa fertilidade [...] Teria ficado intacta a floresta dos planaltos ocidentais, se os plantadores não dispusessem de mão-de-obra, nem de meios de transporte: não se haveriam estendido as culturas de café por imensas superfícies, se não tivesse sido possível cuidar de uma produção bem mais considerável que as que haviam sido até então obtidas. (MONBEIG, 1984, p. 95-6).

O caminho para o Oeste ocorre em meio a momentos de crise e prosperidade. Dessa forma, a crise de 1929 favoreceu o desenvolvimento da cafeicultura na Alta Sorocabana, com um aumento na produção, haja vista que as grandes potências econômicas da época estavam ressurgindo de períodos adversos, como por exemplo, a I Guerra Mundial.

Em decorrência da crise econômica mundial, o governo brasileiro adota medidas intervencionistas, para diminuir os efeitos danosos da crise no setor agrícola, isso proporcionou a desaceleração no plantio do café em algumas regiões. No oeste paulista, a crise econômica de 29 diminuiu o progresso que a monocultura cafeeira vinha proporcionando, por meio da malha férrea. Esperava que os trilhos se expandissem cada vez mais proporcionando o progresso aos povoados desta região.

De certa forma, o que ocorreu foi um momento adverso onde “a crise cafeeira uma freada na marcha do povoamento” (MONBEIG, 1984, p. 113), onde aquele ímpeto que a malha férrea vinha proporcionando, diminui. Porém não houve uma parada brusca, mas sim uma desaceleração na produção, ou seja, o governo interveio de forma direta, impedindo o plantio de novos pés de café, o que não foi cumprida plenamente, pois o Oeste paulista continuou a produzir café, enquanto nas antigas áreas de produção, houve uma diminuição.

As medidas adotadas pelo governo favoreceram de maneira insipiente as novas zonas de produção cafeeira, medidas essas que durante a crise propiciaram ao café [...] "Registrou-se então uma melhora dos preços e os plantadores recobraram a coragem" (MONBEIG, 1984, p. 113). No Pontal do Paranapanema durante o período em que sucedeu a crise de 1929, houve a desaceleração no crescimento/ou na expansão da marcha férrea para essa região, conforme destaca Monbeig (1984).

> [...] Eis o índice claro de desaceleração, mas não de uma parada completa. Com efeito, não foi detida pela crise cafeeira a construção de ferrovias nas regiões pouco povoadas (MONBEIG, 1984, p. 113).

Até o século XIX, o café era cultivado em todas as zonas cafeeiras do país, principalmente na Mojiana e na Paulista, onde o seu desbravamento não precedia o contorno da estrada de ferro, ao contrário da Alta Sorocabana que vê o surgimento desta cultura, acompanhando a estrada de ferro e que com ela surgem os primeiros núcleos urbanos. O que temos é que, mesmo com dificuldades o café "atinge seu maior vulto de produção em 1935, em plena crise" (MILLIET, 1982, p. 55).

Por outro lado, a crise afetou parcialmente os latifundiários, mesmo com a produção em alta na região do Pontal do Paranapanema (novas zonas produtoras), com as mudanças na estrutura político social, principalmente a força que o café exercia outrora, época de riqueza proporcionada pelo chamado "ouro verde".

Monbeig (1984) afirma que

> [...] foi o café que enriqueceu São Paulo. Mas depois do desmoronamento ocorrido em 1929, o mundo pioneiro não mais encontrou aquela estabilidade. As formas de ocupação do solo sucederam-se em cadência acelerada, levando a reviravoltas incessantes nos preços, no regime social, nas atividades. (MONBEIG, 1984, p.320).

A ocupação das terras localizadas na bacia do Rio Santo Anastácio e da Bacia do Rio do Peixe ocorre com a implementação da malha férrea pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro (CPEF), contribuindo para a formação dos centros urbanos na região, na presença das companhias imobiliárias, que fazia as intermediações de compra e revenda das terras, conforme salientou Abreu (1972), Monbeig (1984) e Leite (1998), fundando novos espaços, como as pequenas propriedades.

Em seguida enfatizaremos como foi desencadeado o processo de formação das pequenas propriedades ao longo da marcha pioneira com a implantação da Estrada de Ferro Alta Sorocabana, destacando a ocupação das terras localizadas na sub-região do Pontal do Paranapanema, dentre elas, o município de Caiuá

2.2 – Caiuá no contexto histórico econômico e regional

O município de Caiuá situa-se a Oeste do Estado de São Paulo, cuja sede apresenta uma latitude de 21º49`54" Sul e 51º59`54" de longitude Oeste, encontra-se a 375m de altitude, distando 624 km da capital paulista. Sua economia é constituída, basicamente, pelo setor agropecuário, tendo nesse, a principal fonte de renda por meio do desenvolvimento da atividade pecuária, tanto de corte quanto de leite (ver figura 1).

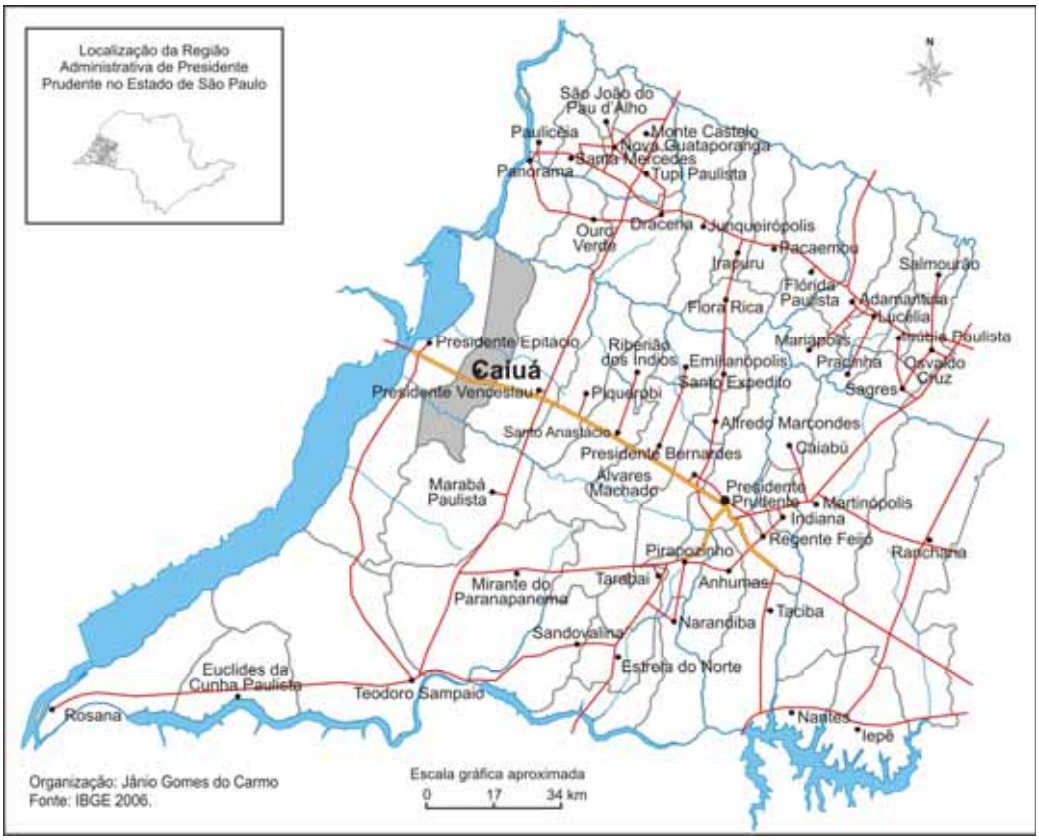


Figura 1: localização do município de Caiuá na 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo

Até meados dos anos de 1930, período em que se encerra a etapa de desenvolvimento primário-exportador no Brasil, o surgimento das cidades estava vinculado à necessidade de comercialização das monoculturas de açúcar, algodão e café (CANO, 2002). Dessa forma, algumas regiões brasileiras foram se formando de acordo com as perspectivas econômicas baseadas num sistema agrícola do tipo agro-exportador, ligados aos períodos hegemônicos dos ciclos econômicos brasileiros.

O Estado de São Paulo se consolida no período de hegemonia cafeeira, junto com a implantação das estradas de ferro que propiciaram a formação de boa parte das cidades Paulistas, principalmente os municípios localizados no Oeste do Estado, onde se encontra Caiuá. Cabe salientar que a redistribuição da população do Pontal do Paranapanema sobre um determinado espaço obedece à evolução da localização e reestruturação das atividades econômicas.

Os processos de ocupação do oeste paulista se consolidaram por meio da exploração de atividades agrícolas, principalmente a monocultura cafeeira. A implantação da malha ferroviária originou o surgimento dos primeiros povoados dando o suporte necessário para a edificação de muitos núcleos urbanos, conforme salienta Hespanhol (2008).

> A importância da cafeicultura, no entanto extrapolava os limites do espaço rural, especialmente nas regiões em que sua expansão estivesse associada aos interesses dos grandes proprietários rurais e de empresas colonizadoras. Isso porque ao mesmo tempo em que ocorria o loteamento e a comercialização das propriedades rurais, desencadeava-se a formação nas margens das ferrovias os primeiros núcleos urbanos que davam o suporte necessário aos colonos que se instalavam no espaço rural. (HESPANOL, 2008, p. 133).

O município de Caiuá esta localizado no Pontal do Paranapanema, região marcada pelo intenso processo de desmatamento, fruto da intensificação das atividades agrícolas sem controle. A região do Pontal se efetivou com a vinda da Estrada de Ferro Sorocabana, que proporcionou o processo de colonização da região, concomitantemente, surgem os primeiros povoados, vários vilarejos ao longo da via férrea recém implantada. O município de Caiuá acompanha parcialmente o antigo caminho da Estrada Boiadeira para a sua edificação.

O processo de colonização do município de Caiuá ocorreu a partir da década de 1920, em decorrência do avanço da marcha pioneira para o oeste do Estado de São Paulo, em busca do enriquecimento com o desenvolvimento da monocultura cafeeira. Como em boa parte do oeste paulista, os nativos foram expulsos de suas terras para dar lugar aos pioneiros que promoveram o desmatamento para o plantio de algodão, posteriormente com o declínio desta atividade agrícola, a devastação intensifica para o desenvolvimento da pratica agropecuária, com destaque para a exploração da pecuária de corte em larga escala, conforme ressalta com Monbeig (1984).

A ocupação deste território se consolida com uma das etapas do processo de expansão capitalista favorecendo os desbravadores com políticas públicas favoráveis,

desse modo, os colonos ocuparam-no no intuito de colonizar essas novas áreas recém desbravadas. Mazzini (2007) chama a atenção para a maneira como as terras do município de Caiuá foram desbravadas pelos proprietários durante o processo de ocupação deste espaço rural ainda pouco conhecido.

> A história se repete, os índios são expulsos e dizimados, sua aldeia é tomada de assalto pelos boiadeiros e "bandeirantes". As terras já tinham um dono e as primeiras famílias que se fixam na povoação dedicam-se exclusivamente ao extrativismo da madeira, substituída mais tarde, pelas culturas de milho e algodão e uma vez limpas as terras, entra a pecuária de corte que passa a ser a base socioeconômica do município (MAZZINI, 2007, p. 153).

Sem muita expressividade, o município de Caiuá por estar distante da malha férrea desenvolve-se com uma economia com base no latifúndio, cuja principal prática agrícola foi a lavoura de algodão, exploração de pouca magnitude. Porém é inserida a atividade pecuária de corte e leite, dinamizando o setor agrícola, visto a pouca intensidade apresentada pelas culturas de café e algodão.

Em contrapartida, o processo de ocupação do território de Caiuá começa num período em que estava ocorrendo à urbanização dos grandes centros econômicos localizados na Alta Paulista e Mogiana. Contudo, o progresso que era esperado com a vinda da Estrada de Ferro Sorocabana para a região do Pontal do Paranapanema não consolidou os trilhos até a dependência do município de Caiuá. Dessa forma, o avanço da malha ferra esperado não proporcionou o desenvolvimento neste município, sendo assim, as terras não foram ocupadas dando margem para o esquecimento deste território pelo estado. A carência se repercute na falta do desenvolvimento de políticas públicas.

No que tange a configuração espacial do Pontal do Paranapanema nos primeiros anos de sua ocupação, temos a presença da estrutura fundiária fundamentada em grandes e médias propriedades, baseadas na prática da policultura (café, algodão, gado bovino de corte e de leite), porém com a predominância do algodão por volta dos anos de 1940 como o principal produto.

No que se refere à prática agrícola, em especial a cafeicultura que por longos anos foi o principal produto de exportação econômica no país, o Pontal do Paranapanema foi atingido pela forte geada ocorrida no ano de 1975, a qual prejudicou o desempenho dos cafezais em alguns municípios da região.

Esse período deu origem a uma desestruturação na economia regional, o que provocou a evasão populacional para outras regiões. Concomitantemente, a desvalorização dos produtos agrícolas, a falta de investimentos no setor, a crise

econômica mundial e a desmotivação fizeram com que muitos produtores rurais do município de Caiuá e da região abandonassem suas terras para investirem em outras regiões, ou empreender seus negócios em outras atividades.

Entre os anos de 1970 e 2000 houve uma redução de mais de 79,53% da população total do município de Caiuá. Sabemos que em 1970 (população rural era de 4.029, mais de 76,44% e a população urbana era de 1.241, mais de 23,56%). Em 2000, Caiuá possuía uma população de 4.192 habitantes. Desse total, 2.423 residiam na área rural (cerca de mais de 57,80%) e 1.769 na urbana (mais de 42,20%), segundo os dados do IBGE (2000). Os dados coletados do IBGE (2010) mostram o crescimento de mais de 95 % da população total do município (5.039) quando comparados com aos dados coletados na década de 1970, cuja população total era de 5.271, conforme Tabela 1.

Tabela 1. População Total Rural e Urbana de Caiuá – SP (1970-2010)

Ano	Rural	%	Urbana	%	Total	%
1970	4.029	76,44%	1.241	23,56%	5.271	100%
1980	1.725	58,09%	1.246	41,91%	2.971	100%
1991	1881	56,30%	1.460	43,70%	3.341	100%
2000	2.423	57,80%	1.769	42,20%	4.192	100%
2010	3.109	61,69%	1.930	38,31%	5.039	100%

Fonte: IBGE, 2010.

Em contrapartida, no ultimo Censo Demográfico realizando em 2010, tabela 1, nota-se o crescimento da população total (a população rural aumenta mais de mais 4% e passa a ter 3.109 produtores rurais, e a população urbana cresceu 3,89%, mais de 1.930 produtores) de acordo com o levantamento realizado pelo Censo Demográfico de 2010, IBGE (2010). Cabe destacar a importância dadas pelas 384 famílias assentadas nos 7 assentamentos do município, pois alavancou o crescimento da população rural, esta que chega a ocupar mais de 61,69% da população total.

Os motivos para o crescimento da população nesta última década referem-se ao investimento do Estado no setor agrícola, por meio de políticas descentralizadoras e aumento de famílias de assentados em lotes de áreas localizados no município de Caiuá. O aumento no número de famílias assentadas nos últimos anos é fruto das pressões exercidas pelos movimentos sociais na região, a exemplo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O objetivo das ações desempenhadas pelos agentes sociais ativos (movimentos sociais) seria forçar a reforma agrária nas áreas consideradas

improdutivas, localizadas no município de Caiuá e em boa parte do Pontal do Paranapanema.

Cabe salientar que as heranças socioterritoriais/ou sociogeográficas, ou seja, a rugosidade trabalhada por Santos (1978), que diz respeito às relações entre os elementos naturais, econômicos, culturais e políticos, presentes na composição deste território, se encontram presentes nas disputas territoriais envolvendo os agentes sociais ativos e os latifundiários, como analisado anteriormente.

A vinda dos imigrantes para o Pontal do Paranapanema favoreceu uma luta pela posse de terras no município, o que proporcionou a formação dos assentamentos rurais em alguns municípios do pontal, inclusive no município de Caiuá, de acordo com a Tabela 2.

Tabela 2- Pontal - Assentamentos Rurais por município 1993 - 2005

Município	**Nº de Assentamentos**	**Nº de Famílias**	**Área HA**
Caiuá	**7**	**384**	**10.248**
Euclídes da Cunha Paulista	11	697	14.803
Marabá Paulista	6	258	6.479
Martinópolis	2	124	2.357
Mirante do Paranapanema	30	1.360	31.674
Piquerobi	3	84	2.595
Presidente Bernardes	8	266	7.193
Presidente Epitácio	5	807	15.552
Presidente Venscelau	6	356	7.601
Rancharia	2	249	3.370
Ribeirão dos Índios	1	40	774
Rosana	3	727	17.242
Sandorvalina	3	302	6.849
Teodoro Sampaio	19	814	22.362
Total	**106**	**6.468**	**149.063**

Fonte: NERA – DATA LUTA - Banco de Dados Luta pela Terra, 2006 *apud* ***RIST 2006*** **(grifo nosso)**

O modo como foram estabelecidas as relações de domínio e dependência acirraram a disputa por terra no município de Caiuá a partir de 1997, quando ocorreram aproximadamente 10 ocupações de terras de modo que a conquista do primeiro assentamento rural se deu em 1998. De lá para cá foram instalados mais sete assentamentos, proporcionando a bóias frias, assalariados rurais temporários, meeiros e

arrendatários do município o que nenhuma política anterior foi capaz de oferecer: melhorias na qualidade de vida destes assentados.

Destarte no intervalo entre as décadas de 1970 e 2010 houve a redução de 14,95% da população rural e o aumento de 14,75% da população urbana, com oscilações a cada década, sendo que os pontos mais críticos foram entre 1970 e 1980 e entre 1980 e 1990, conforme se verifica na tabela 1. A redução populacional no município de Caiuá reflete o êxodo rural que vem ocorrendo nos municípios com perfil rural de todo o Estado de São Paulo. O resultado deste processo é a diminuição na participação absoluta e relativa na composição da população municipal.

A crise econômica dos anos de 1980 forçou muitos produtores rurais a mudar de atividade agrícola, por conta da desestabilização econômica provocada pela abertura política, na qual o país vinha presenciando, que se consolida com a redemocratização brasileira. Nesse momento, o Estado que era o grande financiador das ações (Sistema Nacional de Crédito Rural) com a crise, sofre um enfraquecimento de suas bases, não tendo mais condições de sustentar o setor agrícola, diminuindo os investimentos.

Dessa forma, os produtores rurais perdem sua base de sustentação econômica e mudam para o ramo do setor da pecuária, pois esta pratica agrícola apresenta uma economia pouco diversificada e com baixo índice de desenvolvimento urbano-industrial, alguns produtores arriscaram o investimento em novos espaços territoriais, a exemplo o Centro-Oeste do país, o que mostra a baixa na população rural do município de Caiuá no período de 1980 a 1991, tabela 1 acima.

A base econômica do município de Caiuá é representada pelo setor agropecuário, tendo como o principal produto a pecuária bovina de corte e de leite. A representatividade deste setor refere-se ao grande número de produtores rurais que desenvolvem suas atividades na pecuária leiteira, que no ano de 2009 foi 1,2 milhão de litros, segundo os dados do IBGE.

Outro dado importante refere-se à participação dos assentamentos rurais que tem assumido um papel importante no intuito de dinamizar o desenvolvimento local influenciando na dinâmica interna das pequenas cidades como Caiuá. Verifica-se a importância da produção de leite para os assentados do município, esta que tem se tornado uma das principais fontes de renda para as famílias de assentados. A renda obtida com a venda do leite é empregada para a compra de produtos alimentícios que não são produzidos nos assentamentos, a exemplo, vestimentas, adubos, insumos, etc.

De acordo com as informações do IBGE, o setor agropecuário, representado pelo cultivo de algodão, feijão e milho, praticado nas pequenas e médias propriedades, apresenta pouca representatividade devido à falta de investimentos para o setor, os pequenos produtores rurais, sentem-se desmotivados a investirem no setor agrícola que apresentará pouca rentabilidade, mesmo o município possuindo mais de 60% dos seus estabelecimentos agropecuários com áreas inferiores a 100 hectares.

O Levantamento Censitário de Unidades Agropecuárias (LUPA) 2007-08 realizado pela CATI mostra que, a estrutura fundiária apresenta sua grande maioria em propriedades com menos de 100 hectares, com cerca de 67,66% concentrados em propriedades com até 10 hectares, que representa 17,20% da área. As pastagens ocupam mais de 86,05% da área agricultável do município, destinadas para a pecuária de (corte, leite e mista) seguida pela pratica do cultivo de cana-de-açúcar com 11,96% e do eucalipto com 1,99% de área.

O modo como foram estabelecidas as relações de domínio e dependência acirraram a disputa por terra no município de Caiuá a partir de 1997, quando ocorreram aproximadamente 7 ocupações de terra que redundaram na instalação do primeiro assentamento rural no ano de 1998. De lá para cá foram instalados sete assentamentos, proporcionando a bóias frias, assalariados rurais temporários, meeiros e arrendatários do município melhorias (água, energia, assistência técnica, entre outros mais) aos assentados

Caiuá tem sua formação histórica muito parecida com os municípios localizados no Oeste do Estado de São Paulo, já que muitas deles se constituíram posteriormente ao período hegemônico do café. A expansão da cafeicultura para o Oeste Paulista trouxe melhorias para essa região como a presença na Alta Sorocabana da estrada de ferro, muito importante para o escoamento do café na região. Além desse beneficio, trouxe também a malha rodoviária e com isso vieram os projetos elaborados pelo governo com o intuito de desenvolver o Pontal do Paranapanema.

Como medidas para promover o desenvolvimento regional foram construídas Usinas Hidrelétricas e as Destilarias de Álcool na região, presídios como a Penitenciária de Segurança Máxima de Presidente Venceslau e o Centro de Detenção Provisória de Caiuá.

3– FORMAÇÃO ECONÔMICA, DESENVOLVIMENTO RURAL E DESCENTRALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO MEIO RURAL BRASILEIRO

Este capítulo tem o propósito de apresentar, sob argumentos gerais e de forma sucinta, alguns pontos do processo de formação econômica brasileira, elencando os processos que deram origem a ruptura com o sistema econômico vigente no país até a crise de1929. Faz-se necessário saber o desfecho que o abalo econômico proporcionou aos países envolvidos, mostrando o papel do Estado e das políticas públicas destinadas para o setor agropecuário, remetendo o processo de consolidação na emergência de um novo modo de pensar o desenvolvimento rural brasileiro.

A base para a elaboração deste sub capítulo consistiu na leitura dos textos e obras dos seguintes autores Araújo (1993 2003), Cano (1998 2002), Furtado (1995), que discutem a questão econômica brasileira.

Destarte a atuação no campo por meio da adoção de políticas públicas no intuito de desenvolver o setor agrícola brasileiro e ao mesmo tempo amenizar as desigualdades sociais entre os estratos sociais conflitantes. A discussão do referido assunto foi conduzida por meio da leitura dos seguintes autores: Araújo (2003), Abramovay (2000), Hespanhol (2008), Kageyama (2008), Navarro (2001), Veiga (2005). Para isso, medidas são adotadas por meio da descentralização de políticas públicas, influenciados por um conjunto de mudanças que ocorreram nos últimos trinta anos, que ocasionaram mudanças consideráveis em algumas regiões brasileiras. Foi de suma importância a leitura dos textos do Boiser (2004), Arretche (1996), Araujo (1998) que trabalham com a temática descentralização de políticas públicas, tema esse ainda pouco discutido no meio acadêmico.

Esta análise realizada por meio do desenvolvimento destes estudos tenta por meio da evolução dos determinantes macroestruturais, no caso, a dinâmica do capitalismo agrário, a compreensão do presente, e também uma indicação das possibilidades do futuro, por meio da análise dos processos históricos e do envolvimento dos agentes sociais, políticos e econômico-estruturais.

3.1- Alguns aspectos da formação econômica mundial e brasileira

Este capítulo tem o propósito de apresentar alguns pontos do processo de formação econômica brasileira, destacando os processos que deram origem a ruptura

com o sistema econômico vigente no país até a crise de 1929. Faz-se necessário saber o desfecho que o abalo econômico proporcionou aos países envolvidos, mostrando o papel do Estado e das políticas públicas destinadas ao setor agropecuário. No entanto é de suma importância elencar algumas premissas do processo de desenvolvimento econômico, por meio da discussão desse assunto junto aos principais estudiosos, remetendo o processo de consolidação na emergência de um novo modo de pensar o desenvolvimento rural brasileiro.

No início do século XX, a I Guerra Mundial começa a abalar as fortes estruturas do capitalismo, esse que era considerado por muitos como um sistema estruturado com as bases consolidadas, contudo sofre seu primeiro golpe com a Crise de 1929[2].

O sistema capitalista é oriundo do Liberalismo Econômico[3], que tinha como principais articuladores desta teoria Adam Smith[4] e David Ricardo[5]. Os liberais acreditavam que o próprio mercado se regularia e que não era necessário o governo intervir na economia.

De acordo com Cano (1998), o Liberalismo Econômico de Adam Smith se assentava nos seguintes princípios:

> - O comércio não deve sofrer qualquer tipo de restrição (Livre Cambismo);
> - A ação do Estado deve ser limitada ao atendimento de serviços de justiça, manutenção da ordem social, defesa nacional e alguns serviços sociais;
> - O Estado deveria ter seu orçamento e gastos contidos e equilibrado, não incorporando em déficit ou superávit (CANO, 1998, p. 114 - 115).

No final da década de 1920 ocorre um dos principais abalos na economia capitalista, principalmente com a pane no mercado financeiro das bolsas de valores

[2] Até meados dos anos de 1930, o "mundo americano" vivenciava um período eufórico de consumo e de altas especulações no mercado imobiliário, através da compra e venda de ações, e investimentos nas bolsas de valores. Esse processo se deu graças aos superávits americanos obtidos durante a I Guerra Mundial.

[3] Os economistas pregavam a liberdade econômica, opondo-se as regulamentações. Para os liberais a economia deveria ser dirigida pela Natureza. O Estado não deveria intervir a não ser para garantir o livre curso da natureza (AULA DE ECONOMIA, 2007).

[4] Para este autor quanto maior a Divisão do Trabalho maior a produtividade num espaço de tempo. A teoria de Adam Smith denominada de Vantagens Absolutas. O autor considera que um determinado país deveria se especializar naquilo que melhor produzisse baseados nas vantagens naturais e adquiridas (AULA DE ECONOMIA, 2007).

[5] Este autor acreditava no Valor de troca da economia, em sua teoria das Vantagens Relativas, acreditava-se que primeiro deveria produzir para o mercado interno para depois aumentar a produtividade, e com isso poder exportar o excedente (AULA DE ECONOMIA, 2007).

americanas, oriundas da falência do mercado econômico americano, principalmente o setor agrícola, e o industrial. Com a crise, os americanos se viram na falência e sem alternativas de recuperar-se economicamente. É nesse momento adverso de crise que as teses dos economistas liberais começam a ser questionadas, principalmente por Keynes[6].

Com o desenrolar da Crise de 1929 os postulados econômicos instituídos outrora foram contestados por meio da ação direta do Estado na economia. O intuito destas ações era minimizar os efeitos "depressivos da renda e do emprego gerados por essa crise" (CANO, 1998, p. 115).

Para Keynes, o mercado não é mais auto regulável, como acreditavam os neoclássicos. Todo o capital acumulado com as vendas dos produtos deveria ser reinvestido e não mais guardado na poupança. Era preciso fazer o dinheiro circular para sair deste momento de crise. Dessa forma, os empresários deveriam reinvestir o capital acumulado, e o Estado deveria intervir na economia, para regulá-la.

Cano (1998), com base no trabalho de Keynes "A teoria geral do emprego, do juro e da moeda" apresenta a contestação dos postulados clássicos e ressalta que

> O Estado poderá intervir no sistema, para manter o pleno emprego e o nível de renda, especialmente por meio do investimento público. Mantendo-se o pleno emprego, manter-se-á a demanda efetiva do sistema (CANO, 1998, p.115).

O sistema capitalista vinha sofrendo com sucessivas oscilações decorrentes do desaquecimento econômico e da elevada inflação, consequência das crises econômicas e setoriais, proporcionadas pela Crise econômica de 1929. Contudo em 1933, durante a presidência de Roosevelt coloca-se em prática o New Deal, agora o estado deve intervir na economia. Roosevelt almejava com essa política econômica elevar a renda dos trabalhadores.Para isso, algumas medidas foram tomadas, dentre elas, desvalorização do dólar, estímulo a produção agrícola, geração de empregos públicos, entre outros mais.

A década dos anos de 1940 e marcada pela crise no continente europeu, e ao mesmo tempo as políticas econômicas adotadas em prol do fortalecimento econômico dos países. Contudo, a União Soviética busca através dos Planos Qüinqüenais fortalecer a economia do país. Esses Planos tinha como objetivo dinamizar, fortalecer e fazer

[6] Para Keynes o Estado tem que intervir na economia, este autor teve uma formação neoclássica (bases no pensamento liberal), mas rompe com essa formação, pois em suas teorias com os ensinamentos neoclássicos não estava conseguindo explicar os problemas econômicos, para isso, rompe-se com eles e formula uma teoria em que ele acreditava em que o Estado deveria intervir na economia (AULA DE ECONOMIA, 2007).

crescer os diferentes setores econômicos da economia soviética, por meio da adoção de uma economia planificada, e cada um dos planos se focalizava num setor ou conjunto de setores específico.

A Segunda Guerra Mundial confirmam o processo de desordem e desestrutura econômica que a Europa presenciava. Após a Segunda Guerra intensifica-se o processo de tomada de consciência das ações desenvolvidas pelo Estado, que passou a analisar mais profundamente suas estruturas econômicas, políticas e sociais. "A eclosão da guerra obrigou a maioria dos Estados a atuarem mais decisivamente no sistema econômico, em função da desorganização por ela provocada", e por conta da crise econômica. (CANO, 1998, p. 139).

Como resultados destes processos, ocorreram mudanças na maneira do Estado controlar as ações em todo o território. O governo passa a intervir diretamente na econômica, e passa promover transformações, adquirindo sentido mais econômico, por meio de ações intervencionistas, a exemplo da descentralização das ações públicas por meio da distribuição, da redistribuição, e do desenvolvimento econômico, de acordo com Cano (1998).

Os sucessivos choques do petróleo, nos anos de 1973[7] e 1979[8], alavancaram a crise econômica, por conta do aumento nos preços dos barris de petróleo. De certa forma, o Estado, principal interlocutor das ações, não consegue sustentar suas bases, pois a crise econômica havia alastrado em todo o mundo capitalista, com isso torna-se necessário a intervenção do Estado na economia, com o intuito de regulá-la.

No campo brasileiro, as ações do Estado voltavam-se principalmente para o setor agrícola que vivenciava o aumento na produção cafeeira e a sobreinversão na indústria têxtil algodoeira, conforme afirma Cano (2002). O agravamento dessas crises colocou em marcha a ruptura do padrão de acumulação de capital posteriormente ao "crash de 29". No Brasil, fez-se necessária a intervenção do Estado na economia, por meio da compra de café a preço dos mercados internacionais com o objetivo de manter o país longe da crise.

A medida adotada pelo governo privilegiou os grandes cafeicultores que não sofrem com a crise, e ao mesmo tempo tem a ampliação nos níveis de produtividade no

[7] Primeiro Choque do Petróleo, aumento no preço do barril de 4 dólares para 11 dólares.
[8] Segundo Choque do Petróleo, aumento no preço do barril, de 11 dólares para 33 dólares.

país. Furtado (1995) salienta que a proteção dada ao setor cafeeiro veio por meio da criação de um programa de fomento a renda nacional.

No período pós 1929 até os anos de 1980 prevaleceu o Estado intervencionista, regulador do mercado, do tempo de trabalho, do salário. A meta era proporcionar o desenvolvimento brasileiro, inseri-lo no cenário mundial e tirar os anos de atraso econômico, vivenciados pela dependência do setor agropecuário.

Esse Estado regulador de mercado ganha força durante o mandato de Getúlio Vargas (1950 a 1954), eleito democraticamente, que cria as bases para o desenvolvimento brasileiro consolidado a partir dos anos de 1955 e 1960, por meio do processo de industrialização oriundos da entrada do capital externo no país. Denomina-se este período como um Estado desenvolvimentista[9]. Para Bacelar (2003), o Estado regulador da era Vargas esteve presente com o intuito de promover ou de regular a relação entre trabalho e capital, com o processo de industrialização. Quer dizer, no momento em que "o operariado vai surgindo e em que é necessário definir as regras do jogo entre o trabalho e o capital, o Estado brasileiro aparece com força" (BACELAR, 2003. p. 3).

Entre os anos de 1960 a 1980, o projeto básico brasileiro teve o auge com o plano de metas de "JK", cujo visava desenvolver o país em 5 anos, para isso cria-se mecanismos para a construção do parque industrial, e dessa forma entrar para o seleto grupo das principais potências econômicas mundiais, os países desenvolvidos.

Nesse caminho, as principais metas da proposta elaborada pelo Governo eram compatíveis com os interesses do capital financeiro internacional que se dispôs a participar delas, instalando aqui suas filiais ou financiando a construção de um novo Brasil, para assim poder se igualar aos novos países industrializados, conforme salientou Araújo (1993).

Dessa forma, Araújo (1993) ressalta que

> A história econômica recente das regiões brasileiras se confunde com a história do projeto industrializante que terminou por estimular à rápida e violenta oligopolização de nossa economia, nesse contexto acelerou a constituição e consolidação do "mercado interno nacional" (apesar de integrar nele uma pequena parcela da população do país).

[9] "São as políticas econômicas adotadas no período dos anos de 1930 a 1980, devido à crise de 29. O Estado pretendia regular a economia, promover o desenvolvimento e o crescimento por meio de *ações planejadoras* (por meio do planejamento governamental); *ação promotora* (conjunto de atos executados para promover o desenvolvimento e sensibilizar o empresário privado); *ação executora* (criação de investimentos públicos de infra-estrutura socioeconômica para que os empresários privados efetuem investimentos complementares nas zonas pioneiras); *ação financiada* (fornecimento de credito por meio dos Bancos de Desenvolvimento)" (CANO, 1998, p.145-146).

> Essas décadas assinalaram uma nova forma de funcionamento da economia do País que passa a operar em bases cada vez menos locais e cada vez mais nacionais (ARAÚJO, 1993.p. 88).

Durante o regime militar instaurado em 1964, a concentração dos recursos fiscais e a formação de agências encarregadas da formulação de políticas nacionais alcançaram níveis econômicos sem precedentes. O governo federal ampliou sua capacidade de extração de recursos financeiros, principalmente com a reforma tributária de 1966, e expandiu significativamente o volume de empresas estatais, de órgãos públicos de regulação da atividade econômica e de agências federais encarregadas da prestação de serviços.

Assim, Arretche (1996) lembra que

> A forma de expansão do Estado realizada durante o regime militar implicaria a criação de capacidades institucionais e administrativas nos estados e municípios, capacidades estas que explicam em parte a natureza do processo de descentralização hoje em curso (ARRETCHE, 1996. p. 9).

Nesse sentido, a centralização estatal que ocorreu a partir de 1930 teve uma expansão contínua até fins da década de 1970. Tal episódio não foi apenas fruto de um processo de expropriação das capacidades governamentais em níveis subnacionais, mas da elevada capacidade de inovação institucional e de resposta às pressões advindas dos processos de industrialização e urbanização em curso no país.

A partir dos anos de 1980, os Estados nacionais sofrem um enfraquecimento em sua estrutura política administrativa que proporcionou novas reformulações e reestruturações econômicas, no mundo todo. Emergem as discussões a respeito da incapacidade do Estado em gerenciar, governar, exercer seu papel como administrador das políticas públicas no país. O objetivo era tentar sanar os problemas ocasionados pela alta inflação, pelos benefícios às empresas transnacionais, e a privatização /ou desnacionalização das estatais brasileiras, que estava se processando. Com a elaboração da Constituição Federal de 1988, muda-se a maneira do Estado interferir na economia, pois com a democratização do país, novos agentes sociais passam a participar das ações do Estado.

No Brasil, a economia passa a ser gerida de acordo com o mercado nacional, aproveitando as potencialidades locais. Tais medidas vinculadas a crise inflacionária ocasionaram a venda das estatais brasileiras, por meio da desestatização das ações para o setor privado, no início dos anos de 1990, a exemplo, a Companhia Vale do Rio Doce.

A década de noventa é marcada pelo processo de privatização dos bens nacionais para a inserção capital estrangeiro para acompanhar a economia mundial.

Nesse sentido, Brasil (1993) *apud* Hespanhol (1999) salienta que:

> O Estado brasileiro sempre atuou como um indutor do processo de crescimento econômico, influenciando fortemente as decisões do setor privado, quanto à alocação de recursos na economia. Um dos aspectos mais importantes dessa intervenção estatal esta associado à concessão de estímulos financeiros e fiscais à iniciativa privada – garantindo-lhes, muitas vezes uma rentabilidade artificial – para que essa pudesse exercer um papel empreendedor mais ousado. (BRASIL, 1993, apud HESPANHOL, 1999. p. 92).

Acreditava-se que a financeirização das riquezas nacionais seria um mal necessário para a obtenção de receita para a diminuição da dívida externa, porém o que de fato ocorreu foi a venda das estatais brasileiras a preços inferiores ao de mercado.

Mas por outro aspecto, discutiam-se a eficiência e a finalidade dessas políticas, devido aos altos índices inflacionários, a marginalização e o descontentamento da população diante das medidas econômicas adotadas pelos economistas em tentar remediar o caos econômico e social presente no Brasil.

Assim, aos poucos, as mudanças tornam-se evidentes, a descentralização das políticas públicas foi uma medida adotada para tentar reverter este olhar centralizado no desenvolvimento das ações de "cima para baixo" como tínhamos antes da década de 1980. Todo esse processo se torna possível graças às mudanças instituídas por meio da constituição de 1988.

No setor agrícola, com a abertura para o capital estrangeiro almejava-se o desenvolvimento rural brasileiro. Deste modo, criam-se mecanismos, soluções, por meio da entrada do capital externo para o setor agrícola, no intuito dar continuidade ao processo do desenvolvimento rural.

3.2 - A questão do desenvolvimento

Pretende-se com esse tópico abordar de maneira sucinta o processo de desenvolvimento brasileiro. O enfoque refere-se às discussões referentes ao setor agrícola, por conta da falta de desenvolvimento/ou do desenvolvimento privilegiado para alguns, e a exclusão das políticas públicas para a maioria. Destaca-se a importância das políticas econômicas desenvolvidas por Getúlio Vargas ao formular as bases para o desenvolvimento nacional, e a medida econômica adotada por Juscelino Kubitschek com a consolidação do processo de desenvolvimento, por meio da abertura para a entrada do capital multinacional.

Entre os anos de 1951 a 1954 a política desenvolvimentista de Getúlio Vargas favoreceu o desenvolvimento brasileiro, por meio do avanço no processo de industrialização, graças ao apoio da política de Vargas, que procurou desenvolver a indústria nacional, sem deixar de investir no setor agrícola. Nos anos de 1955, "JK" implementou no país uma política econômica que apoiava o desenvolvimento, com o intuito de promover o crescimento do setor industrial brasileiro. No entanto, havia um grupo de grandes latifundiários contrários ao desenvolvimento da indústria brasileira. A partir de então, a discussão a respeito do desenvolvimento ganha mais notoriedade, principalmente com as medidas econômicas adotadas por Juscelino Kubitschek, que priorizou a industrialização do país.

A política econômica adotada por Juscelino Kubistchek visava desenvolver o país, para isso ele estabeleceu 30 metas que deveriam ser implementadas durante os cinco anos de governo, cuja ação ficou conhecida como Plano de Metas. Esse Plano mencionava setores básicos da economia, nos quais os investimentos públicos e privados deveriam ser canalizados, dentre eles, economia, transportes, indústria com maior quantidade de recursos disponibilizados, porém dentre as cinco, educação e saúde não receberam o mesmo tratamento.

O desenvolvimento associado à entrada de capital externo privilegiou em sua maior parte o setor industrial. Promoveram-se mudanças estruturais no âmbito das disputas sociais e políticas. Nos meios acadêmicos eram realizadas discussões sobre as mudanças estruturais decorrentes das políticas desenvolvimentistas. Com isso, modificações conceituais e paradigmáticas padeceram na esfera nacional posteriormente a Segunda Guerra Mundial. Nesse período, foram implementadas políticas públicas com o objetivo de promover o desenvolvimento do setor agropecuário logo em seguida o setor industrial.

Posteriormente a Segunda Guerra mundial, ocorre a entrada de investimentos externos em benefício do desenvolvimento do setor industrial que estava se consolidando. Contrariamente, a agricultura era realizada nos moldes tradicionais, com poucos investimentos em tecnologia.

Dessa forma Bacelar, (2003) salienta que:

> O Estado era o promotor do desenvolvimento e não transformador das relações da sociedade. Um Estado conservador que logrou promover transformações fantásticas sem alterar a estrutura da sociedade. Visto que, o essencial das políticas públicas desse período estava voltado para promover o crescimento econômico, acelerando o processo de industrialização, o que era pretendido pelo Estado

> brasileiro, sem a transformação nas relações de propriedade na sociedade brasileira. (BACELAR, 2003, p 01- 02).

Para Navarro (2001), dois foram os períodos durante os quais o desenvolvimento torna-se único na história, permeando e determinando as perspectivas e o jogo das disputas sociais e políticas.

O primeiro período tem como marco o final da Segunda Guerra Mundial, inicia-se especialmente a partir dos anos 1950 e se estende até o fim dos anos 1970, com a inserção da política de modernização da agricultura, por meio da mecanização no campo e do desenvolvimento no setor industrial.

O segundo período se inicia em meados dos anos 1990 e decorre das mudanças políticas no país, primeiro com a elaboração da Constituição Federal de 1988, e segundo com as eleições para a presidência da república, com o direito de voto a todos os maiores de18 anos.

Neste sentido, o autor destaca que:

> Nos anos recentes, as motivações para o reaparecimento do debate sobre o desenvolvimento (e o desenvolvimento rural) modificaram-se radicalmente, caracterizando-se muito mais, ao contrário do primeiro período, por uma percepção acerca da aparente impossibilidade do desenvolvimento ou, pelo menos suas imensas dificuldades de materialização. Aliás, pode-se ousadamente afirmar que talvez a inquietude social e política gerada pela disseminação da desesperança com relação ao futuro é que, de fato, tenha reavivado o crescente interesse pelo tema do desenvolvimento (NAVARRO, 2001, p.85).

Para Hespanhol (2007), entre os anos de 1945 até o início da década de 1970 predominou o modelo desenvolvimentista, em que o termo desenvolvimento era considerado sinônimo de crescimento econômico, que concedia privilégios a minoria que se adequava as normas estabelecidas (produção voltada para o mercado externo, abastecimento de matérias-primas agroindustriais), para o recebimento dos pacotes de investimentos vindos do exterior.

O desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico é restrito, pois apresenta base apenas econômica. “A preocupação exacerbada com o progresso tecnológico deixa à sombra questões sociais, culturais e de impactos do meio físico (ambientais)” (FURTADO, 1996, p. 9).

A partir da historicização a respeito das políticas de desenvolvimento adotadas no Brasil, alguns autores discutem a respeito do desenvolvimento, que apresenta dois sentidos importantes para a sua compreensão. Primeiro, refere-se à evolução do sistema capitalista de produção, ao processo de acumulação e o progresso técnico, com o

objetivo de aumentar a produtividade da força de trabalho. Segundo, diz respeito ao processo trabalhado por Furtado (1996), trata-se da relação entre desenvolvimento e grau de satisfação das necessidades humanas.

As premissas citadas dizem respeito à satisfação das necessidades elementares da população e ao interesse dos grupos dominantes na economia na utilização dos recursos naturais. Esse que tem se tornado um dos principais dilemas da atualidade, haja vista o aumento das práticas exploratórias, ou seja, como conciliar a exploração dos recursos naturais escassos, com as necessidades da população, sem degradar suas condições de existência.

Nos anos 1960, as discussões sobre os problemas ambientais ganharam expressividade, pois há um questionamento na maneira como o desenvolvimento vinha sendo inserido no mundo. No Brasil, a política econômica adotada pelo Estado beneficiava o setor agrícola por meio da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, atendendo a uma minoria de grandes produtores rurais.

Deste modo, temos que a grande discussão era em torno da "expansão da oferta de crédito" cujo objetivo era de modernizar a agricultura, por meio da "introdução maciça da mecanização e de insumos químicos" (KAGEYAMA, 2008, p.108). Porém, essa política não cumpriu com as metas pré-estabelecidas, ou seja, diminuir a desigualdade econômica/social no país, haja vista que, "o mesmo não proporcionou os mesmos resultados sociais ocorridos em outros países considerados desenvolvidos" (VEIGA, 2005, p. 18-19).

No início da década de 1970, a preocupação com tais problemas foi incorporada pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o intuito de amenizar os problemas gerados a favor do desenvolvimento econômico.

Desta forma, Hespanhol (2007) enfatiza que:

> Após a Primeira Conferência Mundial sobre o meio ambiente realizada em Estocolmo no ano de 1972, a concepção desenvolvimentista passou a ser combatida, cedendo espaço, no plano das discussões, ao ecodesenvolvimento e, a partir de meados dos anos 1980, ao desenvolvimento sustentável (HESPANHOL, 2007, p. 180).

De certo modo, o termo desenvolvimento pode ser compreendido como uma extensão de liberdade, em que as pessoas desfrutam e contrastam com visões mais estreitas, como as que relacionam com a industrialização e o progresso social, seria a sensação de liberdade desfrutada por poucos membros da sociedade, conforme proposto por Sen (2000).

Para Sen (2000), a liberdade depende de outros determinantes socioeconômicos como meio de expansão do desenvolvimento, pois a industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização podem contribuir para expandir a liberdade humana, porém ela depende de outros pré-requisitos que são de extrema importância para o desenvolvimento socioeconômico do ser humano (Grifo nosso).

Sen (2000) chama a atenção para as perspectivas econômicas, sociais, políticas em que o desenvolvimento pode alimentar a liberdade.

> O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas) (SEN, 2000, p. 17).

Veiga (2001) afirma que Sen (2000), ao trabalhar com os termos modernização, Produto Interno Bruto (PIB) (como decorrência natural do crescimento econômico) e liberdade, mostra que o desenvolvimento é um processo de liberdade que as pessoas desfrutam. O autor salienta que na tese da autora

> Contrasta com visões mais restritas, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do PIB, aumento da renda per capita, industrialização, avanço tecnológico ou modernização. Essas cinco façanhas são obviamente importantíssimas, como meios de expandir as liberdades. Mas as liberdades são essencialmente determinadas por saúde, educação e direitos civis (VEIGA, 2001, p. 105).

Para Veiga (2001), o termo "desenvolvimento" desempenha um papel relevante no processo, pois o mesmo, em suas explanações em vários países desenvolvidos, suas definições não são explicitas, o que dificulta o seu entendimento. Para ele o desenvolvimento torna-se um compromisso para a liberdade.

> Essa ênfase nas liberdades e direitos básicos apóia-se em três pilares: sua importância intrínseca; seu papel consequencial de fornecer incentivos políticos para a segurança econômica; e seu papel construtivo na gênese de valores e prioridades. Uma variedade de instituições – ligadas à operação de mercados, administrações, legislaturas, partidos políticos, organizações não-governamentais, poder judiciário, mídia e comunidade em geral – contribui para o processo de desenvolvimento precisamente por meio de seus efeitos sobre o aumento e a sustentação das liberdades individuais (VEIGA, 2001, p. 105).

Todavia, Santos (2005) ressalta que

> O desenvolvimento sempre se prestou a muitos tipos de interesses. Governantes que tentam vender esperanças para as comunidades por

> meio de discursos inflamados, políticos que buscam um invólucro apresentável para suas velhas doutrinas, subterfúgios que se confundem com dinamismo (SANTOS, 2005, p. 23).

Para Fisher (2002) há quatro aspectos importantes para se alcançar o desenvolvimento de uma nação.

> a) os objetivos do desenvolvimento devem ser múltiplos e a qualidade de vida inclui, além da renda, saúde e educação e maior participação na vida pública; b) as políticas de desenvolvimento são interdependentes e devem ter medidas de acompanhamento; c) o Estado tem um papel intransferível na gestão e regulação dos processos de desenvolvimento; d) os métodos contam tanto quanto as políticas, pois o desenvolvimento durável supõe um quadro institucional sólido apoiado na transferência e participação, construído sobre parcerias entre a sociedade civil organizada, o setor privado e o governo (FISHER, 2002, p. 23).

No entanto, ao abordarmos o tema desenvolvimento, é importante salientar a diferença entre desenvolvimento[10] e crescimento econômico. Nesse sentido, Sachs (2001) afirma que

> O fato de que o desenvolvimento não está contido no crescimento econômico não deve ser interpretado em termos de uma oposição entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento econômico, se repensado de forma adequada, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos, e colocado a serviço de objetivos socialmente desejáveis, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento (SACHS, 2001, p. 157-158).

Nos anos posteriores novas perspectivas foram tomadas no caminho do desenvolvimento, visto o desenrolar das crises econômicas entre os anos de 1970 (1º, 2º Choque do petróleo) no mundo. Como consequência, o Brasil entra nos anos 1980 com elevada inflação, déficits orçamentários, aumento das desigualdades sociais e o êxodo rural, porém o setor agrícola continuou a receber incentivos do governo para o desenvolvimento agrícola, mas de forma desigual, por não atender a todos os agentes sociais nele envolvidos.

Neste período, à produção de produtos agrícolas esta voltada para exportação, por meio do apoio de benefícios pelo Estado. Nos anos 1970, houve a intensificação do desenvolvimento tecnológico no campo, a exemplo da crescente absorção de insumos modernos pelos produtores rurais, cujo apoio era dado pelo Estado como parte de uma

[10] "O desenvolvimento é definido pelo aumento contínuo dos níveis de vida, incluindo maior consumo de produtos e serviços básicos para o conjunto da população, apenas o valor da renda per capita pode ser insuficiente para refletir corretamente os diferenciais de desenvolvimento entre países ou regiões" (SOUZA, 1995, p. 18).

estratégia de aumento da produtividade e, com o objetivo de industrializar o país e de elevar a renda dos produtores, conforme salientou Navarro (2001).

O Estado favoreceu os grandes produtores rurais por meio da disponibilização de recursos financeiros aos latifundiários para a compra de máquinas, implementos e produtos agroquímicos. Com essas ações objetivava-se aumentar a produção agrícola nacional e alavancar o crescimento econômico do país.

Almejava-se com a instituição dos novos rearranjos instituídos no país, diminuir a pobreza, alavancar o crescimento agrícola que se encontrava atrasado, fruto do conservadorismo/e favorecimento a elite rural brasileira, de outrora. Poucos foram os recursos destinados aos pequenos produtores familiares, que passam a participar das ações governamentais com a promulgação da constituição de 1988.

Novas ações públicas foram destinadas aos pequenos produtores rurais, nos fins dos anos de 1980 e meados da década de 1990, com a criação de programas sociais como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o PRONAT (Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais), cujo objetivo pautou-se no desenvolvimento e inserção dos pequenos produtores rurais no setor agrícola.

Como resultado deste processo, houve uma desigualdade econômica nos preços dos produtos e na burocracia para a aquisição de crédito rural, uma intensificação socioeconômica fomentada pela modernização excludente que o desenvolvimento proporcionou; barreiras estas que, os pequenos produtores rurais, ainda não conseguiram superá-las por conta das restrições impostas a eles para o acesso ao crédito.

3.3 - Desenvolvimento Rural e Modernização Agrícola brasileira

Entre os anos de 1950 e 1970, a política nacional vincula o crescimento econômico à entrada de investimentos externos. Com isso, nos meios acadêmicos, as discussões sobre o desenvolvimento e modernização agrícola se tornam evidentes. O setor agrícola que antes era tido como atrasado, agora passa por um intenso processo de modernização. Este se torna uma peça dependente dos novos interesses econômicos e sociais e das classes emergentes, subordinados a uma vida social com base no consumo, em diferentes estágios nos países, de acordo com Navarro (2001).

O autor ainda ressalta que

> A noção de desenvolvimento rural, naqueles anos, certamente foi moldada pelo “espírito da época”, com o ímpeto modernizante (e seus significados e trajetórias) orientando também as ações realizadas em nome do desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001, p. 84).

Conforme Navarro (2001) o desenvolvimento rural dos anos 1970 ocorre por investidores que lançam em todo o território uma gama de investimentos tecnológicos, cuja finalidade era alavancar o desenvolvimento rural e aumentar a produção de alimentos no campo, pois cresce a demanda por produtos agropecuários.

> a crescente absorção de insumos modernos pelos produtores, como parte de uma estratégia de aumento da produtividade e como elementos finalísticos para a elevação da renda dos produtores (NAVARRO, 2001, p 88).

Para Kageyama (2004) dois os pontos fundamentais para que o desenvolvimento rural ocorra de maneira correta, o desenvolvimento endógeno e o desenvolvimento exógeno, para tanto é necessário ter uma combinação de ambos.

> a crescente absorção de insumos modernos pelos produtores, como parte de uma estratégia de aumento da produtividade e como elementos finalísticos para a elevação da renda dos produtores (NAVARRO, 2001, p 88).

O desenvolvimento rural deve ser trabalhado nas suas diversas funcionalidades; como um processo multinível, multiatores e multifacetado ligado a nova dinâmica do capital, que acelera o desenvolvimento não só restringindo ao rural/ou urbano, mas sim o ato de interrelacionar os dois setores num mesmo contexto socioeconômico, conforme salienta Kageyama (2004).

> O desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo; representa, enfim, "[...] uma saída para as limitações e falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe" (KAGEYAMA, 2004, p. 384-385).

Para Navarro (2001), o desenvolvimento rural

> Trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural. O Estado Nacional por ser a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor (e impor) mecanismos amplos e deliberados no sentido da mudança social, funda-se para tanto em uma estratégia pré-estabelecida, metas definidas, metodologias de implementação, lógica operacional e as demais características específicas de projetos e ações governamentais que têm como norte o desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001, p. 89).

Quando falamos em desenvolvimento rural não podemos esquecer o processo de modernização proporcionado a uma determinada região. Assim, desde os anos de 1950,

o Brasil passa por um intenso processo modernizante, que se tornou mais expressivo a partir de 1965, através da instituição do Sistema Nacional de Credito Rural (SNCR), conforme Hespanhol (2005).

O processo de modernização da agricultura brasileira apresentou-se de forma seletiva e diferenciada, pois não atingiu a todos os agentes nele envolvidos de modo igualitário, o que torna seletivo, produtos, regiões, e excluem os pequenos produtores rurais, que acabam por não vivenciarem o mesmo processo.

Acreditava-se que o desenvolvimento rural contribuiria para a "criação de uma atmosfera empresarial e uma identidade cultural que impulsionasse os sistemas produtivos locais – como de outras atividades produtivas" (industriais, artesanais e de serviços), com isso poderia diminuir a estagnação alimentar, contribuir para a conservação ambiental por "meio da adoção de técnicas eco-compatíveis e preservando o território", conforme salienta (KAGEYAMA, 2008, p. 65-66).

Com relação ainda às desigualdades na distribuição do subsídio, Gonçalves Neto (1997) também enfatiza que:

> [...] os recursos atingem de forma privilegiada os grandes produtores e grandes proprietários, em detrimento dos pequenos; serve mais às regiões já desenvolvidas, discriminando, sobretudo com relação ao Nordeste; as culturas mais dinâmicas, ligadas ao mercado externo ou à substituição de importações, abocanham parcelas de crédito muito superiores à sua participação na produção nacional, restringindo o uso do crédito pelas culturas mais ligadas ao mercado e às necessidades internas (GONÇALVES NETO, 1997, p. 179).

Neste sentido, Hespanhol (1996) chama a atenção para o movimento da modernização da agricultura no Estado de São Paulo, ressaltando que:

> No Estado de São Paulo por causa da maior expressividade industrial e do estágio mais avançado das forças produtivas em geral, o movimento de modernização da agricultura não somente foi mais profundo, como antecedeu em mais de dez anos o ocorrido em outras regiões do país [...] Assim, a agropecuária estadual, que já apresentava maior integração ao mercado e aplicava maior tecnologia em relação à média do país, respondeu de imediato às políticas de cunho modernizante implementadas pelo governo federal alterando significativamente a pauta de produtos, o nível de tecnologia empregada e as formas de produção (HESPANHOL, 1996, p. 199).

Entre os anos de 1961 a 1975 temos o milagre econômico, o país começa a crescer e desenvolver economicamente, porém passado esse surto de crescimento, o país entra em crise no final dos anos de 1970 e ao adentrar os anos de 1980 o Brasil sofre com o desaquecimento econômico decorrente da crise econômica mundial. Neste

período, o resultado das propostas governamentais elaboradas em prol do desenvolvimento rural brasileiro visto em diferentes escalas, pouco alterou a diminuição da pobreza rural, sendo este o principal objetivo das políticas públicas desenvolvidas para a agricultura.

Ainda sobre os efeitos da crise econômica por conta do primeiro e do segundo choque do petróleo, o desenvolvimento rural que era tido como o novo caminho para sanar os problemas econômico-sociais no campo, não se concretiza. Nesse período, persiste o direcionamento dos investimentos a uma minoria privilegiada não favorecendo a todos os agentes sociais nele inseridos. A *priori*, tem-se a crise no sistema de Crédito Rural em 1980, ocasionando a crise da ação do Estado e o fim do crédito rural subsidiado.

A crise fiscal do Estado brasileiro na década de 1980 provocou o esgotamento do padrão de financiamento da agricultura e o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) entra em declínio, o governo não consegue mais fornecer subsídios para os agricultores, de acordo com Hespanhol (2006).

Entre os anos de 1984/85, começa a ganhar força o movimento pela democratização do país. Os novos agentes sociais passam a exercer um papel importante na luta a favor da democratização, o que favorece a elaboração da nova constituinte. O governo sob pressão interna elabora a Constituição Federal de 1988. Com ela surgem novas mudanças, e diretrizes de caráter social são criadas no Brasil. Contudo, os movimentos ambientalistas ganham força, contrários a modernização da agricultura, saem da ilegalidade e passam a reivindicar soluções para os problemas ocasionados pelo processo de modernização da agrícola brasileiro.

A partir dos anos de 1990, o debate sobre o desenvolvimento rural ganha força, por conta da participação e do interesse do Estado com o desenvolvimento de políticas públicas, principalmente as discussões em torno da "agricultura familiar e o seu crescimento como categoria política", a participação dos movimentos sociais (Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais), conforme sustenta (KAGEYAMA, 2008, p. 68).

O Estado promove alterações em benefício do desenvolvimento rural, com o intuito de adequar a nova realidade instituída no país por conta da elaboração da Constituição Federal de 1988, e da pressão dos movimentos sociais (reforma agrária, segurança alimentar, e o PRONAF (1996)), principalmente na esfera institucional, nas estratégias das políticas sociais. Tais medidas proporcionaram um novo padrão de

organização por parte dos pequenos produtores rurais, através da participação nas decisões locais junto aos órgãos locais com a criação dos conselhos municipais, surgindo novas discussões.

Com a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, as Secretarias Municipais de Agricultura, e as reivindicações do campo emergem uma condição social legalizada no país ainda pouco difundida entre os agentes sociais. Sendo assim, os movimentos sociais que saíram da ilegalidade, ganharam maior autonomia conseguindo maior participação na distribuição do capital social, neste novo desenvolvimento rural.

Abramovay (2000) enfatiza que

> A proliferação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, a montagem de centenas de Secretarias Municipais de Agricultura, a pressão social sobre os recursos dos Fundos Constitucionais e sobre a própria política agrícola, a experiência de construção dos assentamentos e um esforço inédito de formação dos agricultores para o exercício da cidadania por parte das próprias organizações que os representam fazem parte de um movimento que o país mal conhece e, conseqüentemente, não valoriza (ABRAMOVAY, 2000, p. 6).

Para Abramovay (2000), duas correntes perfazem este novo rural brasileiro, a inserção do capital social para melhora na distribuição dos recursos destinados para o desenvolvimento do rural brasileiro e a dimensão territorial do desenvolvimento. *(grifo nosso).*

Nesse sentido, o autor destaca que

> [...] a noção de capital social, como um conjunto de recursos capazes de promover a melhor utilização dos ativos econômicos pelos indivíduos e pelas empresas; por outro a que privilegia a dimensão territorial do desenvolvimento e que insiste na idéia de que a competitividade é um atributo do ambiente, antes mesmo de ser um trunfo de cada firma. A convergência entre estas duas correntes de idéias permite que se ampliem os horizontes de reflexão sobre o meio rural, que não pode ser confundido com a base geográfica de certo setor econômico, nem como o resíduo daquilo que não pertence às cidades (ABRAMOVAY, 2000, p. 01, grifo nosso).

O problema gerado pela criação destes novos segmentos de participação social, diz respeito à falta de interatividade/ou interlocução entre os órgãos capacitados para o gerenciamento, e o distanciamento entre os produtores rurais, que não falam a mesma língua. Seria necessária a união entre os produtores rurais e os órgãos gerenciadores durante a discussão e a elaboração dos projetos com o intuito de melhorar o

entendimento entre os agentes sociais e instituições organizadoras, a fim de melhorar as condições do rural brasileiro.

Abramovay (2003) enfatiza que dentre os principais obstáculos estão

> [...] a falta de confiança dos produtores na própria capacidade; a dependência dos membros da comissão com relação ao prefeito; o sentimento do prefeito de que a comissão é um adversário ao seu próprio poder; a ingerência político-partidária na vida das comissões; a falta de preparo dos próprios técnicos; a baixa participação da sociedade civil local nas comissões; a participação exclusiva de homens, com exclusão das mulheres e jovens (ABRAMOVAY, 2003, p. 91).

Com o intuito de reverter o quadro de degradação ambiental, provocado pela modernização da agricultura, foram instituídas políticas públicas, descentralizadoras, como por exemplo, o Programa de Microbacias hidrográficas em combate a deterioração ocasionada pela Revolução Verde.

3.4 – Características da Descentralização Administrativa Brasileira

A partir do final dos anos de 1980 e inicio 1990 ocorreu o processo de reorganização do território nacional, fomentado pelo desenvolvimento de políticas públicas, pautadas na reestruturação territorial (sob efeitos da forte crise econômica), baseadas na lógica de produção/e desenvolvimento espacial, em virtude dos longos anos de conservadorismo administrativo.

Esse é um período conturbado economicamente e socialmente, decorrente das mudanças econômicas, que propiciaram as fases do milagre econômico seguida pela recessão, aumento da inflação e ampliação da dívida externa.

O Brasil passa a apresentar mudanças qualitativas e quantitativas em prol do desenvolvimento local. O processo de descentralização administrativa surge como solução para os problemas sociais deixados pela crise econômica do final dos anos de 1970, que adentram a década de 1980. Como resultado deste processo, temos o baixo crescimento econômico, forte índice inflacionário, provocando o descontentamento da população e a eclosão dos movimentos sociais.

Destarte o papel do Estado, que encontra com os recursos praticamente exauridos, e mesmo assim continua a sustentar segmentos da elite através de cargos dentro do aparelho estatal patrimonialista. Contrapondo a essas ações, as camadas populares que estavam fora deste jogo político tornam-se ativos nele e inscrevem suas demandas, e reinvidicam suas ações, conforme salientou Sato (1993).

Esse descontentamento tem seu prolongamento até o inicio dos anos 1990 quando se tem a realização das reformas no Estado, no intuito de “redefinir os papéis e as funções, atribuições e aporte de recursos em diversos níveis do governo” (ARAÚJO, 1998, p. 30).

Como resultado deste processo, o Estado brasileiro que outrora era o regulador da economia sofre com o enfraquecimento de suas bases, não consegue mais obter o controle de suas ações de planejamento, e ganha força o ciclo de descentralização no final dos anos de 1980 e percorre até os dias atuais. Esse processo ocasionou o desmanche de toda a estrutura de planejamento e o esgotamento do padrão de financiamento tradicional, que beneficiava os grandes latifundiários durante o desenvolvimento da agricultura e da indústria nacional.

Dessa forma Buarque (1999) lembra que

> Este ciclo de desconcentração econômica e centralização política parece se inverter, a partir da segunda metade da década de oitenta, como resultado combinado da estagnação econômica e da crise do Estado no Brasil. Com a promulgação da Constituição de 1988, inicia-se um processo desorganizado de descentralização político-administrativa, com distribuição de responsabilidades e poder decisório para os Estados e municípios, reduzindo o peso da União (BUARQUE, 1999, p. 20).

Com a desestruturação da estrutura político econômica do Estado nacional, as discussões a respeito do ordenamento de novas políticas públicas nacionais tornam-se constantes. Buscou-se o apoio da participação dos estados e municípios brasileiros, nas discussões, entorno da descentralização das ações públicas. Esses entes federativos passam a ter maior autonomia nas decisões internas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que previa a democratização do país.

Houve a articulação de uma série de novos canais de participação envolvendo o Estado e a sociedade, a fim de buscar alternativas cabíveis para sanar os problemas das políticas públicas conservadoras implementadas no país, desde outrora. Haja vista que, as novas práticas desenvolvidas pela Constituinte de 1988 eram consideradas ativas e inovadoras no ponto de vista político, pois dava autonomia aos novos sujeitos sociais de reivindicar os seus direitos perante a sociedade, tornando-os sujeitos ativos.

A Constituição Federal de 1988 foi elaborada em virtude das articulações ocorridas no campo social, principalmente com a inserção e a participação destes novos agentes sociais, que levaram o país a desencadear transformações no campo político,

econômico e, principalmente, no social, no sentido de promover a redemocratização, a descentralização e a ampliação da participação social.

Tonella (2006) lembra que

> No campo da prática, novos agentes entraram em cena e passaram a dividir com o movimento operário (e também o estudantil) a arena de construção de um campo articulado de resistência à opressão e ao autoritarismo representado pelas mudanças causadas pela ditadura militar instaladas em 1964. Os novos personagens passaram a se organizar em movimentos de bairro através da associação de moradores, nas Comunidades Eclesiais de Base espalhadas pelo país, no movimento de mulheres, de negros e homossexuais (TONELLA, 2006, p. 27).

A Constituição Federal de 1988 tornou legal alguns atos que as constituintes anteriores negavam o direito aos cidadãos, que em qualquer ato contrário as normas estabelecidas, os infratores receberiam punições severas. Ela aferiu direitos na relação entre Sociedade-Estado no Brasil.

Uma das conquistas foi o direito a greve pelos trabalhadores, a formação dos movimentos sindicais. Sendo assim, o Artigo 7º da Constituinte Federal de 1988 em seu parágrafo único, Direitos Sociais e Não Sociais, ressalta que "As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer" (BRASIL, 1988, artigo 7º), desta maneira os sindicatos saem da ilegalidade, surgindo novos.

Para Tonella (2006) a nova ordem democrática afere mais direitos aos cidadãos, amplia as ações para o exercício da cidadania proporcionando à população o direito de participar e reivindicar por meio de greve, passeatas, paralisações concebidas a eles os "Direitos e Garantias Fundamentais" presentes na Constituição Federal de 1988.

> A nova ordem democrática foi assegurada com a construção de um novo arcabouço jurídico "Direitos e Garantias Fundamentais" que amplia o espaço para o exercício da cidadania, com isso, as demandas da cidadania foram incorporadas, principalmente na participação de gestão de políticas sociais (saúde, previdência e assistência social). Nessa direção, ganharam forma através da promulgação da constituição de 1988 (TONELLA, 2006, p 28, grifo nosso).

Nesse caminho fica assegurada através do desejo da construção de uma nova estrutura político social no país, para que a sociedade pudesse participar e reivindicar os seus diretos. No Artigo 204 da Constituição Federal de 1988, em sua Disposição Geral, na secção IV Da Assistência Social, presente no Titulo II, ressalta que:

> As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos

> no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:
> I- descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas na esfera estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
> II- participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (BRASIL, 1988).

Com a Regulamentação da Constituição de 1988 constata-se a presença dos termos "autonomia, competência comum, cooperação, participação da comunidade, plebiscito, referendo e iniciativa popular", condensados por meio de pactos políticos moldados por forças sociais contrárias ao centralismo e autoritalismo do sistema vigente anteriormente (SATO, 1993, p. 09).

Desse modo, a corrida entre os agentes sociais diretamente ligados às discussões sobre o artifício democratizante ganha mais notoriedade. Com isso, o processo instaurado "tornou a Constituinte de 1988 uma verdadeira bolsa de valores" por conta da discussão entre os processos de autoritalismo e democracia que vivenciava esse período de transição, sendo concretizado no final dos anos de 1980 com a elaboração das eleições Diretas (SATO, 1993, p.11).

Daí em diante, os debates em torno da descentralização, fertilizam novos rearranjos territoriais no país. Destarte, o papel dos conselhos municipais surge como uma nova ferramenta democrática, de cunho social, pois retoma a redistribuição dos papéis na tomada de decisão.

Com o processo de descentralização político administrativa, a sociedade sai do período de centralização econômica, presente até o governo dos militares; e passa a presenciar um momento de reivindicação, com lutas a favor da democratização do país, com as eleições diretas para a presidência em 1988. Como resultado, tem-se o rompimento político econômico centralizado pelo Estado. Temos a elaboração da Constituição Federal de 1988 e atuação dos movimentos sociais, como consequência deste fenômeno. Amplia-se a participação social nas ações estatais com o intuito de formular e implementar novas práticas públicas determinadas pela Constituinte Federal de 1988. Como resultado deste processo, os municípios passam a ter mais autonomia, saem da condição de agentes passivos para participantes das ações governamentais, com maior peso nas decisões.

Boisier (2004) trabalha com algumas perspectivas importantes para a compreensão desse processo e leva em consideração o desenvolvimento tecnológico

(esse caminho modifica toda a dinâmica produtiva); a reforma do Estado (que vê na sociedade civil como o novo agente organizador do processo); o processo de privatização tendo na globalização um papel importante.

Para ele, o processo de descentralização administrativa deve ser entendido da seguinte maneira.

> En gran parte del debate cotidiano la descentralización es entendida fundamentalmente como una reforma de la administración pública, lo que en verdad en la práctica vendrá a ser simplemente una desconcentración, incluso territorial, del aparato tecno-burocrático de gobierno; en otros casos la discusión sube de nivel y se interpreta la descentralización como una reforma del Estado, envolviendo en este caso un cambio estructural en la articulación del Estado con la sociedad civil y en la distribución espacial del poder (BOISIER, 2004, p 29).

Para Almeida (2001) *apud* Campanhola e Silva (2000) a

> Descentralização implicaria transferência de competências e atribuições de outras esferas estatais para os municípios, com concomitante descentralização na gestão dos recursos, conferindo-lhes maior autonomia nas decisões e nos gastos públicos. (ALMEIDA, 2001 apud CAMPANHOLA & SILVA, 2000, p 18).

Campanhola e Silva (2000) ressaltam que a Descentralização

> Tem se tornado a grande moda desta década. Alguns a vêem como uma importante ferramenta para o desenvolvimento rural e para a redução da pobreza, outros como um caminho para desmantelar economias centrais e, ainda, alguns, como forma de semear a democracia (CAMPANHOLA & SILVA, 2000, p 19).

Ao analisar o processo de descentralização Sato (1993) elenca algumas medidas importantes com base nos estudos realizados por Tobar (1991), advertindo que a mera transferência de poder da esfera federal para os governos estaduais e municipais por si só não caracteriza a descentralização.

> A efetivação do repasse de recursos financeiros, mantendo a centralização do conhecimento técnico-científico, só beneficiaria as unidades locais que tenham um aparelho técnico-burocrático desenvolvido e, além disso, corre o risco de estar favorecendo sistemas clientelistas e personalistas locais. (SATO, 1993, p 14).

Tobar (1991), ao se referir a descentralização administrativa, ressalta que duas são as perspectivas fundamentais para o desenvolvimento do processo, a descentralização e democratização. Tem-se a ocorrência de um elemento comum que sustente sua afirmação. Para tanto é preciso considerar a intermediação de outras duas categorias de análise: participação popular e controle social.

A distinção de ambos os conceitos é para não torná-los confusos. Assim, o primeiro processo está ligado à redistribuição de poder, ou seja, mexe no interesse dos grupos predominantes; o segundo trata da delegação de competência sem o deslocamento do poder decisório.

Sendo assim, Tobar (1991, p. 4), quando discute esta questão dicotômica entre os dois conceitos, ressalta que o "uso de ambos os conceitos distintamente profere numa articulação consciente de um determinado uso da palavra como meio para atingir fins precisos e manifestos".

Para ele o processo de gestão administrativa esta ligado à tomada de decisões, e suas implicações desencadeadas na definição das relações de poder existente entre o território ocupado e o lugar onde tais recursos serão implementados (TOBAR, 1991).

> A descentralização é, antes de mais nada, é uma medida política ligada à tomada de decisões, e a sua implementação implica necessariamente numa redefinição das relações de poder. A democracia é um sistema político que se caracteriza por sustentar uma lógica expansiva da esfera pública (TOBAR, 1991, p. 8).

Ele ainda ressalta que

> A descentralização é organizada segundo uma lógica administrativa em que não há uma demanda direta por parte dos atores sociais [...]. A descentralização é uma estratégia que permite aliviar as cargas do nível central provendo estabilidade ao processo democrático. Nesse sentido, a descentralização se constitui como um pré-requisito funcional do processo democrático, ligada a premissa de modernizar o aparelho do Estado procurando atingir maiores níveis de eficácia e eficiência (TOBAR, 1991, p. 9-10).

Já para Teixeira (1990), a descentralização pode ser um processo funcional onde o território tem uma participação importante, pois nele são delegadas funções nas quais são articuladas por intermédios jurídicos.

> [...] a transferência de competência é feita a favor de uma pessoa jurídica, mas as funções e serviços transferidos são funções que não saem de sua esfera de ação. Na descentralização territorial, a transferência de funções ou competências do governo central para os órgãos e divisões territoriais só podem concretizar-se mediante disposições legais, na medida em que a própria constituição do país autorize (TEIXEIRA, 1990, p. 84).

Deste modo, as mudanças econômicas, políticas, sociais, proporcionaram uma heterogeneidade inter-regional, desencadeando através da descentralização político administrativa em beneficio de novos rearranjos no território nacional. Tais episódios mudaram a configuração espacial brasileira.

Dessa forma este período é marcado pelo aumento no déficit e na dívida pública, nas sucessivas décadas no país, que provocaram um período de baixo crescimento econômico e inflação em alta, instabilidade econômica até meados dos anos de 1990.

Com a necessidade de reformas, a União passa a promover o ajuste de maneira descentralizada, indo ao encontro da crise fiscal financeira. Com isso, os problemas advindos do processo de descentralização, aos poucos esbarram na falta de infra-estruturas dos pequenos municípios, na diferenciação da redistribuição de rendas.

Outro problema comum é a resistência a burocracia dos Estados receosos de terem o seu prestígio e poder reduzidos, decorrentes do engajamento político dos executivos estaduais e municipais no processo, entre governadores e prefeitos eleitos.

De certa forma, temos uma fragmentação, um isolamento, e a individualização das políticas municipais, que aos poucos sofrem com as instabilidades administrativas oriundas das mudanças na gestão e na priorização dos fatos, segundo Campanhola & Silva (2000).

A necessidade de mudança no sistema de desenvolvimento brasileiro, articulada com os novos paradigmas de desenvolvimento locais, oriundos da promulgação da constituição de 1988, baseados na competitividade, equidade social e desenvolvimento sustentável, ocasionou forte descentralização espacial das indústrias, criando um movimento de resistência à reconcentração das atividades industriais, agroindústrias, financeiras e comerciais nas regiões de forte concentração urbana, dando origem à chamada Guerra Fiscal.

No campo, os efeitos foram devastadores, pois com o afunilamento das bases do Estado, os elevados índices inflacionários fizeram com que o país sofresse com a falta de incentivos públicos para este setor. Haja vista que, o principal órgão fomentador de recursos públicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entra em crise.

A crise no setor agrícola decorre na falta de investimentos no setor agropecuário, com isso, o Estado principal fomentador dos recursos para os produtores latifundiários não encontra subsídios suficientes para sustentar os investimentos lançados junto aos grandes produtores rurais.

A partir de meados da década de 1990, com a abertura econômica inicia-se uma maior preocupação do Governo Brasileiro com relação aos pequenos produtores rurais, pois anteriormente não existia nenhuma linha de financiamento para esse segmento social. Nesse sentido, destacam-se algumas ações como: na escala federal, a criação do

PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar); de um ministério específico, o do Desenvolvimento Agrário (MDA); e de Programas específicos para atender demanda desses produtores, como o dos Territórios Rurais e dos Territórios da Cidadania, o Programa de Aquisição de Alimentos, entre outros. Na escala do Estado de São Paulo, se destaca o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.

Nos anos de 2000 temos uma retomada de benefícios públicos no Brasil, por meio de ações inovadoras com o enfoque territorial, onde os pequenos produtores rurais são inseridos em contextos desenvolvimentistas, pois o novo rural brasileiro encontra-se mudado, novos rearranjos são formados, novas dinâmicas são criadas, a fim de inserir esse novo agente social no cenário político econômico, a fim de desenvolver o rural brasileiro.

O Programa de Microbacias Hidrográficas é considerado como um marco em prol do desenvolvimento do pequeno produtor rural, pois suas diretrizes, suas ações estão voltadas para o desenvolvimento destes novos agentes sociais que durante décadas foram excluídos socialmente e economicamente das ações da União.

O PEMH é uma parceria entre o Banco Mundial e o Governo do Estado de São Paulo sendo executado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, através da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada). Possui como base, as ações pioneiras dos Estados do Paraná e Santa Catarina que desde meados da década de 1980, o implementou. No Estado de São Paulo tem sido executado desde o ano de 2000, com o objetivo de promover o uso sustentável dos recursos naturais, utilizando como unidade de planejamento a Microbacia Hidrográfica.

4- A DESCENTRALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS POR MEIO DAS AÇÕES DO PROGRAMA ESTADUAL DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS NO MUNCÍPIO DE CAIUÁ – SP

Esse capítulo visa apresentar as discussões a respeito do processo de descentralização de políticas públicas voltadas ao meio rural brasileiro, por meio das ações do Programa de Microbacias Hidrográficas implementado no Estado de São Paulo entre os anos de 2000 e 2008. As premissas do Projeto de Microbacias paulista tiveram como base o apoio aos pequenos produtores rurais e a diminuição da degradação ambiental.

Para a discussão a respeito da descentralização político administrativa no Brasil remetemo-nos às políticas públicas implementadas após a Segunda Guerra Mundial, quando predominou o Estado desenvolvimentista e intervencionista.

É preciso ressaltar o processo contraditório vivenciado pelos pequenos produtores rurais, que sofrem com o desenvolvimento desigual, decorrente da política adotada que acaba por conceder privilégios a algumas regiões, concomitantemente a médios e grandes produtores rurais, reforçando a tendência ao desenvolvimento geograficamente desigual.

É necessário ressaltar a importância das ações descentralizadoras desenvolvidas no sul do país com a criação dos projetos Paraná Rural e Microbacias, a fim de compreender as ações do Projeto de Microbacias Paulista, trabalhado por Hespanhol (2005, 2006, 2008 e 2009), Neves Neto (2009), Sabanés (2002), dentre outros autores.

Com o desenvolvimento destas políticas descentralizadoras e com a ajuda de órgãos internacionais (BIRD), firmou-se um contrato com alguns estados do sul do país; o objetivo destas ações era desenvolver políticas públicas que conciliassem o uso consciente do território nacional, a fim de aumentar a produção agrícola e ao mesmo tempo conscientizar o produtor rural em relação à necessidade de se fazer o manejo adequado dos recursos naturais.

Sendo assim, dois foram os projetos desenvolvidos no sul do país, que tiveram suas ações voltadas para a conservação dos recursos naturais. O “Programa de Manejo das Águas, Conservação dos Solos e Controle da Poluição em Microbacias Hidrográficas”. O Programa, popularmente conhecido como “Paraná Rural”, foi implementado entre fevereiro de 1989 e março de 1997, como resultado de um contrato

de empréstimo (3018-BR) firmado entre o Estado do Paraná e o BIRD, de acordo com Fleischfresser (1999).

Já o "Projeto de Recuperação, Conservação e Manejo dos Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas no Estado de Santa Catarina", mais conhecido como "Microbacias", foi implementado entre os anos de 1991 e 1999. O projeto surgiu de um acordo (empréstimo 3160-BR) entre o Estado de Santa Catarina e o Banco Mundial, conforme salienta Sabanés (2002).

A instituição de políticas públicas destinadas aos pequenos produtores rurais, por meio de ações inovadoras reverteram as práxis verticalizadas em ações descentralizadas, com a implementação de ações inovadoras de caráter horizontal, a exemplo, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, instituído no Estado de São Paulo a partir do ano 2000.

Caberá neste capítulo a discussão de maneira sucinta das premissas do desenvolvimento das ações dos Projetos de Microbacias. Porém, o enfoque maior será nas Ações do Programa Estadual de Microbacias no estado de São Paulo, por meio da análise dos resultados do trabalho desempenhado no município de Caiuá - SP.

4.1 – O Projeto Paraná Rural

O Projeto Paraná Rural entrou em vigor em fevereiro de 1987 com extensão de suas ações até março de 1997, quando se encerrou o apoio dado pelo BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento). As ações desenvolvidas pelo governo foram consideradas inovadoras, por contar com a participação do trabalho conjunto entre o governo do Estado e o capital externo (Banco Mundial), a fim de desenvolver medidas descentralizadas e participativas envolvendo os agentes locais, com o intuito de amenizar os impactos ambientais oriundos da modernização agrícola.

Para Sabanés (2002), seu principal objetivo era

> Controlar a erosão hídrica e reverter o processo de degradação dos recursos naturais renováveis, baseando-se em alternativas tecnológicas que aumentassem a produção vegetal, a produtividade agrícola e a renda agrícola do agricultor do Estado do Paraná (SABANÉS, 2002, p. 92).

As ações concentraram-se na recuperação dos recursos naturais do Estado do Paraná através do manejo de áreas onde as erosões hídricas eram constantes, principal causador do problema ambiental paranaense (erosão, enchentes, diminuição da produção).

O enfoque do projeto não ficou restrito somente ao combate a erosão hídrica. Objetivava-se também promover o desenvolvimento e o aumento da produção, e ao mesmo tempo reduzir os custos e o aumento da renda nas propriedades, fomentados por mecanismos próprios voltados para este fim, conforme salienta Sabanés (2002).

Fleischfresser (1999) ressalta a importância do desenvolvimento destas ações

> [...] o Programa tem a intenção de recuperar, manter e até elevar a capacidade produtiva do solo, garantindo, ao mesmo tempo, a qualidade da água. Nesse sentido, o projeto Paraná Rural, trata-se de uma política pública formulada com o propósito de provocar mudanças no comportamento dos agentes sociais envolvidos com a produção agrícola, em grande parte, responsáveis por provocar os fenômenos erosivos (FLEISCHFRESSER, 1999, p.62).

Sabanés (2002) ressalta que a ação desenvolvida pelo Projeto Paraná Rural

> [...] Deveria ter sido, assim, uma continuidade do Pró-Rural, com o objetivo de promover com infra-estrutura social e o incremento da produção entre os agricultores de baixa renda, prevendo atuar em 2.100 microbacias, abarcando 25% da área total do estado e beneficiando 165 mil agricultores (SABANÉS, 2002, p. 92).

Diagnosticados os problemas, as estratégias adotadas pelos técnicos do projeto pautaram-se na resolução de problemas levantados em ações anteriores, por meio de outros programas, que consistia no impacto causado pela modernização agrícola[11]. Dessa forma, os problemas decorrentes das erosões hídricas desencadearam a atuação do Projeto Paraná Rural, que visava aumentar a cobertura vegetal do solo; aumentar a infiltração de água no solo; controle e escoamento superficial e o controle da poluição (grifo nosso).

As práticas e técnicas agronômicas foram implementadas nas propriedades agrícolas e em outras áreas das microbacias. Nas propriedades, as ações descentralizavam-se com base na produtividade, ou seja, com o desenvolvimento de tecnologias de cunho mais produtivo. Na microbacia, as ações atuaram-se em caráter mais comunitário, a exemplo, a readequação de estradas, implantação de abastecedouros comunitários e implantação de cercas para proteção de mananciais, de acordo Neves Neto (2009).

Assim, tais medidas proporcionariam maior eficácia das ações no combate a erosão hídrica, resultando na elevação da produtividade e da produção, diminuição de

[11] Autores como Antonio Nivaldo Hespanol, Sérgio Schneider, Eduardo Ehlers, Zander Navarro, Durvalina Maria Mathias dos Santos, Francisco Roberto Coporal, discutem mais profundamente as implicações socioambientais ocasionadas pelo processo denominado de Revolução Verde “modernização da agricultura”.

riscos e de custos e aumento da renda líquida da propriedade. No produto final, esperava-se uma redução dos processos erosivos e da degradação ambiental, conforme afirma Sabanés (2002).

O fomento das ações pautou-se principalmente em promover o envolvimento da gestão descentralizada dos diversos agentes sociais. Quanto aos pressupostos inovadores, teve-se o estímulo à adoção de práticas conservacionistas na agricultura, instituição da microbacia como unidade de planejamento e a inserção do pequeno produtor rural no cenário agrícola através da concessão de crédito agrícola.

Como impactos positivos das ações desenvolvidas pelo programa, destacaram-se:

- o envolvimento de todos os municípios localizados na microbacia diagnosticada como ponto de atuação do programa, totalizando 2.433 microbacias numa área de 7,1 milhões de hectares;

- a redução na poluição dos rios;

- o aumento da produtividade oriunda da diminuição da camada fértil do solo, somada a adoção de novas técnicas recomendadas pelos órgãos gerenciadores do programa, principalmente com a adoção de insumos;

Os impactos socioeconômicos positivos do programa foram apontados em estudo de caso realizado na região Sudoeste do Estado do Paraná, sendo apontada a importante evolução de alguns indicadores estabelecidos por ocasião do marco zero do Programa como: máquinas e equipamentos; renda bruta da mão-de-obra familiar; habitação e eletrodomésticos (BRAGAGNOLO; PAN, 2001).

Como impactos negativos, Leme (2007) ressalta que:

> Alguns resultados negativos do "Paraná Rural", sobretudo, os referentes aos aspectos ambientais, como a permanência, nas propriedades alvos do programa, da degradação das Áreas de Preservação Permanente, a não (re) constituição das Áreas de Reserva Legal e a presença de erosões em quase 50% dos estabelecimentos pesquisados. A principal ação ambiental dessa política pública foi à construção de terraços; já as práticas da adubação verde e reflorestamento foram poucos adotados pelos produtores. Isso ocorreu "pela falta, não tanto dos recursos técnico-financeiro, mas de envolvimento dos produtores e sua sensibilização para a necessidade de preservação dos recursos naturais de modo integrado" (LEME, 2007, p. 154-155).

Desta forma, inspirados nos pontos positivos do programa "Paraná Rural" é implementado no Estado de Santa Catarina o Projeto de Microbacias.

4.2 – O Projeto Microbacias

O Projeto de Microbacias (Projeto de Recuperação e Manejo dos Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas) foi implementado no Estado de Santa Catarina entre os anos de 1991 e 1999 com a parceira entre o governo do Estado e o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento). A parceria previa que 50% do orçamento total fossem alçados pelo governo do Estado de Santa Catarina.

Para Sabanés (2002), o projeto de microbacias implementado tinha como metas

> Recuperar e conservar a capacidade produtiva dos solos e controlar a contaminação ambiental, incrementando a produção, a produtividade e a renda da propriedade agrícola, através da adoção de práticas sustentáveis de manejo e conservação da água e do solo pelos agricultores (SABANÉS, 2002, p. 104).

O Projeto de Microbacias apresentou uma nova concepção de trabalho tendo a microbacia como unidade de planejamento e intervenção. Contava com uma composição heterogênea presente na inter-relação entre os elementos sociais, tecnológicos, econômicos, políticos e naturais, afirma Sabanés (2002). Objetivando ampliar a área de cobertura vegetal, melhorar a absorção de água do solo e controlar o escoamento superficial, de acordo com Costa (2000).

O objetivo do projeto de Microbacias no Estado de Santa Catarina consistiu em promover o aumento da cobertura vegetal, o controle do escoamento superficial, diminuir os processos erosivos dos solos. Além do mais, tinha como escopo de desenvolver entre os pequenos produtores o uso racional dos mananciais, e estimular a adoção de prática sustentáveis da agricultura, segundo Neves Neto (2009).

A equipe gestora priorizou a manutenção dos recursos naturais típicos dos ambientes rurais de Santa Catarina, de modo que atribuiu maior ênfase a cobertura do solo, e menos em práticas mecânicas de conservação, como havia sido realizada no Projeto Paraná Rural no Paraná, conforme salienta Sabanés (2002).

O sistema operacional adotou as microbacias como unidades de intervenção, além de contar com a participação de vários órgãos estaduais, federais e municipais, descentralizando suas ações.

Dessa forma, a atuação consistiu na formação de grupos de pessoas ou até mesmo individual para o recebimento dos benefícios, a fim de alcançar metas. Objetivava aumentar a cobertura vegetal, melhorar a infiltração de água nos solos e o controle no escoamento superficial, afirma Sabanés (2002).

A importância de se trabalhar em uma microbacia, haja vista que, uma das metas do programa consistiam em promover a conscientização ambiental, dessa forma o

projeto de microbacias, por meio de “uma proposta inovadora, a partir da qual a microbacia seria tomada como unidade de planejamento agrícola e ambiental e às estratégias de desenvolvimento rural consagradas em projetos anteriores” (SABANÉS, 2002, p. 105).

Sabanés (2002) salienta que foram definidos oito componentes norteadores das ações desenvolvidas em parceria com órgãos públicos e privados, destacando-se a descentralização de suas ações.

> Pesquisa agrícola; mapeamento planejamento e monitoramento do uso do solo; extensão rural; programa de incentivo ao manejo e conservação do solo e controle da poluição; obras de controle a erosão ao longo dos caminhos rurais; desenvolvimento florestal dos recursos naturais; administração, monitoramento e avaliação do projeto; componente treinamento (SABANÉS, 2002, p. 106).

De acordo com Costa (2000) durante os oito anos de implementação das ações do programa de microbacias no estado de Santa Catarina, suas metas foram alcançadas, e quando questionado a respeito dos impactos ambientais econômicos e sociais, o autor ressalta que:

> • a diminuição sensível dos índices de erosão, por meio da cobertura permanente do solo com espécies apropriadas;
> • a alteração da relação do agricultor no trato com a terra, com a implantação das técnicas de plantio direto e cultivo mínimo, que contribuíram também para humanizar seu trabalho, pois reduziram o sofrimento imposto aos homens e animais pelo sistema convencional de preparo do solo;
> • a fixação dos jovens na área rural, que se sentiram motivados e passaram a planejar, juntamente com seus pais, a organização da produção na propriedade;
> • o aumento da produtividade das lavouras e a redução dos custos de produção com insumos;
> • o incentivo ao planejamento do uso do espaço nas propriedades de acordo com a aptidão natural dos solos;
> • a promoção e o incentivo à criação de viveiros públicos e particulares para reflorestamento de espécies nativas e exóticas, sinalizando uma nova fonte de renda para o produtor;
> • o controle da poluição dos recursos hídricos por meio de ações variadas, (como a construção de bioesterqueiras, a implantação de saneamento básico na área rural, a proteção das fontes de água e a construção de depósitos para lixo tóxico) visando reduzir o impacto do lançamento dos dejetos humanos e animais in natura nos corpos d’água (COSTA, 2000, p.14-15).

Outro ponto importante do projeto consistiu na autocrítica desenvolvida pelos técnicos, que realizaram uma auto-avaliação do trabalho feito durante a elaboração do projeto de Microbacias. Haja vista que, o saber acumulado pelos produtores desempenhou um papel importante na relação entre o saber cotidiano e o acadêmico.

“Trata-se da mudança de comportamento dos agricultores para com a terra e os rios, que contribuiu para transformar sua relação com os recursos naturais” (COSTA, 2000, p.15), em contrapartida o aprendizado dos técnicos junto com os produtores.

Visto a eficiência do Projeto de Microbacias e do Projeto Paraná Rural, o governo do Estado de São Paulo implementou o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas com base nos projetos já desenvolvidos no Sul do país, a fim de diminuir o processo de degradação ambiental, os focos erosivos, e melhorar a capacidade produtivas dos pequenos produtores rurais paulista.

4.3 – O desenvolvimento das ações do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas em São Paulo

Tendo em vista os bons resultados alcançados pelo Projeto Paraná Rural no Estado do Paraná e o Microbacias no Estado de Santa Catarina, foi instituído o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) no Estado de São Paulo, a fim de diminuir os efeitos danosos provocados pela modernização agrícola.

As discussões para a implantação do PEMH começaram no final dos anos de 1980, quando um decreto de lei nº 27.329 autorizava/e instituía a microbacia como área de planejamento das ações. No ano de 1987, cria-se o Projeto de Microbacias Hidrográficas, cujas ações voltavam para atender ao pequeno produtor rural, conservar o meio ambiente e trabalhar o uso consciente dos recursos naturais.

Em São Paulo, as ações desenvolvidas pelo PEMH visavam combater os focos erosivos, os ravinamentos, causados pela degradação ambiental, readequação das estradas rurais e principalmente inserir o pequeno produtor rural no mercado, por meio do desenvolvimento de ações inovadoras CATI (2000). As subvenções contavam com o apoio do estado para o desenvolvimento e a inserção das ações em todo o território paulista.

A primeira etapa do Programa de Microbacias Hidrográficas paulista foi custeada com recursos do próprio governo do Estado de São Paulo, que atuou no combate e conservação dos solos degradados, baseados na utilização de técnica de terraceamento, e na adequação das estradas rurais, conforme afirma Hespanhol (2009).

Sendo assim, Zoccal (2007) ressalta o processo de implantação das estradas rurais paulistas

> As estradas rurais foram construídas sem levar em consideração o relevo e principalmente sem as preocupações conservacionistas por parte dos municípios em realizar as manutenções, em razão de em geral

> não disporem dos equipamentos mais indicados e adequados aos serviços necessários à sua conservação (ZOCCAL, 2007, p. 12).

Entre os anos de 1987 a 1999, ocorreram ações pontuais do Programa Estadual de Microbacias hidrográficas (PEMH). No ano de 1994, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), almejando ampliar as ações do programa, solicitou recursos ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), haja vista as boas ações desenvolvidas pelo Banco Mundial no Estado de Paraná. Após várias reformulações, o projeto foi aprovado em 1999 para ser introduzido no período que se estendeu do ano de 2000 até o ano de 2006. No entanto, a valorização do dólar perante o real fez com que houvesse o prolongamento das ações do Programa de Microbacias Hidrográficas paulista até 2008.

Segundo Hespanhol (2008)

> O processo de solicitação de recursos ao BIRD para o financiamento do Programa de Microbacias Hidrográficas paulista tramitou durante cinco anos e, após reformulações, a liberação dos recursos foi aprovada no final do ano de 1999, para a sua aplicação no período compreendido entre os anos de 2000 e 2006 (HESPANHOL, 2008, p. 8).

Concretizadas as ações do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) foi o órgão encarregado de gerenciar o programa no Estado de São Paulo. A CATI com uma ação inovadora, juntamente com os seus mais de 40 escritórios distribuídos em todo o estado, trabalhou em parcerias com os municípios, almejando maior eficácia do programa, e também melhor atender os produtores rurais paulistas, conforme afirma Neves Neto (2009).

Os investimentos do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas foram de mais de 124 milhões de dólares, sendo que destes, mais de 69 milhões de dólares foram financiados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que alcançaram 55,63% do total. Em contrapartida, o governo do Estado de São Paulo financiou a parte restante, 55 milhões de dólares, totalizando 44,37% dos valores investidos, de acordo com Hespanhol (2009).

Em todo o Estado de São Paulo a CATI estabeleceu metas para serem cumpridas. O objetivo da CATI centralizava-se em atender os mais de 90 mil produtores rurais espalhados em todo o Estado, atendendo mais de 1500 projetos, numa área de abrangência de mais de 4,6 milhões de hectares de terras paulistas, conforme afirma CATI (2001).

A CATI contou com o apoio do Banco Mundial para a realização do levantamento em todo o Estado de São Paulo, com isso foi possível identificar os pontos críticos de cada região, de cada município, de acordo com o relatório 17074BR. Após análise no território paulista, estabeleceu-se os critérios de atuação do Programa de Microbacias Hidrográficas junto aos produtores rurais, visando um melhor atendimento e direcionamento na concessão dos benefícios do programa, para os agentes sociais nele inserido.

Sendo assim, as premissas básicas do programa eram

> - a definição da microbacia hidrográfica como unidade física de intervenção e análise das ações de desenvolvimento rural, assegurando a eficácia do programa e reduzindo custos de implantação;
> - a busca da sustentabilidade socioeconômica e ambiental na microbacia;
> - a participação e o envolvimento da sociedade civil e poder público como continuidade das ações, após a implantação do programa;
> - a descentralização e a transparência nas ações governamentais, e
> - a busca de eficiência nas ações do Estado, o que requer esforços para integrar ações intra e interinstitucionais (CATI, 2001, p. 4).

Consistiram os principais objetivos do referido programa, o combate à erosão e aos ravinamentos, estímulo ao manejo adequado dos recursos naturais nas pequenas propriedades rurais e a organização dos agricultores em associações, segundo a CATI (2001).

> [...] amenizar e reverter o quadro de degradação do meio ambiente, promovendo técnicas preservacionistas e metodologias que produzam menor impacto sobre nossos recursos naturais. Ao mesmo tempo, o programa objetiva organizar as comunidades de pequenos produtores, desenvolvendo estratégias que provocam a melhoria do padrão de vida e amenizem o quadro de indigência e marginalização em que convivem atualmente (CATI, 2001, p. 1).

Já para Fontes (2001), os objetivos específicos do programa paulista são:

> [...] contribuir para a conscientização da comunidade sobre a necessidade de conservação dos recursos naturais; - eliminar os problemas causados pelas erosões; - viabilizar a recuperação de áreas degradadas; - reduzir o custo de manutenção das estradas rurais; - diminuir os riscos de poluição da água, contaminação de alimentos e intoxicação do homem pelo uso de agrotóxicos; - recompor e manter as matas ciliares; - proteger mananciais e nascentes; - fortalecer a organização dos produtores rurais; - capacitar os agricultores para o gerenciamento eficiente da unidade de produção de forma sustentável; - transformar os agricultores e suas famílias em agentes de desenvolvimento (FONTES et al., 2001, p. 4).

As ações do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas centralizaram-se no combate á degradação ambiental, na organização dos pequenos produtores rurais em associações e no fortalecimento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.

Na microbacia, as ações foram delegadas ao Conselho de Desenvolvimento Rural do município. Caberia aos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural decidir, através de uma série de critérios, a escolha das microbacias selecionadas para o recebimento das ações.

A escolha das microbacias hidrográficas foi realizada com base em critérios técnicos e socioeconômicos instituídos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Para a escolha, levaram-se em consideração alguns fatores, a exemplo, a susceptibilidade a erosão, os elevados índices de pobreza rural, conforme ressalta Hespanhol (2005).

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural juntamente com o Engenheiro Agrônomo da Casa da Agricultura eram os responsáveis pelo levantamento dos principais problemas da microbacia selecionada.

Sendo assim, os produtores rurais foram divididos em três grupos contemplados pelo programa com benefícios, visando melhorar o direcionamento e o atendimento das ações do programa, de acordo com Hespanhol (2008). Os produtores foram classificados em pequenos, médios e grandes, de acordo com os seguintes critérios:

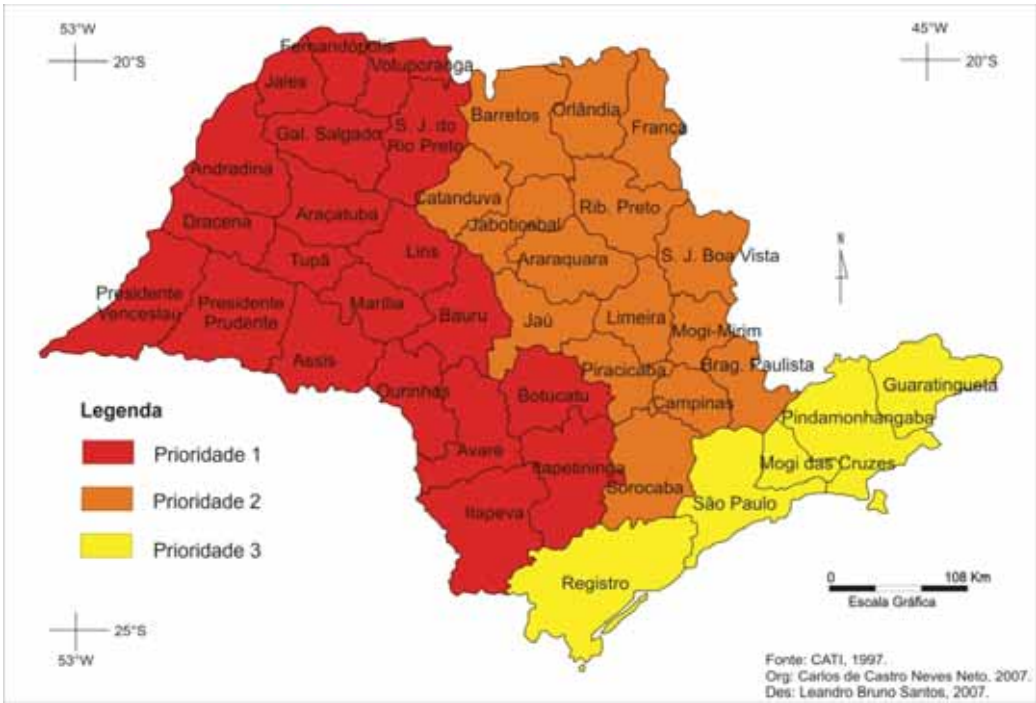
> a) Pequeno (PP) – área total explorada até 50 ha. e 70 por cento ou mais da renda familiar proveniente da agropecuária e residir na propriedade ou no município onde está localizada a propriedade ou em município vizinho;
> b) Médio (MP) – área total explorada maior que 50 ha. até 200 ha. ou área total explorada menor ou igual a 50 ha. e que não atende aos critérios de fonte de renda e/ou local de residência, necessários para a classificação como pequeno produtor;
> c) Grande (GP) – área explorada maior que 200 ha. (SEAB – Resolução SAA nº 17 de 11 de julho de 2005, p. 3 apud HESPANHOL, 2008, p.8).

As ações do Programa de Microbacias paulista priorizaram os pequenos produtores rurais, localizados em áreas onde os focos erosivos eram intensos, áreas com elevados índices de degradação ambiental, áreas de concentração de pequenos produtores rurais (elevado índice de pobreza rural) com mais de 70% de recursos do programa (área prioritária 1) corresponde a cor vermelha na figura 2, respectivamente por meio da concessão de subvenções individuais e coletivas. Já as demais áreas

prioritárias 2 (laranja) e 3 (amarelo) receberam 27% e 3% dos recursos distribuídos após a concretização das ações na zona prioritária 1,conforme afirma Hespanhol (2005).

O território paulista foi dividido em áreas prioritárias 1, 2 e 3 para a implementação do Programa de Microbacias, conforme se verifica na Figura 2.

Figura 2. Classificação das regiões agrícolas paulistas, segundo os níveis de prioridade (PEMH).



Fonte: Neves Neto, 2009

O objetivo da ampliação destas ações era de impulsionar a inserção no mercado e promover o desenvolvimento rural sustentável nas pequenas propriedades rurais, principalmente as localizadas no Oeste Paulista, destinando a esta área uma maior quantia de recursos financeiros. Objetivava-se alcançar melhorias no manejo dos solos, na qualidade de vida e no meio ambiente, por meio da concessão de melhorias individuais e coletivas junto aos pequenos produtores rurais, instalados nas unidades produtivas localizadas na área prioritária 1.

As práticas individuais consistiram na adubação verde, cerca de proteção de mananciais, controle de erosão, calcário, fossa séptica biogestora, entre outras. Dentre as práticas comunitárias, destacaram-se a implantação de abastecedouros, distribuidores de calcário, roçadeiras, semeadoras de plantio direto (tração animal) e roçadeira costal. Os equipamentos comunitários foram concedidos por intermédio da associação de

produtores rurais. No entanto, era preciso que os produtores rurais formassem grupos de, no mínimo, cinco beneficiários, devidamente inseridos na microbacia, para terem acesso aos equipamentos e estarem vinculados a uma associação de produtores rurais dentro da microbacia.

Para o recebimento dos benefícios elaboraram-se os Projetos Individuais das Propriedades (PIP´s) nas microbacias, onde foram diagnosticados os problemas dentro das unidades produtivas; depois os técnicos da CATI fariam a distribuição dos equipamentos e dos produtos de acordo com o levantamento realizado pelo órgão supracitado. Os gastos para a aquisição dos kits de infra-estruturas poderiam ter os custos subvencionados em até 90% pelo Estado/BIRD, ressalta Neves Neto (2009), essas práticas foram concebidas aos pequenos e médios produtores rurais que se enquadravam no projeto.

Durante a implantação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, o corpo técnico envolvido com as ações do Programa de Microbacias sofreu com um número insuficiente de pessoas capacitadas, além de baixos salários pagos ao corpo técnico, o que provocou a instabilidade no emprego. De certo modo, a falta de comprometimento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) constituídos apenas formalmente, somente para a captação de recursos do programa, somados a falta de confiança dos beneficiados no poder público resultaram em muitos problemas para a execução do programa no Estado de São Paulo.

Cabe salientar que, à desvalorização do real frente ao dólar diminuiu o campo de atuação das ações do Programa. Haja vista que, no início da implantação do PEMH, a moeda americana encontrava-se mais valorizada que a moeda brasileira. No decorrer da implantação das ações do Programa de Microbacias no Estado de São Paulo, o dólar foi se desvalorizando, e os recursos destinados ao PEMH sofreram limitações, no que tange a aquisição de implementos e contratação de serviços, conforme afirma Hespanhol (2008).

As metas estabelecidas pela CATI previam atender os mais de 90 mil produtores rurais distribuídos em todo o Estado, com mais de 1500 projetos numa área de abrangência de mais de 4,6 milhões de hectares, conforme salienta Hespanhol (2008). Todavia, em pouco mais de oito anos, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas abrangeu 70 mil produtores rurais, distribuídos em 514 municípios, atendeu 996 microbacias hidrográficas, o que correspondeu a 66,4 % das metas estabelecidas pelo programa, em todo o Estado de São Paulo. No que diz respeito à

cobertura territorial, atingiu cerca de 3,3 milhões de hectares, perfazendo 71,74% das metas instituídas.

Como resultado do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Estado de São Paulo, pode-se afirmar que ocorreram mudanças consideráveis nos aspectos ambientais, na maneira dos técnicos atuarem nas propriedades, na maneira dos produtores rurais se relacionarem com o meio ambiente. O programa proporcionou uma nova mentalidade entre os técnicos e os produtores rurais, de acordo com Abramovay (2004) e Hespanhol (2005 e 2008). Os produtores rurais passaram a se preocupar com as questões ambientais, haja vista a proteção das nascentes, a reconstituir a vegetação nativa nas Áreas de Preservação Permanentes, conforme salienta Neves Neto (2009).

As Ações do Programa de Microbacias Hidrográficas paulista não se restringiram somente aos pequenos produtores rurais, pois o PEMH procurou ajudar os grandes produtores rurais através da concessão de mudas de espécies florestais (sem custo para os produtores) para o reflorestamento das áreas degradadas pelo processo de modernização agrícola, "O programa subsidiou a aquisição de mudas durante cinco anos com limite de 2.600 mudas por beneficiário. O técnico executor ficou responsável pela fiscalização e manutenção das mudas plantadas" (NEVES NETO, 2009, p. 104) além de fornecer cercas para o cercamento das Áreas de Preservação Permanente (APP´s) e fossas sépticas.

No que diz respeito às estradas rurais em todo o Estado de São Paulo, "o PEMH, por meio desse componente, teve como meta recuperar 6.000 km da malha rodoviária rural nas 1500 microbacias atendidas (NEVES NETO, 2009, p. 105)", com a utilização de técnicas inovadoras como a terraplanagem e a drenagem no intuito de reverter processos erosivos encontrados em boa parte da malha rodoviária rural paulista.

A demora na realização das ações do programa impediu uma maior eficácia nos municípios, porém, mesmo com dificuldades, o PEMH começou a engrenar a partir de 2005, com uma expansão das atividades de mais de 80% em comparação aos anos anteriores.

No começo houve uma desconfiança por parte dos produtores rurais que não confiavam na eficácia do programa, por se tratar de ações de cunho inovador. Poucas pessoas acreditavam no seu sucesso nos primeiro anos de implantação. Após alguns proprietários conseguirem vários benefícios (calcário, cercas, terraceamento, abastecedouros entre outros), a notícia foi se espalhando entre os produtores rurais, o que fez com que outros agricultores das microbacias passassem a confiar nessa nova

política pública e a buscar seus benefícios, dando maior credibilidade ao programa, conforme salienta Neves Neto (2009).

Desta forma, nota-se que as metas estabelecidas não foram plenamente alcançadas no Estado de São Paulo CATI. Mesmo com o não cumprimento das metas, o programa foi bem aceito entre os produtores rurais dos municípios, pois pela primeira vez no Estado de São Paulo houve uma política voltada ao atendimento dos pequenos produtores rurais.

Dessa maneira, o município de Caiuá, que se enquadra na zona de prioridade 1 recebeu incentivos individuais e coletivos do programa, para a reparação das estradas rurais, preservação as nascentes, com o intuito de diminuir os danos causados ao meio ambiente nesta região.

4.4 – Críticas ao Programa

Segundo Hespanhol (2008) as críticas ao programa se concentraram na sua burocracia, que implicava na demora para o recebimento dos recursos, o que gerou inúmeros problemas aos produtores, a exemplo, a desvalorização do real frente ao dólar. A falta de preparo dos técnicos para executar as ações do programa que exigia a participação efetiva dos produtores rurais.

Neste sentido, Hespanhol (2008) ressalta que:

> Em razão de inúmeros problemas operacionais e de empecilhos burocráticos, houve atraso na execução do programa e o cronograma de desembolso dos recursos do BIRD para o programa foi protelado inicialmente até o mês de julho de 2007 e, posteriormente, até novembro de 2007, quando foi efetivamente fechada a fase parcialmente financiada pela referida instituição (HESPANHOL, 2008, p. 27).

Conforme o autor:

> Até o ano de 2005 poucos investimentos foram realizados no âmbito do programa de microbacias e os produtores rurais enfrentaram muitas dificuldades para terem acesso aos incentivos nele previstos, o que comprometeu a sua credibilidade frente aos agricultores, autoridades municipais e aos próprios técnicos executores. Além da reduzida aplicação dos recursos disponíveis, outro problema enfrentado pelo programa esteve associado à valorização da moeda nacional (real) frente à moeda americana (dólar). Com isso, os valores de referência estabelecidos para o programa não eram suficientes para cobrir as despesas com produtos e serviços por ele incentivados, o que desencorajava os produtores rurais a fazerem uso dos recursos (HESPANHOL, 2008, p. 28).

Por outro lado, a alta rotatividade dos engenheiros agronômicos contratados pelas prefeituras, por conta dos baixos salários pagos, desestimulou os profissionais (agrônomos principalmente) destinados especificamente ao Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, comprometendo ainda mais a credibilidade do programa.

Assim Neves Neto (2009) ressalta que:

> A falta de confiança dos produtores rurais nas ações do programa e o número reduzido de parcerias, principalmente com as Universidades, foram alguns aspectos negativos na sua operacionalização (NEVES NETO, 2009, p. 106).

Os interesses político-partidários apresentaram grandes empecilhos, haja vista que, em municípios pequenos o favorecimento é um muito grande a uma minoria, o que em muitas vezes acabou dificultando as ações do programa. “Na seleção dos municípios beneficiários e das microbacias nem sempre predominam os critérios técnicos, havendo forte ingestão de interesses políticos” conforme afirma (HESPANHOL, 2007, p 13).

A individualidade dos municípios, a falta de articulação (quando não tem articulação regional, o município menor perde suas forças, não fortalece suas bases, pois os recursos são divididos, acabando por não conseguir competir em igualdade com os municípios de maior contingente populacional, que recebe mais recursos) foi um dos motivos que atrapalhou o programa. Dessa forma, Hespanhol (2006) ressalta:

> O fato de não haver articulação em nível regional. A unidade espacial adotada para a intervenção é a microbacia hidrográfica, no entanto, as ações ocorrem no âmbito de cada município isoladamente. Neste caso, se o rio ou o córrego principal ou secundário da microbacia perfizer o limite territorial do município, o que é muito comum, cada um executará o projeto nos seus domínios, sem que haja a necessária integração das ações no âmbito da microbacia hidrográfica, como preconiza o programa (HESPANHOL, 2006, p. 14).

No que diz respeito ao desempenho das metas do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, pretendia-se atender cerca de 90 mil produtores, porém ele atingiu a 70 mil produtores rurais em todo o estado de São Paulo, conforme afirma Hespanhol (2008).

Objetivava-se atender cerca de 1500 projetos, mas destes somente 996 microbacias foram atendidas, em torno de 66,4% das metas estabelecidas, correspondendo a 71,74% da abrangência territorial prevista pelo programa, que era de 4,6 milhões ha. Desta forma, nota-se que as metas estabelecidas não foram totalmente alcançadas no Estado de São Paulo (CATI, 2007). Mesmo assim, ações importantes

aconteceram em todo o território paulista, a exemplo, a atuação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no município de Caiuá.

4.5 – Os projetos de microbacias hidrográficas em Caiuá – SP

No município de Caiuá foram selecionadas as microbacias com maior concentração de pequenas propriedades rurais e com elevados índices de degradação ambiental.

Para o desenvolvimento dessas ações, contaram com o apoio financeiro os pequenos e médios produtores rurais, localizados na microbacia do Caiuazinho e do Córrego Água da Invernada. Os benefícios disponibilizados totalizam R$ 712.619,73 concedidos de maneira parcial ou integral por meio da concessão de incentivos coletivos e individuais, em áreas onde os problemas ambientais eram maiores, áreas com elevados índices de suscetibilidade à erosão, de acordo com Hespanhol (2005), como os encontrados no município de Caiuá.

Sendo assim, para o recebimento dos benefícios destinados aos produtores rurais das duas microbacias selecionadas pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, os produtores rurais deveriam se enquadrar nas especificidades do programa, na qual a propriedade teria que ter uma área que varia de 1.500 a 10.000 hectares, possuindo em média de 40 a 120 propriedades rurais.

Para a implantação dos projetos de Microbacias Hidrográficas no Estado de São Paulo, os municípios selecionados deveriam dispor de Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, formalizar acordo com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento e promover a manutenção de estradas a serem reabilitadas de acordo com o Manual de Implantação do Projeto, conforme CATI (2001).

A CATI levou em consideração o mapa de susceptibilidade à erosão no Estado de São Paulo e o mapa de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Dessa forma, foram desencadeadas ações públicas destinadas para os pequenos produtores rurais localizados nas unidades produtivas selecionadas nas duas microbacias trabalhadas pelo Programa de Microbacias Hidrográficas paulista. O município ficou responsável por desencadear as ações junto com a casa da agricultura, sendo necessário montar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural[12] (CMDR) e formalizar convênio com o

[12] O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do município de Caiuá foi criado em 1996. Atualmente é presidido por Lino Damasceno, que faz parte da liderança do MAST (Movimento dos Agricultores Sem Terras). O intuito do CMDR no município consiste em promover a interação com as

Estado para viabilizar a implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH).

No que diz respeito ao desenvolvimento de ações destinadas aos pequenos produtores rurais, a fim de inseri-los no mercado, as políticas públicas em sua grande maioria foram limitadas, porém o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) desenvolveu ações positivas nas duas microbacias trabalhadas no município. Entretanto, até o final dos anos de 1980, as políticas públicas desenvolvidas no território nacional privilegiavam a minoria que atendia as exigências impostas pelos órgãos oficiais para a concessão de financiamentos, privilegiando com mais recursos os grandes produtores rurais.

Hespanhol (2008) lembra-nos que o esfacelamento do padrão financiamento dos recursos destinados para a agricultura brasileira fez com que os agentes econômicos diretamente ligados ao setor agrícola criassem novos mecanismos para o financiamento/ e sustentação das atividades no campo, a exemplo, o desenvolvimento do maquinário para o setor agrícola. Por outro lado, a carência de recursos destinados para os pequenos produtores rurais, o desintegra do sistema técnico científico, e exclui-os dos avanços tecnológicos.

Por conta disto, o pequeno proprietário rural vivencia o desenvolvimento rural em outro patamar, com baixo ou até mesmo ausência dos avanços tecnológicos, e com poucas políticas públicas voltadas para esses novos agentes sociais ativos. Hespanhol (2008) ressalta que, para o desenvolvimento e a inserção do pequeno proprietário rural ao mercado, é de suma importância a criação de políticas públicas distributivas que propiciem aos novos agentes sociais e a sua família o atendimento às suas necessidades básicas.

Entende-se a acuidade do campo brasileiro por conta da grande heterogeneidade encontrada. Sabe-se da importância das políticas públicas destinadas aos pequenos produtores rurais, por conta do grande valor representativo deste setor agrícola junto aos pequenos municípios brasileiros, pois a agricultura é a principal atividade econômica, principalmente nos municípios de menor dimensão situados no interior do país, nos quais “o dinamismo econômico das cidades interioranas depende, essencialmente, do desempenho da agricultura” (HESPANHOL, 2008, p. 88), a exemplo do que ocorre no município de Caiuá.

---

associações de produtores rurais, a fim discutir os problemas ambientais, a falta de recursos para o setor agrícola, e capacitar os pequenos produtores rurais do município. (Entrevista concedida em 02/11/2010).

Sendo assim, em levantamento realizando na base de dados LUPA 2007-08 do município de Caiuá, constatou-se a existência de 801 unidades de produção agropecuárias. Desse total, 184 encontrava nas duas microbacias, a Caiuazinho (80 propriedades) e a Córrego Água da Invernada (104 propriedades), ambas selecionadas para a atuação do Programa de Microbacias Hidrográficas do município. Foram aplicados questionários em 20% das propriedades rurais selecionados nas duas microbacias analisadas, que correspondem a mais 22% das unidades produtivas localizadas no município de Caiuá, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1- Número total de propriedades e Projetos Individuais Aprovados nas microbacias selecionadas pelo PEMH e número de questionários aplicados

Microbacias	Número de Produtores Rurais	Projetos Individuais de Propriedades Aprovados	Total de Questionários Aplicados
Caiuazinho	80	36	16
Água da Invernada	104	66	21
Total	**184**	**102**	**37**

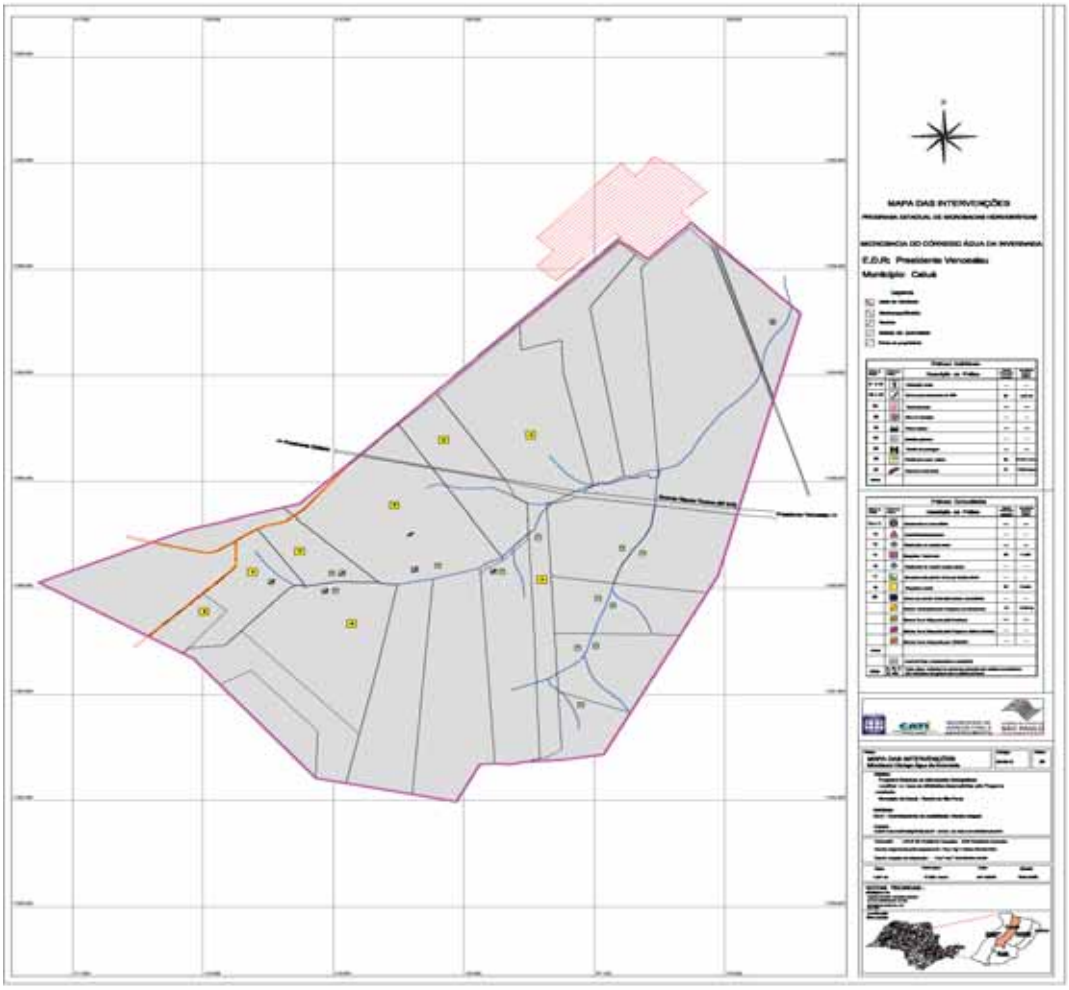
Fonte: Casa da Agricultura do Município de Caiuá (2011) **Org:** Jânio Gomes do Carmo

O levantamento realizado pela CATI no município de Caiuá aprovou 102 Projetos Individuais de Propriedades (PIP's); destes, 36 na microbacia do Córrego do Caiuazinho e 66 na microbacia do Córrego Água da Invernada, perfazendo um total de recursos financiados pelo programa de R$ 483.819,02, segundo informações da casa da agricultura. A CATI, com uma ação inovadora, adotou um sistema de pontuação para a seleção das microbacias nas quais haveria a atuação do Programa Estadual de Microbacias paulista CATI (2001). Os Critérios adotados foram:

- Nível de degradação ambiental; Concentração de pequenos produtores;
- Explorações predominantes;
- Mananciais de abastecimento de água;
- Receptividade por parte dos produtores;
- Área da microbacia dentro ou próxima de Unidade de Conservação de Uso Indireto;
- Maior porcentagem de área de preservação permanente na microbacia.

Levando em consideração os pontos anteriormente indicados foi selecionada a Microbacia Hidrográfica do Córrego Água da Invernada, cujo plano de ação foi aprovado no ano de 2002. A referida microbacia abrange uma área de 3.285 ha e possui 80 propriedades rurais, conforme Figura 3.

Figura 3: Mapa das Intervenções do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Córrego Água da Invernada no município de Caiuá



Fonte: EDR de Presidente Venceslau, Fevereiro de 2011

Na microbacia do Córrego de Água da Invernada[13] encontram-se presentes grandes propriedades rurais dominadas pela prática da pecuária de corte e leite, com condições macroeconômicas adversas para o recebimento das subvenções do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. Quanto ao desenvolvimento das ações do PEMH, os objetivos pré-estabelecidos pela CATI não atenderam as expectativas de priorizar o atendimento a pequenos produtores rurais com ações inovadoras, pois a presença dos latifundiários na microbacia e a falta de preparo dos técnicos em lidar com as questões burocráticas do programa dificultaram o desenvolvimento das ações do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.

Na referida microbacia foram aplicados 14 formulários. O trabalho dos técnicos da Casa da Agricultura foi um pouco mais difícil e demorado, devido ao fato deles encontrarem dificuldades na elaboração dos Projetos Individuais de Propriedade (PIP´s), demora para os proprietários entenderem os objetivos do programa, a falta de participação dos produtores rurais destas unidades produtivas e a não existência de associação de produtores rurais, prejudicaram a aprovação dos recursos. Todavia, mesmo com alguns imprevistos de ordem estrutural e operacional foram disponibilizados R$ 228.800,71 atendendo a 80 produtores rurais.

No que diz respeito à participação na associação da microbacia do Córrego de Água da Invernada, os produtores rurais não frequentavam as reuniões para a discussão dos problemas encontrados na microbacia. De fato, os técnicos marcavam as reuniões, mas eram poucos os produtores rurais que apareciam, e esses apresentavam dificuldades para compreender o funcionamento do Programa de Microbacias.

A intervenção do programa nesta microbacia consistiu em atender as necessidades dos produtores rurais com investimentos para capacitá-los com infra-estruturas para o gerenciamento da associação de produtores rurais. Problemas de ordem funcional (falta de preparo dos técnicos, desconfianças dos produtores rurais) e estrutural (demora na elaboração dos Projetos Individuais por Propriedades) impediram que as ações do Programa de Microbacias se consolidassem. A forte presença de grandes propriedades rurais, a burocracia para a elaboração dos Projetos Individuais de Propriedades (PIPs), a dificuldade de convencimento dos produtores para a formação das associações, somado ao medo deles do não recebimento dos benefícios, foram os

[13] Nesta microbacia encontramos muitas propriedades fechadas, em virtude dos seus proprietários residirem na cidade, ou morarem em outros municípios. Por não encontrar os proprietários em suas propriedades foi possível entrevistar somente 14 proprietários dos 16 previstos.

grandes problemas enfrentados pelos técnicos. Mesmo com dificuldades, alguns projetos foram aprovados na microbacia, principalmente a concessão dos benefícios para o reflorestamento, proteção de nascentes, e o atendimento a 21 produtores com 1 kit de informática financiado em 100% pelo programa, num total de R$ 5.666,00, o qual ficou à disposição da associação.

No que diz respeito à conscientização ambiental, esse tem sido o grande problema para os órgãos gerenciadores e um desafio para os pequenos produtores rurais. Os produtores rurais destas unidades produtivas se sentem prejudicados pela legislação, especialmente no que diz respeito ao cercamento e restituição das áreas degradadas pelo homem. Alegam que não foram eles os agentes ativos dessas ações. Muitas propriedades são de herança, ainda alegam que os grandes proprietários rurais deveriam cumprir com a legislação ambiental, mas eles não cumprem, conforme alguns relatos do trabalho de campo (2011).

O programa subvencionou em 100% as ações de reflorestamento com distribuição de mudas de espécies florestais nativas aos produtores rurais, perfazendo um valor total de R$ 12.850,00, beneficiando 10 produtores rurais. Foram recuperados mais de 2 km de trecho crítico de estradas pelo Programa, com 100% dos gastos custeados pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH).

Foram instalados mais de 4 km de cercas para a proteção dos mananciais, sendo que mais de 80% dos custos foram cobertos por meio de subvenções do Programa, perfazendo assim R$ 12.458,11 do valor total de 15.513,20. Além do *Kit* de plantio direto, roçadeiras costal e roçadeira tratorizada, cujos valores foram parcialmente custeados pelo Programa em R$ 2.779,07, por intermédio da associação de produtores rurais, de acordo com a CATI (2001).

Observa-se que, a demora para a avaliação dos projetos e o não entendimento na maneira como lidar com os trâmites (papelada) entre a casada agricultura e a CATI nesta microbacia prejudicou o desenvolvimento das ações do programa no município de Caiuá. Durante a elaboração dos Projetos Individuais de Propriedades (PIPs) era necessário fazer reuniões com as associações de produtores rurais, nestas, de um grupo de 24 produtores rurais da microbacia Águas Invernada, somente 4 ou 5 produtores compareciam, o que emperrou o trabalho dos técnicos na microbacia, segundo o engenheiro Davi[14] (2010).

[14] Entrevista realizada em 02/11/2010.

As dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais para terem acesso aos benefícios do programa comprometeram a credibilidade do Programa Estadual de Microbacias paulista diante dos agentes sociais, não somente a eles, mas também, as autoridades, a exemplo da Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada (CATI), que acabou não cumprindo com as metas, aos técnicos executores, que encontraram dificuldades para lidar com as questões burocráticas do programa, conforme salienta Hespanhol (2008).

A segunda microbacia selecionada foi a do Caiuazinho[15], cujo plano de ação foi aprovado no ano de 2006. Ela abrange uma área de 6.456 ha e atinge 104 propriedades rurais.

Na microbacia do Caiuazinho, as subvenções concedidas atenderam basicamente aos pequenos produtores rurais, haja vista que, nesta microbacia, houve a luta pela posse de terras, no assentamento rural do Córrego do Engenho II, no qual também foram realizadas entrevistas.

O assentamento do Córrego do Engenho II formou-se, no ano de 1996, depois de muitos anos de espera e luta por parte dos assentados em busca pelo uso destas terras. A concessão dos lotes foi feita às famílias que estavam nos acampamentos à espera da desapropriação da terra pelo governo federal, que perfaz 87,5% dos entrevistados, como assentados da reforma agrária, totalizando 14 familiais entrevistadas, dados do trabalho de campo (2010). Nessa microbacia encontra-se presente 25 famílias de assentados pela reforma agrária.

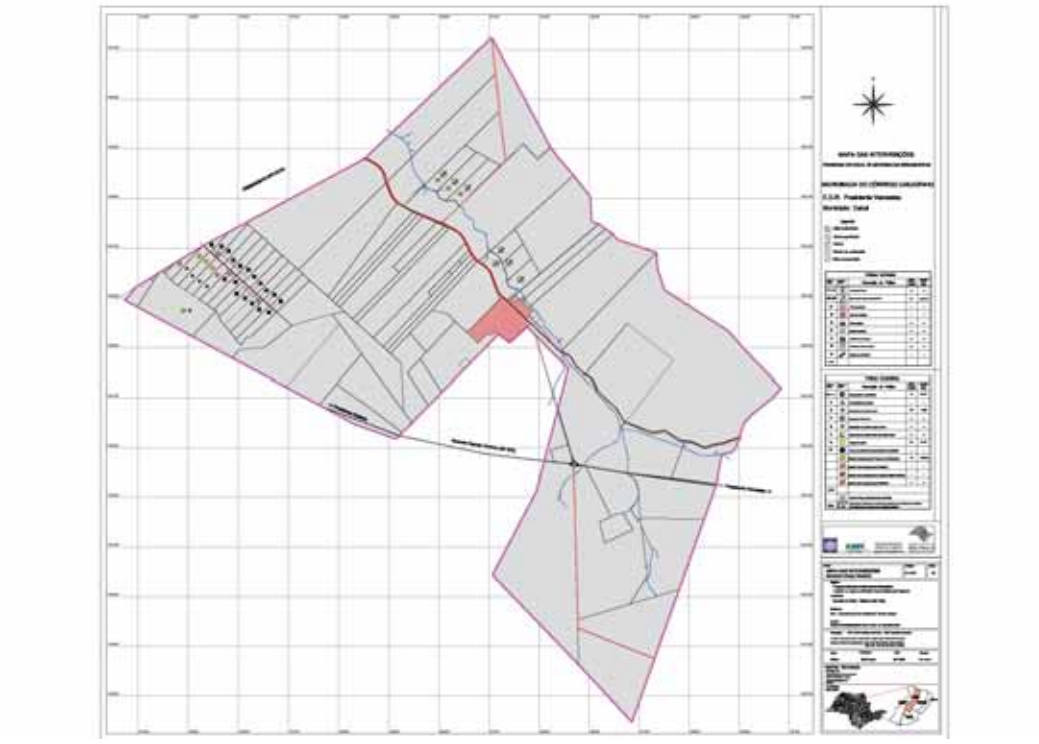
Cabe ressaltar, desde logo, que a Reforma Agrária não foi uma ação prioritária e de ampla dimensão em fases anteriores da vida brasileira, haja vista a movimentação das ações desencadeadas pelos agentes sociais ativos em prol da Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema. Esta que é uma região marcada por conflitos entre os grandes latifundiários e os movimentos sociais, conforme mostra a Figura 4.

No Brasil, as ações públicas voltadas ao meio rural privilegiaram as grandes propriedades e os pequenos produtores rurais sempre tiveram maior dificuldade para terem acesso aos benefícios de tais políticas. Outrora, ao se pensar no processo de modernização agrícola era necessário antes pensar nos grandes produtores rurais, pois "a modernização da agricultura brasileira deu-se via modernização do latifúndio"

[15] Nessa microbacia encontra-se instalado um assentamento rural (Córrego do Engenho II), o qual conta com boa infra-estrutura, nele residem 25 famílias de assentados instaladas nos respectivos lotes concedidos pelo Incra, o que tornou possível a aplicação de 16 questionários dos 20 formulários previstos.

(ARAÚJO, 1998, p. 37). A partir do final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, os movimentos sociais ganham força, tornam-se notórios e passam a reivindicar a centralização das ações voltadas ao meio rural.

Figura 4: Mapa das Intervenções do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Caiuazinho no município de Caiuá.



Fonte: EDR de Presidente Venceslau, Fevereiro de 2011

Desse modo, o papel desempenhado pelos agentes sociais, marginalizados pelas ações governamentais, que priorizavam os grandes latifundiários "impôs-se sobre o produtor (donde o rentismo e o uso da terra como reserva de valor), o que explicaria a capacidade de resistência e o poder do latifúndio, mesmo improdutivo" (ARAÚJO, 1998, p 37).

Tentando mudar parte destas ações, no final do século XX, ações pontuais são direcionadas no âmbito do território brasileiro por conta da forte presença dos movimentos sociais, mesmo com a tradição mantida. Os grandes latifundiários continuaram a receber incentivos encontrando espaço para expandir sua produção, com isso evitavam-se as mudanças nas estruturas rurais.

A notoriedade dos movimentos sociais ocorre por meio da participação popular. O estímulo dado aos agentes sociais ativos pelas ações descentralizadoras incitou o governo a criar o Programa de Reforma Agrária. Com a criação deste programa há o reconhecimento das ocupações territoriais dando mais vitalidade ao movimento. Acompanhado esse processo, o governo cria ações descentralizadoras visando inserir o pequeno produtor rural, que por longas décadas esteve sob domínio dos grandes produtores rurais, por conta da centralidade de suas ações. Deste modo "reabre-se o debate sobre a viabilidade da produção familiar em face dos novos paradigmas tecnológicos, produtivo e gerencial" (ARAÚJO, 1998, p 37).

Entre os anos de 1980 e 1990, a forte instabilidade econômica fez com que o Estado brasileiro remediasse suas ações para conter a crise que assolava a economia nacional. Dessa forma, temos o esfacelamento das políticas públicas destinadas ao setor agrícola, principalmente para os pequenos produtores rurais. Visto esse período de crise instaurada na agricultura, os movimentos sociais passam a pressionar o governo brasileiro para a realização da Reforma Agrária.

O governo cria o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF) no ano de 1996, por meio do qual "os produtores rurais com até quatro módulos fiscais e até dois trabalhadores contratados passam a usufruir de tratamento diferenciado, tendo acesso a créditos oficiais a taxas de juros mais baratas" (HESPANHOL, 2007, p 275). Essa medida adotada pelo governo visava à participação coletiva dos agentes sociais para o recebimento das políticas públicas destinadas para o meio rural.

Com o desenvolvimento destas ações passou a haver o rompimento da "visão produtivista e setorial" (HESPANHOL, 2007, p. 275), por outro lado o governo passa adotar o enfoque territorial, destinando o foco das políticas públicas voltadas para o território, conforme salienta Hespanhol (2007). Dessa forma, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas é visto como uma saída para os pequenos produtores rurais, por conta das suas ações estarem voltadas para esses novos agentes sociais ativos e para o território.

O Programa de Microbacias Hidrográficas paulista desempenhou ações que visavam o atendimento aos pequenos produtores rurais das respectivas unidades produtivas. Desse modo, o corpo técnico da CATI conseguiu desenvolver algumas ações importantes utilizando recursos do programa, a exemplo da instalação de poços artesianos (figura 5) no combate à falta de água.

Foto 01 - Abastecedouro comunitário
Assentamento do Engenho II



Fonte: trabalho de campo em março de 2011
Autor: Jânio Gomes do Carmo

A presença da associação de produtores rurais no assentamento facilitou o trabalho dos técnicos, haja vista que, nas reuniões realizadas, havia o comparecimento dos proprietários rurais contribuindo para o bom desempenho das ações do Programa de Microbacias Hidrográficas. O conhecimento e a experiência dos técnicos nas questões burocráticas, por conta do desenvolvimento do trabalho na microbacia do Córrego Água da Invernada, facilitaram o trabalho.

A parceria com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) foi muito importante para a elaboração dos Projetos Individuais de Propriedades (PIP´s), pois os técnicos do ITESP já vinham desenvolvendo ações entre os assentados para o recebimento de benefícios do governo.

Desse modo, a participação dos produtores rurais nas reuniões era intensa, a associação de produtores rurais era presente, facilitando a aprovação dos PIPs para os produtores rurais. Na microbacia do Caiuazinho, de um total de 80 produtores em torno de 40 a 45 pessoas estavam presentes nas reuniões. Assim, o envolvimento dos produtores rurais foi maior por já estarem cientes das ações desenvolvidas pelos técnicos e pelo fato de compreenderem a finalidade do programa, segundo o engenheiro Davi[16] (2010).

Dentre os objetivos alcançados pelo programa na microbacia, o principal foi a conscientização dos produtores rurais a respeito dos problemas ambientais no município e o problema da questão da falta d água. O programa viabilizou mudas nativas para o

[16] Entrevista realizada em 02/11/2010.

reflorestamento em áreas degradadas, além de cercas para a proteção das Áreas de Preservação Permanente (APP), curvas de nível para o controle da erosão, e poços comunitários, entre outros benefícios.

No que diz respeito ao meio ambiente, Hespanhol (2007) ressalta a importância da recuperação e manutenção dos recursos naturais, os quais são de fundamental importância para a sobrevivência humana. Para esse autor, a reconstituição das Áreas de Preservação Permanente (APP), a proteção as nascentes dos rios, são importantes para revitalização da paisagem rural, e o Programa de Microbacias Paulista tem contribuído, por meio de suas ações inovadoras.

A viabilidade das ações do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas se deu graças à parceria estabelecida entre a CATI e o ITESP. Ela foi essencial para a compreensão das ações do Programa de Microbacias paulista entre os produtores rurais assentados. Outro ponto importante refere-se à articulação entre os produtores rurais assentados, mesmo com algumas dificuldades decorrentes do individualismo presente entre os produtores rurais do Assentamento do Engenho II (figura 6).

Foto 02 - Propriedade Rural
Assentamento do Engenho II

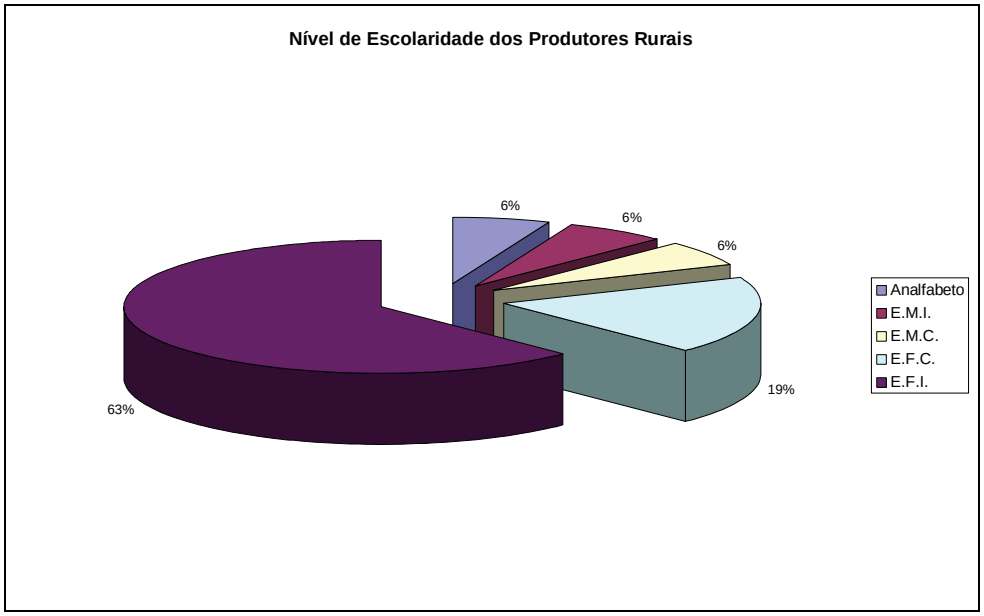


Fonte: trabalho de campo em março de 2011
Autor: Jânio Gomes do Carmo

Contatou-se por meio da pesquisa de campo que os produtores rurais assentados apresentam baixo nível de escolaridade, conforme se verifica no Gráfico 1. A dificuldade que os assentados e os seus filhos enfrentam para terem acesso à educação condiz com o baixo nível de escolaridade apresentado. A escola mais próxima fica a 7 km de distância do assentamento Córrego do Engenho II, um trajeto feito todos os dias pelos estudantes da zona rural, por meio de transporte coletivo fornecido pela prefeitura local, porém em dias de chuva, a perua Kombi não transita.

Verifica-se no Gráfico 1, que 63 % dos entrevistados possuem apenas o Ensino Fundamental Incompleto, totalizando 10 produtores, 6% são analfabetos e 19% apresentam o Ensino Fundamental Completo. A baixa escolaridade faz com que eles se sintam desvalorizados socialmente, o que prejudica o desenvolvimento das ações, pois os assentados não conseguiam compreender o funcionamento do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.

Gráfico 1



Fonte: Trabalho de Campo (Março/2011)

Mesmo com algumas dificuldades, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) foi implementado nesta microbacia, por meio de investimentos de cerca de R$ 255.018,30 apoiados em subvenções coletivas e individuais. Os assentados foram beneficiados com 3,5 km de cerca para proteção de mananciais apoiados pelo Programa, cujo valor foi de R$ 11.312,66 atendendo a 4 unidades produtivas. Também teve a concessão de 8 abastecedouros comunitários do tipo III, e o valor de apoio do Programa foi de R$ 82.790,28 perfazendo mais de 32,46% dos recursos destinados para essa microbacia. Cinco produtores rurais receberam de forma coletiva o distribuidor de calcário, com subvenção de R$ 2.400,00, três roçadeiras costais, distribuídas entre nove produtores rurais com subvenção de R$ 3.915,37.

Também foi feita a recuperação de 100% do trecho crítico de estrada pelo programa, totalizado 4 km com investimentos de R$ 154.600,00, apoiado pelo Programa.

4.6 - Análise dos Projetos de Microbacias Hidrográficas do Córrego Água da Invernada e do Caiuazinho

Entre os produtores rurais entrevistados nas duas microbacias hidrográficas, cerca de 70% (21 produtores) receberam ao menos um tipo de incentivo, com um respaldo maior na microbacia do Caiuazinho com mais de 93,7% (15 produtores) com a elaboração dos Projetos Individuais de Propriedade (PIPs). Entre os produtores rurais entrevistados houve uma grande cobertura por incentivos coletivos beneficiando a grupos de cinco produtores rurais, sendo que uma parte significativa dos produtores que receberam os dois tipos de benefícios (individuais e coletivos). O programa beneficiou um grande número de produtores rurais por meio da abertura de poços artesianos proporcionando aos beneficiados o acesso mais fácil a água, um dos pontos mais positivos do programa no município.

Na microbacia do Caiuazinho, 50% e 47,75% dos entrevistados avaliaram as ações do programa como bom e ótima; concomitantemente, na microbacia do Córrego Água da Invernada, os índices foram de 28,60% e 18,30%, respectivamente. Na microbacia do Córrego Água da Invernada, 28,6% dos entrevistados avaliaram como péssimo e regular as ações do programa.

Na microbacia do Córrego Água da Invernada, os técnicos da casa da agricultura encontraram dificuldades para lidar com os produtores rurais, pelos simples fato deles não compreenderem as ações do programa, pelo medo do não ressarcimento de parte dos recursos investidos, e principalmente, a presença de grandes propriedades rurais, e por seus agentes não estarem inseridos nas normas do Programa Estadual de Microbacias paulista, cuja prioridade das ações era atender os pequenos produtores rurais, conforme tabela 3.

Um dos motivos para a boa avaliação do programa no município de Caiuá deve-se ao fato dessa ser uma das ações públicas de maior ênfase aos pequenos produtores rurais, junto com outras ações implementadas pelo governo federal, a exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O fato da casa da agricultura do município procurar os produtores rurais (estes não têm o conhecimento das ações, muitos por não saberem ler e escrever, outros por não terem acesso a

informações) acaba proporcionando um sentimento de valorização entre os produtores. Haja vista que, eles se sentem desvalorizados socialmente, em virtude da sua baixa escolaridade, anos de trabalhos árduos no meio rural sem o reconhecimento devido, excluídos economicamente e culturalmente, e principalmente de políticas públicas.

Tabela 3. Opinião sobre o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas

	Ótimo	**%**	**Bom**	**%**	**Ruim**	**%**	**Péssimo**	**%**	**Não responderam**	**%**
Microbacia / Caiuazinho	07	43,75 %	08	50%	-	-	-	-	01	6,25 %
Microbacia/ Água da Invernada	02	18,30 %	04	28,60 %	04	28,60 %	04	28,60 %		
Total de produtores entrevistados	09	30%	12	40%	04	13,33 %	04	13,33 %	01	3,33 %

Fonte: trabalho de campo (março / 2011).

No que diz respeito ao perfil dos produtores rurais das duas microbacias trabalhadas, há um grande número de produtores com idade entre 60 e 70 anos, sendo que na microbacia do Caiuazinho, mais de 65% dos entrevistados apresentam idade acima dos 60 anos. Já na microbacia do Córrego Água da Invernada, esse percentual é de 50% dos entrevistados. Observa-se também, que com o envelhecimento dos proprietários, os filhos não pretendem ficar na propriedade.

De acordo com o levantamento realizado na microbacia do Caiuazinho, 46,66% (oito produtores) dos entrevistados alegam que os filhos já moram na cidade, muitos deles vão para estudar e não querem mais voltar para o campo. Na microbacia do Córrego Água da Invernada a situação é pior, pois 85,71% (doze produtores) dos entrevistados moram na cidade.

Nota-se que em boa parte dos casos, os filhos dos produtores procuram novas oportunidades de trabalho fora do meio rural. Na microbacia do Córrego Água da Invernada, o percentual dos filhos de produtores rurais que pretendem continuar a residir no meio rural é de 14,29% dos entrevistados, sendo que alguns deles ainda não atingiram a maioridade. Entre os produtores rurais, as perspectivas de permanecerem no campo são maiores, por conta da idade elevada e da falta de qualificação profissional, o que dificulta uma colocação profissional na cidade; muitos produtores rurais alegaram que com aposentadoria ficaria difícil de sobreviver no meio urbano.

Em relação à previdência social rural, averigua-se a importância deste beneficio para os pequenos produtores rurais, pois essa é a principal fonte de renda, sendo poucos os que fazem uso deste benefício somente para complementar a renda. Haja vista que, a renda obtida no campo é imprevista e pode variar de safra para safra, e no caso dos pequenos produtores rurais, varia de acordo a venda dos produtos junto aos centros consumidores (supermercados e Ceasa). Nas microbacias do Caiuazinho, do Córrego Água da Invernada, verifica-se que 76,00% e 78,57% dos produtores rurais entrevistados são ou possuem familiares aposentados, respectivamente, o que mostra a importância desta renda para os pequenos produtores rurais.

Outro ponto relevante entre os produtores rurais diz respeito ao baixo nível de escolaridade na microbacia do Caiuazinho[17] onde 68,75% dos entrevistados não concluíram o nível do Ensino Fundamental. A baixa escolaridade, a falta de investimentos faz com que muitos produtores rurais desempenhem atividades agrícolas nos moldes tradicionais de baixa produtividade e baixo retorno financeiro, conforme a tabela 4.

Tabela 4. Nível de Escolaridade dos Produtores Rurais

Escolaridade	**Microb. Caiuazinho**	**%**	**Microb. Água da Invernada**	**%**
Analfabeto	01	6,25%	**-**	**-**
Ens. Fund. Inc.	11	68,75%	02	14,28%
Ens. Fund. Comp.	-	-	02	14,28%
Ens. Méd. Inc.	01	6,25%	01	7,14%
Ens. Méd. Comp.	03	18,75%	04	28,58%
Sup. Comp.	-	-	05	35,71%
Total de produtores entrevistados	**16**	**100%**	**14**	**100%**

Fonte: trabalho de campo (março/2011)

Na microbacia do Córrego Água da Invernada esse quadro é um pouco diferente, pois apresenta 28,58% dos entrevistados com Ensino Médio Completo e 31,71% dos

[17]Outro agravante diz respeito a presença do assentamento rural Água da Invernada II, no qual residem 25 famílias, cujo o presidente da associação é o Senhor Lino Damasceno. Ele alega que os principais problemas enfrentados no assentamento, diz respeito à falta de auxílios para o desenvolvimento de suas práticas agrícolas, para melhorar a renda dos produtores rurais (LINO DAMASCENO, 2010).

entrevistados apresentaram o nível superior completo. Há um elevado nível de tecnificação e capitalização, que proporciona aos produtores desta microbacia uma maior rentabilidade, principalmente com a produção de gado de corte em larga escala.

Dessa forma, nota-se que nas duas microbacias, em sua grande maioria, os produtores rurais se encontram em idade avançada, muitos são aposentados, e seus herdeiros não pretendem continuar ou não residem mais no meio rural, muitos não almejam desenvolver atividades agropecuárias e não estão dispostos a viver da renda obtida no campo, devido ao fato desta atividade requerer investimentos, empenho e dedicação, e ainda ter que contar com as intempéries climáticas.

Segundo os técnicos da casa da agricultura envolvidos no Programa de Microbacias de Caiuá, boa parte das subvenções direcionadas ao município foi aproveitada pelos produtores rurais, sendo que algumas não foram adquiridas pelos produtores em virtude da demora na elaboração os Projetos Individuais de Propriedade (PIPs).

Entretanto, as ações empreendidas pelos projetos de microbacias, apesar de importantes, não são suficientes para solucionar os desafios enfrentados pelos produtores rurais, em especial aqueles que dependem das atividades agropecuárias.

As ações do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas - PEMH foram vistas como positivas entre os produtores rurais, sendo que mais de 70% dos entrevistados avaliaram as ações como ótimas e boas, porém isso é pouco considerando a meta da CATI que é promover o desenvolvimento rural sustentável.

As ações desenvolvidas pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográfica propiciaram, por meio de subvenções coletivas e individuais, a capacitação dos técnicos da casa da agricultura, doação de kit de informática com 100% dos custos financiado pelo programa. Em contrapartida o objetivo central do programa, que era promover o desenvolvimento rural, gerar renda entre os pequenos produtores, de fato não ocorreu de maneira efetiva, ou seja, a meta proporcionada pelo PEMH não alcançou o esperado, que era atingir todos os 90 mil produtores espalhados no Estado de São Paulo.

Sabe-se que a geração de renda é um mecanismo para indicar a melhoria no padrão de vida e no bem estar dos produtores rurais situadas nas áreas onde os projetos de microbacias foram implantados no município.

Nota-se que entre os produtores rurais das microbacias analisadas ocorre certa descapitalização, o que impede que eles invistam em novas culturas, tecnologias, fatores estes que acabam desmotivando os jovens a permanecer no meio rural. Por fim, não traz

perspectivas para criar novas alternativas que poderiam gerar renda e diminuir a evasão do meio rural.

Outro agravante refere-se aos baixos preços dos produtos agrícolas no mercado, por conta do atravessador, das condições adversas econômicas e principalmente a falta de políticas públicas. Nota-se que, o pequeno produtor rural não tem subsídios para competir no mercado com os grandes produtores rurais, o que o desestimula a investir na propriedade, gerando insatisfação com o meio rural e deixando-os propensos a se deslocarem para as cidades.

No que se referem às questões ambientais, as ações desenvolvidas no município pelos projetos de microbacias hidrográficas implementados não resultaram em mudanças significativas na preservação dos mananciais, mesmo sabendo que, o programa ressarciu em U$ 0,17 por muda que tenha se desenvolvido, após um ano do seu plantio.

O principal objetivo alcançado pelo programa nas duas microbacias foi a conscientização dos produtores rurais a respeito dos problemas ambientais no município. Segundo os técnicos da casa da agricultura, muitos produtores passaram a compreender a importância da preservação ambiental, mesmo sendo contrários à legislação ambiental.

Dessa forma, o programa viabilizou mudas nativas para o reflorestamento em áreas degradadas, além de cercas para a proteção das Áreas de Preservação Permanente (APP), curvas de nível para o controle da erosão, entre outros benefícios.

Nas microbacias do Caiuazinho e Córrego Água da Invernada, o percentual dos produtores rurais que cercaram a APP foi de 42,85% (seis produtores) e 6,25% (um produtor), respectivamente. Quando questionados sobre a razão do não cercamento das Áreas de Preservação Permanente (APP), 80% (24 produtores) responderam que a propriedade não é cortada por nenhum curso d' água, por isso não realiza a prática da preservação. No entanto, os produtores rurais sabem da importância da preservação ambiental, e criticam as medidas adotadas pelos órgãos governamentais que acaba prejudicando-os, por apresentarem propriedades rurais com áreas de dimensões reduzidas.

Para uma maior eficácia das ações desenvolvidas pelo programa de microbacias, é preciso ter uma participação em conjunto entre os órgãos diretamente envolvidos, principalmente entre os técnicos e os produtores rurais.

No ano 2000, foi criada a associação de produtores rurais no município de Caiuá. De acordo com o seu presidente, o intuito da associação era favorecer o acesso aos recursos do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, mas com o passar dos tempos e com o término do programa, a associação passou a captar recursos de outras ações do governo, principalmente por contar com um assentamento rural no município, que direciona uma grande quantidade de recursos para os assentados. Um dado preocupante é o baixo número de associados que tem frequentado as reuniões para a discussão dos problemas do município e as políticas públicas destinadas aos pequenos produtores rurais.

Analisando a participação dos produtores rurais do município que ainda mantém vínculo com a associação nas duas microbacias trabalhadas constata-se o baixo nível de envolvimento dos produtores rurais. Observa-se que o nível de informação é elevado, pois cerca 100% (30 produtores rurais) dos entrevistados sabem da existência da associação, porém 63,33% dos produtores rurais declaram participar das reuniões, sendo que 87,25% da microbacia do Caiuazinho participam e apenas 35,71% da microbacia do Córrego Água da Invernada declararam participar das reuniões da associação.

Formalmente a existência da associação de produtores rurais atualmente no município, em função das exigências básicas dos programas governamentais para o recebimento de verbas, a exemplo o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Segundo os técnicos entrevistados, durante a implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas foi importante a participação da CATI e do ITESP para o recebimento do apoio financeiro do Banco Mundial, e sem eles ficaria difícil receber as verbas.

Durante a elaboração do PEMH os produtores rurais estiveram mais presentes. No entanto durante as primeiras ações do Programa de Microbacias no Córrego Água da Invernada, a procura fora pequena. Segundo os dados do técnico envolvido no programa, cerca de quatro ou cinco dentre os mais de 40 produtores que se interessaram pelas ações se beneficiaram, sendo que muitos deles não se enquadravam nas especificações do Programa/ou não se interessaram por medo ou por não conhecimento das ações desenvolvidas no Estado de São Paulo.

Já na microbacia do Caiuazinho a procura foi grande. Entre os 84 produtores desta microbacias, cerca de 40 a 45 produtores rurais que frequentavam as reuniões

envolveram-se nas ações do programa. O fato relevante para a eficácia do programa nesta microbacia foi a presença do assentamento do Engenho II. Por apresentarem uma associação organizada, por conta das próprias necessidades dos assentados em receber os benefícios concedidos pelo governo houve a aprovação de mais PIPs, além de contarem com o apoio dos técnicos do ITESP na orientação dos assentados a respeito das ações desenvolvidas pelo de Programa de Microbacias.

Porém um ponto que dificultou a boa aceitação pelos membros da microbacia às ações do programa, diz respeito à presença dos assentamentos rurais no município, haja vista que não foram todos os assentamentos rurais atendidos com ações do Programa de Microbacias, e sim o que se encontrava na MBH do Caiuazinho. Este fato, proporcionou algumas indagações por parte dos assentamentos não beneficiados com as subvenções do PEMH, eles não aceitavam que somente o Assentamento do Engenho II poderia receber as subvenções.

Quanto ao corpo técnico[18] existente na Casa da Agricultura para a execução durante a implementação do Programa de Microbacias, constata-se que havia um técnico agrícola, um engenheiro agrônomo e um médico veterinário, os quais deram um bom respaldo para o desenvolvimento das ações do programa no município, mesmo com certa dificuldade de assimilação dos objetivos do programa por parte dos técnicos e dos produtores rurais.

[18] Atualmente o corpo técnico e presidido por um técnico que exerce uma função na prefeitura do município e um engenheiro agrônomo contratado pela prefeitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas implementado no Estado de São Paulo visou combater os problemas decorrentes do processo de modernização da agricultura. No entanto, as ações do referido programa centralizaram no combate à erosão e aos ravinamentos, o estímulo ao manejo adequado dos recursos naturais nas pequenas propriedades rurais e a organização dos agricultores em associações. Para o melhor desempenho das ações, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD – Banco Mundial) financiou parcialmente os recursos, e coube a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) em parceria com os municípios, a execução das ações em todo o território paulista.

Os projetos de microbacias implementados no município de Caiuá atingiram parcialmente as metas estabelecidas, pois a falta de estratégias técnicas operacionais por parte da CATI, e o não entendimento das ações do Projeto de Microbacias Hidrográficas pelos pequenos produtores rurais das duas microbacias dificultaram a atuação do programa no município.

Os projetos de Microbacias Hidrográficas implementados no município de Caiuá tinham como metas atender os produtores rurais instalados nas microbacias do Caiuazinho e do Córrego Água da Invernada, a fim de diminuir o processo de degradação ambiental, os focos erosivos e melhorar a capacidade produtiva dos pequenos produtores rurais. De certa forma, mesmo com algumas dificuldades, foram desenvolvidas ações relevantes nas duas microbacias.

As estratégias técnicas adotadas basearam-se em promover o desenvolvimento das pequenas propriedades rurais do município. Para tanto, o programa de microbacias procurou nesta primeira etapa capacitar com infraestruturas, organizar os produtores rurais para eles serem atendidos com ações do Programa de Microbacias Hidrográficas paulista e, por meio de ações descentralizadas, contou com a participação das prefeituras, ou seja, trabalhando em parceria.

O município de Caiuá foi atendido com kits de informática, casa da agricultura, meio de transporte para os técnicos visitarem as propriedades que contribuíram para a eficácia durante as ações do Programa de Microbacias Hidrográficas. Porém, após o término das ações do programa faltam incentivos tanto da prefeitura quanto do governo do Estado de São Paulo para dar continuidade às ações, e assim como em muitos municípios atendidos com ações do PEMH, há certo abandono das casas da agricultura,

por conta do envelhecimento do corpo técnico e a não contratação de mão de obra qualificada para suprir a falta de funcionários. A propósito, no município de Caiuá não é diferente, pois o quadro de funcionários efetivo durante a implantação dos projetos de microbacias hidrográficas era de dois técnicos e dois engenheiros agrônomos, mas atualmente há somente um engenheiro agrônomo contratado pela prefeitura.

No que diz respeito ao processo de conscientização ambiental, o programa procurou trabalhar com técnicas para o manejo e conservação dos recursos naturais. No município de Caiuá, os técnicos da casa da agricultura procuraram, por meio de reuniões com as associações de produtores rurais, conscientizar os pequenos produtores rurais da importância em se fazer a preservação ambiental. Porém, poucos eram os produtores rurais que frequentavam as reuniões, dificultando o trabalho dos técnicos no município. Mesmo com dificuldades, algumas ações foram realizadas, houve um empenho dos técnicos para aprovação de projetos para o plantio de mudas nativas, custeadas pelo programa de microbacias hidrográficas. A conscientização dos produtores rurais sobre a importância de preservar o meio ambiente, também foi ampliada.

Com relação aos resultados alcançados por ambos os projetos, podemos observar que os melhores resultados se deram na microbacia do Caiuazinho devido à boa articulação dos proprietários, haja vista que, a presença do ITESP facilitou a organização dos produtores para a montagem dos projetos individuais de propriedade (PIP´s), junto com os técnicos da casa da agricultura. As ações nesta microbacia, de acordo com os dados obtidos por meio do trabalho de campo, pautaram-se em recuperar parte das estradas do assentamento, desenvolver os produtores rurais e resolver o problema do acesso a água, medidas estas que foram executadas dando maior credibilidade às ações do programa neste território.

Nesta microbacia hidrográfica, constatou-se maior adoção das práticas produtivas não conservacionistas, por conta de um alto envolvimento dos técnicos da casa da agricultura, da CATI e do ITESP na participação e elaboração dos Projetos Individuais de Propriedades e o significativo comprometimento dos agentes sociais diretamente envolvidos.

Por outro lado, na Microbacia do córrego Água da Invernada, a disparidade no tamanho das propriedades e a falta de articulação entre os produtores rurais inibiram o trabalho dos técnicos na elaboração dos projetos, pois na primeira etapa do programa houve muita dificuldade (técnicos e pequenos produtores rurais) para compreender a sua

lógica, o que contribuiu para o retardamento de parte das ações, prejudicando o desenvolvimento das metas na microbacia.

Nesta microbacia foram poucos os projetos aprovados por conta do individualismo dos produtores rurais, e o ciúme por parte dos grandes produtores rurais que não se enquadravam nas especificidades determinadas pelo Projeto Microbacias Paulista, por conta de suas propriedades não estarem dentro das normas estabelecidas. Isso fez com que poucos produtores participassem das reuniões para discussão dos problemas desta microbacia, o que fez com que houvesse o baixo rendimento das ações.

Um fato importante a ser destacado é o processo de envelhecimento natural de boa parte dos produtores rurais entrevistados nas duas microbacias trabalhadas. Verificamos que mais de 75% das propriedades analisadas no município de Caiuá contam com casais aposentados com idade superior a 60 anos, sendo que em alguns casos somente uma pessoa recebe o beneficio. Dessa forma, cabe a nós questionarmos como será o futuro dessas unidades produtivas pesquisadas, quem dará continuidade às atividades, haja vista que boa parte dos filhos não pretende ficar no meio rural.

De maneira geral, as ações dos projetos de microbacias no município de Caiuá, centralizaram-se na concessão de incentivos individuais e coletivos aos pequenos produtores rurais, capacitação dos técnicos da casa da agricultura, recuperação de áreas preservação ambiental, readequação das estradas, além de destinar parte das verbas para a melhoria da infraestrutura das propriedades rurais, destinando a elas uma maior quantidade de recursos financeiros, através de subvenções individuais e coletivas.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. **O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural.** In**:** *Economia Aplicada* – n° 2, vol. IV p 379-397, jun. 2000.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais.** Porto Alegre: UFRGS, p 83-100. 2003.

ABRAMOVAY, R. **Organização rural e capacitação dos atores.** In: São Paulo (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA/SP). Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Banco Mundial. Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, 2004.

ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**: Presidente Prudente: Presidente Prudente, FCT/Unesp, 1972. 339p.

ALMEIDA, W. **Brasil Rural: Na virada do Milênio.** Série textos para todos V. 03, p 20-29, 2001.

ARAÚJO, T. B. **Descentralização e Reforma Agrária: um processo em discussão.** In: Relatório de Estudo. Brasília: INCRA, 1998, 180p.

_____. **A Experiência de Planejamento Regional do Brasil.** In: LAVINAS, L. CARLEIAL, L.F. NABUCO, M. R. (Org.). Reestruturação do Espaço Urbano e Regional do Brasil. São Paulo, HUCITEC/ANAPUR, 1993. p.88 – 95.

_____. **Dinâmica Regional Brasileira nos Anos Noventa: Rumo à Desintegração Competitiva**. In: CASTRO, Iná. E. MIRANDA, M. EGLER, C. A. G. (Org.). Redescobrindo o Brasil: 500 anos depois, 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p 74 - 89.

_____. **Território, Desenvolvimento Rural e Regional**. In: IICA, Território, Desenvolvimento, rural e democracia. Anais do II Fórum Internacional. Fortaleza: IICA, 2003. p 12 – 16.

_____. **As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios.** In: Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro, 2003. p 01- 10.

ARRETCHE, M. **Mitos da Descentralização, mais democracia e eficiência nas políticas públicas**. Revista brasileira de Ciências Sociais, nº 31, ano11, junho de 1996. p. 01- 20.

BOISIER, S. **Desarrollo territorial y descentralización. El desarrollo en el lugar y en las manos de la gente.** In: Revista **eure** (Vol. XXX, Nº 90), p. 27-40, Santiago de Chile, septiembre 2004.

BRAGAGNOLO, N.; PAN, W. **A experiência de programas de manejo e conservação dos recursos naturais em microbacias hidrográficas: uma contribuição par ao gerenciamento dos recursos hídricos**, Curitiba, IPARDES, 2001.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. In: www.google.com.br / Constituição Federal de 1998. Acesso em 19/02/2011.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. In: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal, Brasília, p 09 a 29, Jun. 2009.

BUARQUE, C. S. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável, **Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA PCT – INCRA/IICA,** Brasília, p 01 – 104. junho de 1999.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais.** In: Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília: Embrapa. V. 17, n. 1, p 11- 40, 2000.

CANO, W. **Introdução à Economia: uma abordagem crítica.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CANO, W. **Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas. Ed UNICAMP, 2002.

COSTA, A. J. F. Projeto de recuperação, conservação e manejo dos recursos naturais em microbacias hidrográficas. In: Farah, M. F. S; Barboza, H. B. (Orgs.). **Novas experiências de gestão pública e cidadania.** Rio de Janeiro: (Coleção FGV Prática), p 01-17, 2000.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). **Programa Estadual de Microbacias hidrográficas.** Anexos CATI: São Paulo, 2001.

DUNDES, A. C. **Região do devir e região do atraso:** discurso e representações sobre a Região de Presidente Prudente – SP. Presidente Prudente- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007. 314 f. (Tese doutorado).

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução à uma agenda. In: Tania Fischer (Org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 12-32

FONTES, J. L. et al. **Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.** (Folheto explicativo). São Paulo: CECOR/ DCT/ CATI/ SAA, 2001.

FURTADO, C**. Formação econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995. v. 23.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FLEISCHFRESSER, V. **Políticas públicas e a formação de redes conservacionistas em microbacias hidrográficas: o exemplo do Paraná Rural.** Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 95, jan./abr. p 61-77, 1999.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980.** São Paulo: HUCITEC, p 141-225. 1997.

HESPANHOL, A. N. **Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina-SP.** 1996. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

_____. A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro**.** In: MENEGUETTE JUNIOR, M; ALVES, N. (Orgs.). **FCT 40 anos, perfil científico-educacional**, Presidente Prudente: UNESP/FCT, p 21-41, 1999.

_____. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, p. 7-26, 2000.

_____. **O programa de microbacias hidrográficas e a questão do desenvolvimento de territórios rurais no Estado de São Paulo - Brasil.** In: 4tas. Jornadas Internacionais de Estúdios Agrários y agroindustriales, Facultad de Ciências Econômicas, UBA, Buenos Aires, 2005. p 20.

_____. **Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade.** XVIII Encontro Nacional de Geográfica Agrária, Rio de Janeiro, 2006, p 01 a 26.

_____.Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária. In: MARAFON, G; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. **Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Socioespaciais**, Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007. p. 179-198.

_____.O Desenvolvimento do Campo no Brasil. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C.(Orgs) **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo – SP. Expressão Popular, 2007, p. 271-287.

_____. Agricultura, Desenvolvimento e Sustentabilidade**.** In: MARAFON, G; RUA, J; RIBEIRO, M. A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**, Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008, p. 179-189.

_____. **Manejo sustentável de recursos naturais: O programa de microbacias hidrográficas na região de Presidente Prudente - São Paulo – Brasil.** Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.

_____.Os Programas de Microbacias Hidrográficas. In: MARAFON, G. J.; PESSÔA, V. L. S. (Orgs**.). Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Socioespaciais**: Reflexões interinstitucionais e Constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano. Uberlândia: Ed. UFU, 2008, p. 157-176.

_____. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo – SP. Expressão Popular, 2008, p. 81- 93.

HESPANHOL, A. N.; HESPANHOL, R. A. De M. **Desenvolvimento rural e poder local: a situação dos CMDRs na região de Presidente Prudente – SP.** In: I Seminário Internacional – Desenvolvimento Local na Integração: Estratégias, Instituições e 15 Políticas. IGCE-UNESP, Rio Claro, 2004. p 16.

HESPANHOL, A. N. NEVES NETO, C. C. **A atuação do Estado Brasileiro no Processo de Modernização Agrícola e a Incorporação do Conceito de Microbacias Hidrográficas nas Políticas Públicas.** Caderno Prudentino de Geografia, nº 31, vol. 1, 2009.

HESPANHOL, R. A. de M. Crise da cafeicultura e Diversificação Produtiva em Pequenas Propriedades Rurais na Microrregião Geográfica de Dracena – SP**.** In: MARAFON, G. J.; PESSÔA,V. L. S. **Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Socioespaciais**. Uberlândia - MG. Assis Editora, 2008. p.133-156.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**. Conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre. Ed UFRGS, 2008.

_____. Desenvolvimento rural. Conceitos e medida. Cadernos de Ciências e Tecnologias, v.21, n 3, 2004, p. 379 – 408.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** São Paulo: Hucitec, 1998. 198p.

MAZZINI, E. J. T. **Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema – SP: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social.** 2007. 324 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

MILLIET, S. **Roteiro do café e outros ensaios:** contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 4ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Hucitec, 1982.
MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. 392p.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** In: Estudos Avançados, 2001, p 83-100.

NEVES NETO, C. C. **O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas em São Paulo: o caso do município de Assis – SP.** 2009. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.
SABANÉS, L. **Manejo sócio-ambiental de recursos naturais e políticas públicas: um estudo comparativo dos projetos "Paraná Rural" e "Microbacias". 2002**. 175p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural - Área de Concentração em Agricultura, Meio Ambiente e Sociedade) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SACHS, I. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política. In: Arbix, Zilbovicius e Abramovay (Orgs.) **Razões e ficções do desenvolvimento.** São Paulo: UNESP /Edusp, , 2001, p.155-164.

SANTOS, A. B. dos. **Desenvolvimento regional e capital social: uma abordagem para a microrregião de Presidente Prudente – SP.** 2005. f. 233. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

SANTOS, M. **Por uma nova geografia.** São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.
SATO, A. K. **Descentralização: um tema complexo**. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, p. 1-26, 1993.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: COMPANHIA DAS LETRAS, 2000. p 409.

SOUZA, N. de Jesus**. Desenvolvimento econômico.** 2 ed São Paulo: Atlas, 1995. p 242.

SPOSITO, E. S.; SAQUE, M. A. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo – SP. Expressão Popular, 2008, p. 15 – 31.

TEIXEIRA, S. M. F. **Descentralização dos serviços de saúde – dimensões analíticas**. In: Revista de Administração Pública v.2 (24): p 78-99, fev - abr 1990.
TOBAR, F. **O conceito de Descentralização: Usos e Abusos.** In: Planejamento e Políticas Públicas nº 5: 31-51, junho de 1991.
TONELLA, C. **Poder Local e Políticas Públicas: o papel dos gestores**. Maringá, PR: Eduem, 2006.

VEIGA, J. E. da. **O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.** In: Estudos Avançados 15 (43), 2001. p 101-119.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro.Garamond, 2005.

ZOCCAL, José Cezar. **Soluções: cadernos de estudo em conservação do solo e da água. Presidente Prudente**: CODASP, 2007.

Sites visitados

http://www.cati.sp.gov.br/Cati/_projetos/pemh/pemh_final.php, acesso 15/02/2011.
http://www.cati.sp.gov.br/Cati/_projetos/pemh/pemh.php, acesso 20/02/2011.
http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm, acesso 25/07/2011.
http://www4.fct.unesp.br/dataluta/

APÊN DICES

FORMULÁRIO APLICADO A PRODUTORES RURAIS EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS

Município: ( ) Piquerobi ( ) Caiuá

Microbacia: ( ) Córrego da Represa ( ) Córrego da Água da Invernada

( ) Córrego São Bartolomeu ( ) Caiuazinho

Nome do Entrevistador:.....Data:.....

Nome do produtor:.....idade.....

Bairro:

.....

Escolaridade:

( ) Analfabeto ( ) Ens. Fund. Incompl. ( ) Ens. Fund. Compl. ( ) Ens. Méd. Incompl.

( ) Ens. Méd. Compl. ( ) Sup. Incompl. ( ) Sup. Compl.

A família é composta por quantas pessoas? .....

Quantas pessoas residem com o proprietário? .....

Sexo e idade das pessoas da família que residem com o proprietário: Total: .....

	Número	Número	Número
Homens	Com 15 anos e menos:	Entre 16 e 65 anos:	Com mais de 65 anos: .....
Mulheres	Com 15 anos e menos:	Entre 16 e 65 anos:	Com mais de 65 anos: .....

Condição do produtor:

( ) proprietário ( ) arrendatário ( ) outra - Qual? .....,,,

Algum membro da família recebe aposentadoria?

( ) Não ( ) Sim Se sim, quem recebe?.....

Tem na residência: ( ) Televisão ( ) Aparelho de som ( ) Geladeira ( ) Fogão a gás ( ) Computador ( ) Celular ( ) Ferro elétrico de passar ( ) Máquina de lavar roupa ( ) Antena Parabólica ( ) microondas ( ) Outros? Quais?

.....

Utilização das terras na propriedade:

Lavouras: ..... alqueires /.....ha Pastagens: ..... alqueires /.....ha

Fruticultura:..... alqueires /.....ha silvicultura: ..... alqueires /.....ha

APP: ..... alqueires /.....ha Reserva Legal: ..... alqueires /.....ha

Outras: ..... alqueires /.....ha

Área cultivada com lavouras temporárias:

Culturas	Área (ha. /alq.)	
	Ha	Alq.
Milho		
Feijão		
Amendoim		
Algodão		
Mandioca		
Tomate		
Outras (Quais – indicar nas linhas abaixo)		

Área destinadas as lavouras permanentes, semi-perenes, frutas, silvicultura etc:

Culturas	Área (ha. /alq.)	
	Ha	Alq.
Café		
Cana-de-açúcar		
Outras lavouras (Quais – indicar nas linhas abaixo)		
Laranja		
Melancia		
Manga		
Maracujá		
Outras Frutas (Quais – indicar nas linhas abaixo)		
Eucalipto		
Seringueira		
Outras árvores (Quais – indicar nas linhas abaixo)		

Produção pecuária:

Pecuária: vacas (cabeças): ..... Litros de leite por dia: ..... Número de ordenhas por dia: .....

Gado de corte (cabeças).....

Suínos (cabeças).....

Outros animais (quais e número de cabeças): .....

Destino da produção (indicar X)

Culturas	Consumo	Cooper.	Agroind.	Cereal.	Superm.	Latic.	Ceagesp	Outros
Milho								
Feijão								
Cana de açúcar								
Amendoim								
Eucalipto								
Algodão								
Mandioca								
Café								
Tomate								
Laranja								
Manga								
Melancia								
Maracujá								
Demais Frutas								
Pecuária/Corte								
Leite								
Outras								

Máquinas e implementos disponíveis

Máquinas/Implementos	Número
Trator	
Colheitadeira	
Arado de tração animal	
Arado de tração mecânica	
Aparelho de irrigação	
Plantadeira p/ plantio direto	
Pulverizador-Trator	
Distribuidor de Calcário	
Semeadeira/Adubadeira	
Tanque de expansão	
Ordenhadeira Mecânica	
Outros/ Especificar abaixo	

Costuma fazer análise de solo? ( ) Sim ( ) Não

Aplica calcário e fertilizantes regularmente? ( ) Sim ( ) Não

Utiliza agrotóxicos? ( ) Sim ( ) Não

Assistência técnica: ( ) Casa da Agricultura ( ) Particular ( ) Própria ( ) Cooperativa ( )Outras/Quais?.....
.....

Periodicidade das visitas do(s) técnico(s): ( ) Semanal ( ) Quinzenal ( ) Mensal ( ) Trimestral ( ) Semestral ( ) Anual ( ) Quando solicitado

Aspectos ambientais da Microbacia Hidrográfica

Como o senhor (a) ficou sabendo do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas?

( ) Casa da Agricultura ( ) Cati ( ) Vizinhos ( ) TV ( ) Rádio ( ) Outros/ Quais? .....

Qual é o destino dos resíduos sólidos da residência?

( ) Queimado ( ) Enterrado ( ) Utilizado como adubo ( ) Coletado pelo lixeiro

( ) Jogado no curso d água ( ) Outros/ Quais?.....

Qual é o destino dos resíduos sólidos (vasilhames/embalagens) da propriedade?

( ) Queimado ( ) Reutilizado ( ) Devolvido ao local de compra ( ) Outros/ Quais? .....

Quais são as técnicas utilizadas no manejo do solo?

( ) Curva de Nível ( ) Terraços ( ) Plantio Direto ( ) Outros/ Quais? .....

Qual o tipo de escoamento sanitário da residência?

( ) Não possui ( ) Fossa ( ) Fossa séptica ( ) Encanado até o curso d água

( ) Outros - Quais?.....

Há nascentes na propriedade?

( ) Não ( ) Sim Se sim, quantas?.....

Há lagos ou barragens na propriedade?

( ) Não ( ) Sim Se sim,.quantas?.....

Quais as técnicas utilizadas na preservação do curso d'água?

.....

....

A área de preservação permanente está cercada?

( ) A propriedade não é cortada por curso d'água, nem possui nascentes

( ) Não ( ) Sim Se sim ou não. Por quê? .....

.....

....

O senhor (a) está reconstituindo a vegetação da área de preservação permanente na propriedade (nascentes/mata ciliar)?

( ) A propriedade não é cortada por curso d'água, nem possui nascentes

( ) Não ( ) Sim Se sim ou não. Por quê? .....

.....

....

O senhor (a) está florestando a área de reserva legal na propriedade (20% da área total)?

( ) Não ( ) Sim Por quê?.....

Na opinião do senhor (a), as medidas de preservação ambiental são importantes?

( ) Sim ( ) Não Por quê?.....

Situação do produtor em relação ao Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas

Qual a opinião do senhor em relação ao Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas?

Por quê? ( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssimo.

.....

O senhor (a) recebeu algum tipo de beneficio (incentivo) do Programa de Microbacias Hidrográficas?

( ) Não ( ) Sim Se sim, que tipo de beneficio?

( ) Individual, Quais? .....

( ) Coletivo, Quais? .....

Há associação de produtores rurais na microbacia?

( ) Não ( ) Sim Se sim, o senhor é membro ( ) Não ( ) Sim, Se sim, qual é a opinião do senhor sobre o trabalho da associação ( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssimo Por que?

.....

Quais são as principais atividades desenvolvidas pela associação?

.....

....

.....

....

O Sr.(a) pretende continuar residindo na zona rural?

( ) Já reside na cidade

( ) Não ( ) Sim. Se sim ou não. Por quê? .....

.....

....

Os filhos do Sr.(a) pretendem continuar residindo na zona rural?

( ) Já residem na cidade

( ) Não ( ) Sim. Se sim ou não. Por quê? .....
.....
....

Observações (continuar no verso – se for o caso).....
.....
...
.....
...
.....
...
.....
...
.....
...
.....
...

Roteiro de entrevista - Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) de Caiuá/ SP.

Data: __/__/__

1) Nome do entrevistado

2) Função

3) Tempo na função

4) Quais os objetivos do CMDR de Caiuá? Quando foi criado? Por quê?

5) Quem compõe o Conselho? Existem cargos e funções? Especificar.

6) Existe a participação de pequenos produtores rurais no Conselho? Se não, por quê? Qual a forma de incentivar a participação dos mesmos nas reuniões?

7) Quando são feitas as reuniões? Onde? Quem geralmente participa?

8) Quais são as atividades desenvolvidas pelo CMDR?

9) Houve mudanças qualitativas e quantitativas com relação à agricultura local? Especificar.

10) Quais as relações existentes entre o Conselho e outras instituições públicas e privadas?

11) Quais os maiores problemas enfrentados para o pleno funcionamento do CMDR?

12) Quais os maiores problemas enfrentados pelos pequenos produtores rurais locais?

13) Há formas coletivas de produção, comercialização e assistência técnica no município?

14) Existe algum tipo de incentivo por parte do CMDR para a criação de formas coletivas de produção, comercialização e assistência técnica no município?

15) Com relação ao PEMH? No que ele é positivo e no que ele é negativo?

Roteiro de entrevista - técnicos de projetos de microbacias hidrográficas do Município de Caiuá/SP.

1) Nome do entrevistado?

2) Função?

3) Tempo na função?

4) Curso, ano e instituição que se formou?

5) Qual a forma de contratação, pela prefeitura ou pela CATI?

6) Qual o número de Engenheiros Agrônomos, técnicos agrícolas e veterinários que trabalham na assistência técnica oficial (pública) do município?

8) No município quantos projetos de microbacias foram implementados?

9) Quais os critérios que levaram a escolha das microbacias hidrográficas?

10) Quais os objetivos do programa nos projetos de microbacias hidrográficas? Eles foram alcançados?

11) Como mobilizou a população das microbacias hidrográficas?

12) Como foi a participação da população das microbacias hidrográficas?

13) Quais as ações do programa nos projetos de microbacias hidrográficas?

14) Quais as instituições envolvidas no Programa?

15) Quais os pontos positivos do Programa?

16) Quais os pontos negativos do Programa?

18) Quais os incentivos do Programa aos produtores rurais? Individuais. Coletivos.

19) Como os produtores rurais se mobilizaram para conseguir os incentivos coletivos?

20) Com relação as APPs (Área de Preservação Permanente) e as ARLs (Área de Reserva Legal) como está o cumprimento da legislação?

21) O programa estimulou a criação ou fortalecimento das associações de produtores rurais? Se sim, de que forma?

22) Quanto à participação dos produtores, eles ficaram animados com o Programa? Há procura para o microbacia II?

23) Com relação à proposta de renovação do PEMH, quais as perspectivas?

Roteiro de entrevista - Presidente da Associação de Produtores Rurais das Microbacias Hidrográficas de Caiuá/SP

Data: ___/___/_____

1) Nome do entrevistado

2) Função

3) Tempo na função

4) Quais os objetivos da associação? Quando foi criada? Por quê?

5) Quem compõe a associação? Existem cargos e funções? Especificar.

6) Existe a participação de pequenos produtores rurais na associação? Se não, por quê? Qual a forma de incentivar a participação dos mesmos nas reuniões?

7) Quando são feitas as reuniões? Onde? Quem geralmente participa?

8) Em termos de infra-estrutura, do que a associação dispõe?

9) Quais são as atividades desenvolvidas pela associação?

10) Houve mudanças qualitativas e quantitativas com relação à agricultura local? Especificar.

11) Quais as relações existentes entre a associação e outras instituições públicas e privadas?

12) A associação é filiada a Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias do Estado de São Paulo (FAMHESP)

13) Quais as maiores dificuldades enfrentadas pela associação?

14) Quais os maiores problemas enfrentados pelos pequenos produtores rurais locais?

15) Há formas coletivas de produção, comercialização e assistência técnica no município?

16) Existe algum tipo de incentivo por parte da associação para a criação de formas coletivas de produção, comercialização e assistência técnica no município?

17) Com relação ao PEMH? No que ele é positivo e no que ele é negativo?